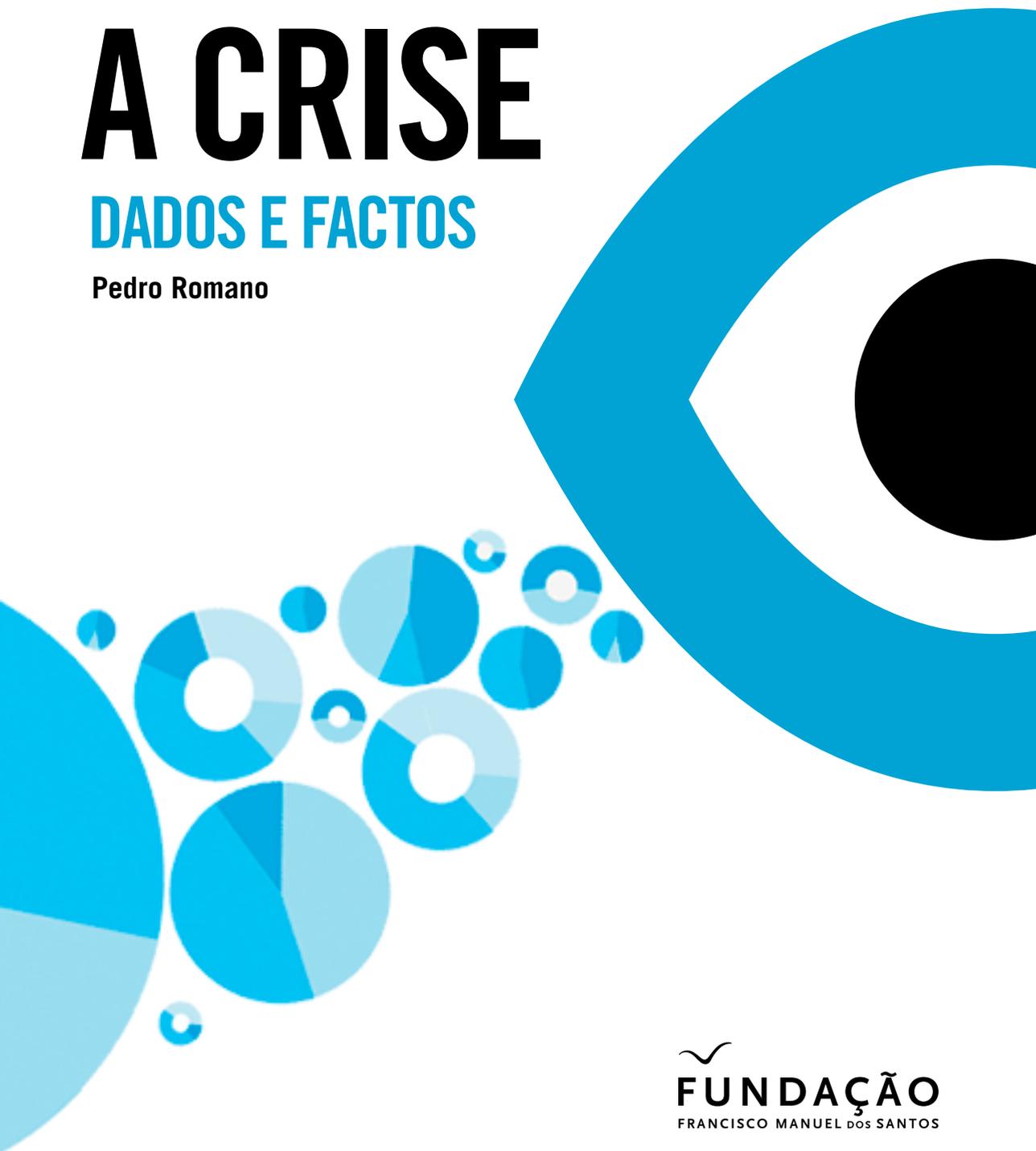


CONHECER A CRISE

DADOS E FACTOS

Pedro Romano





Pedro Romano é licenciado em Jornalismo e Informação pela Universidade do Minho. Fez jornalismo económico no Diário Económico, Semanário Económico e Jornal de Negócios. Foi assessor parlamentar na Assembleia da República e trabalhou na Fundação Francisco Manuel dos Santos. Desde 2017 que se dedica à consultoria em informação e economia.

CONHECER A CRISE **DADOS E FACTOS**



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Março 2017

Director de Publicações: António Araújo

Título: Conhecer a crise – dados e factos

Autor: Pedro Romano

Revisão de texto: Joana Vicente Pinto

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

ISBN: 978-989-8863-10-2

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade do autor e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O autor desta publicação não adoptou o novo Acordo Ortográfico.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada ao autor e ao editor.

CONHECER A CRISE DADOS E FACTOS

Pedro Romano

ÍNDICE

Conhecer a crise – dados e factos

	Capítulo 1
7	Introdução
	Capítulo 2
9	A crise vista de cima
	Capítulo 3
24	Conjuntura Económica
	Capítulo 4
33	Mercado Laboral
	Capítulo 5
45	População e Demografia
	Capítulo 6
49	Famílias e Padrões de Consumo
	Capítulo 7
56	Apoios Sociais
	Capítulo 8
61	Desigualdade e Condições de Vida
	Capítulo 9
68	Banca e Sector Financeiro
	Capítulo 10
75	Estado e Finanças Públicas
	Capítulo 11
83	Contas Externas
	Capítulo 12
90	Conclusão

Capítulo 1

Introdução

No início de 2011, a crise económica tornava-se cada vez mais aguda. O professor António Barreto, que na altura ocupava o cargo de presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, teve a ideia de criar um portal que monitorizasse a crise a par e passo com o objectivo de melhor compreender a economia e a sociedade, contribuindo assim para um debate que continuava a apoiar-se muito mais em opiniões e percepções do que em números e factos. Este foi o mote para a criação do portal *Conhecer a Crise* que, durante os anos seguintes, actualizou dezenas de indicadores numa base mensal e ajudou a responder sinteticamente à pergunta que todos faziam: afinal, o que se está a passar no nosso país?

O projecto deu um contributo de relevo para compreender a crise, mas estava, por razões evidentes, datado à partida. E com a retoma económica, que chegou em meados de 2013, acabou naturalmente por perder relevância, sendo fechado em 2015. Porém, seria um desperdício – de trabalho e de saber – encerrá-lo. A crise é um tema que ainda hoje suscita debates intensos e vigorosas trocas de opinião. E apesar de os dados do *Conhecer a Crise* serem quase todos públicos, a verdade é que as fontes de informação primárias são muitas vezes inacessíveis ao cidadão comum.

Este *e-book* faz, assim, uma compilação dos principais indicadores seguidos pelo *Conhecer a Crise* durante o seu tempo de vida. Ao contrário do que acontecia no *site* original, os indicadores estão organizados por áreas temáticas e, nalguns casos, são acompanhados de interpretações que se esperam úteis para contextualizar as séries estatísticas. No caso de alguns indicadores-chave, apresentados no capítulo "**A crise vista de cima**", alargou-se substancialmente o período temporal coberto e enriqueceu-se a apresentação de dados com a inclusão de previsões económicas disponíveis em diferentes períodos.

Tentou também actualizar-se, na medida do possível, o retrato da crise feito pelo portal, o que implicou depurar a base de dados de estatísticas cuja relevância e pertinência acabaram por se revelar duvidosas e acrescentar outras que, não tendo feito parte do projecto original, se mostraram cruciais para entender o que se passou no país ao longo desse período (como é o caso dos números da emigração). Para além disto, os valores foram todos actualizados de modo a reflectirem as revisões de dados que ocorreram entretanto – e que nalgumas situações foram muito substanciais.

Finalmente, uma nota acerca do próprio conceito de crise, central a este *e-book*. A crise que inspirou a criação do portal está bem circunscrita: corresponde à recessão iniciada em 2011, quando Portugal fez o pedido de ajuda externa, e que terminou oficialmente em 2013. Mas claro que os problemas não surgiram em 2011. Por essa razão, os dados estatísticos apresentados aqui, começam, sempre que possível, *antes* de 2011, de forma a incluírem (pelo menos) o ano de 2009, quando Portugal atravessou a recessão mais violenta desde os anos 70. Os dados, por sua vez, estão disponíveis num ficheiro *Excel* em anexo, lado a lado com detalhes metodológicos e fontes correspondentes.

Capítulo 2

A crise vista de cima

A crise que Portugal atravessou nos últimos anos manifestou-se de várias formas e teve consequências diversas. Algumas estavam longe de ser expectáveis e apenas pouco a pouco se tornaram salientes. Como no caso da emigração, que só atraiu a devida atenção do público muito depois de surgir pela primeira vez nos dados estatísticos. Este *e-book* propõe uma viagem a esses indicadores: começa com uma visão panorâmica da crise e avança depois para um olhar mais pormenorizado, guiando o leitor ao longo de várias secções temáticas.

O primeiro ponto de paragem é o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a medida mais agregada e completa da actividade económica de um país: sintetiza num único número a quantidade total de bens e serviços produzidos pela economia ao longo de um ano. Apesar de não dizer tudo, o PIB fornece provavelmente o caminho mais rápido e directo para avaliar a vitalidade económica de uma região. Além disso, há uma correlação considerável entre o nível de Produto de um país e a sua *performance* noutros indicadores de desenvolvimento económico, social e humano¹. Para início de conversa, não é um mau ponto de partida.

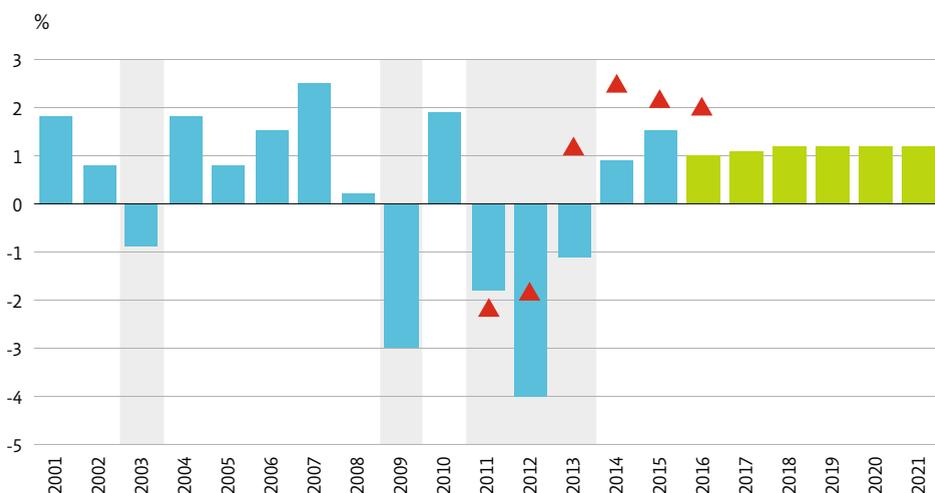
Caixa 1 – Como ler os gráficos

Ao contrário do que acontece no resto do *e-book*, no primeiro capítulo apresenta-se não apenas a série de dados históricos mas também: a) uma previsão para a evolução de longo prazo de cada indicador feita em 2011, que permite contrastar as expectativas com a realidade; b) as previsões actuais para o comportamento futuro dos mesmos indicadores, sendo que as previsões feitas em 2011 são assinaladas a vermelho e as previsões actuais a verde-claro. Os anos de recessão assinalam-se com sombreado cinzento.

1 A correlação entre o PIB e o [Índice de Desenvolvimento Humano da ONU](#), por exemplo, está bem documentada no site [Gapminder](#), dedicado à visualização gráfica de dados sociais, demográficos e económicos.

Se for este o critério à luz do qual olhamos para os últimos anos, então a crise recente salta à vista como a maior das últimas décadas. O gráfico seguinte foca-se apenas nos últimos 16 anos de modo a tornar os dados legíveis e manter a regra temporal adoptada nos restantes quadros; mas a verdade é que nos dados oficiais, que recuam até aos anos 50, não há registo de um período tão negro como o actual. Na crise recente a economia esteve em recessão durante três anos consecutivos e registou uma perda acumulada de Produto na casa dos 7%. É preciso recuar praticamente até à década de 30 – e recorrer às estimativas compiladas pelo historiador Angus Madisson – para encontrar uma *performance* parecida².

Gráfico 1 Crescimento do PIB 2001-2021



Surpreendido? Não se preocupe: está em boa companhia. Praticamente todos os organismos que se dedicam a fazer previsões económicas subestimaram – e muito – quer a duração quer a severidade da recessão. As previsões oficiais feitas em 2011 (assinaladas a vermelho) antecipavam uma quebra do PIB inferior ao que aconteceu em 2012 e projectaram para 2013 uma

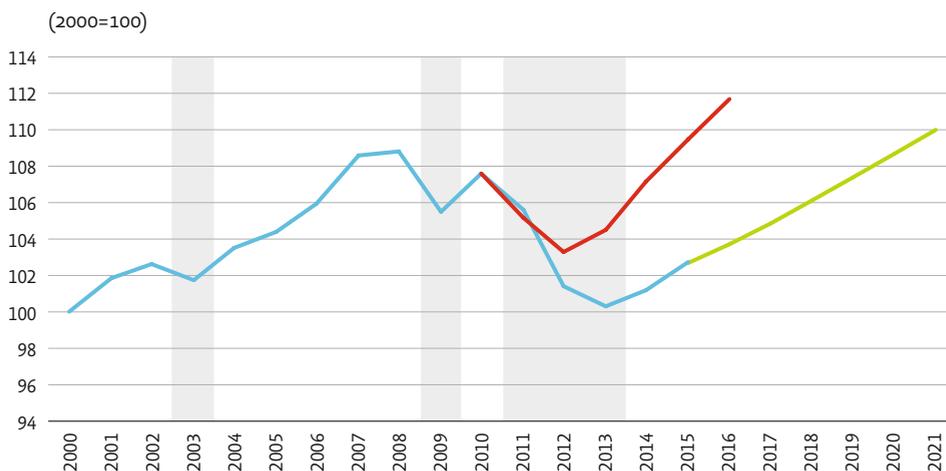
2 Os dados oficiais do Banco de Portugal recuam até 1954. Dados para o período anterior podem ser encontrados no [site do Projecto Madisson](#). Como é óbvio, quanto mais distante for o ano para o qual olhamos, mais turva será a nossa visão. Por essa razão, estas estimativas devem ser lidas com alguma precaução.

recuperação que só acabou por chegar em 2014. A robustez da retoma também ficou muito aquém do que se esperava.

A comparação entre taxas de crescimento esperadas e concretizadas pode ser pouco relevante para os leitores menos habituados a olhar para estes números. O que significa uma contracção do PIB de 4% em 2012 em vez dos 1,8% que eram a expectativa inicial? Quais as implicações de uma recessão que durou quase quatro anos consecutivos depois de um período de quase 10 anos em que o crescimento médio não se afastou muito de 1%?

Uma maneira alternativa de apresentar os dados, possivelmente mais intuitiva, é mostrar o nível do Produto e não a sua taxa de variação anual. A imagem seguinte apresenta o volume do PIB ao longo do tempo, bem como o PIB que se observaria caso se verificassem as taxas de variação previstas em 2011. A linha verde, por sua vez, revela o perfil implícito às previsões mais recentes. O PIB do ano 2000 é indexado a 100 por conveniência.

Gráfico 2 Crescimento do PIB em nível 2000-2021

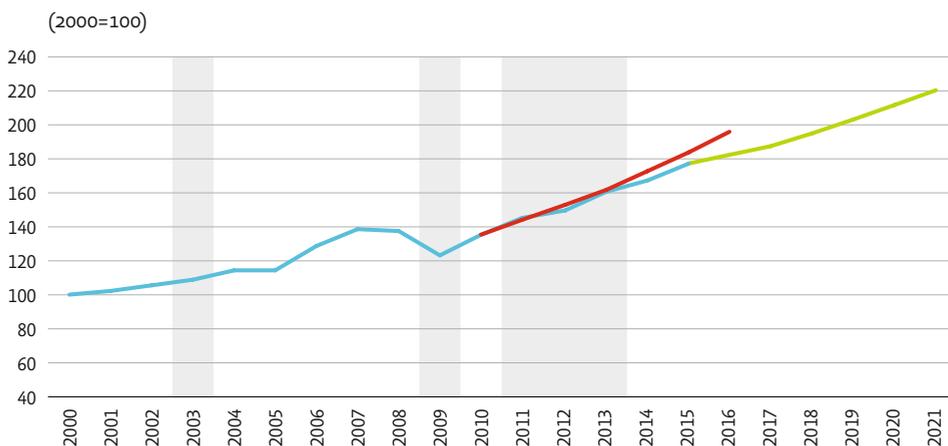


Duas conclusões saltam à vista. A primeira é que a economia está hoje em dia a produzir mais ou menos o mesmo que em 2002 – um recuo de 14 anos que não tem paralelo na nossa história recente. A segunda é que, com as taxas de crescimento esperadas actualmente, só em 2021 é que o PIB deverá atingir a dimensão que tinha antes da crise. Seja qual for o ângulo de observação dos

dados, é difícil escapar à conclusão de que Portugal terá não uma, mas duas décadas perdidas³.

O PIB inclui várias parcelas diferentes – ou componentes, como se diz na gíria económica – e nem todas tiveram o mesmo comportamento de 2009 para cá. A componente mais resiliente aos choques foi sem dúvida a das exportações, que continuaram a crescer em dois dos quatro anos ao longo dos quais se prolongou a recessão. Este comportamento também revela a natureza marcadamente doméstica da recessão de 2011-2014. Se em 2009 o choque foi global e afectou da mesma forma quer as empresas viradas para o mercado interno que as empresas que vendem para o exterior, de 2011 em diante os problemas foram sobretudo internos. As exportações continuaram assim a crescer durante uma parte deste período, como se vê no gráfico 3 (as taxas de variação correspondentes podem ser encontradas no capítulo "**Conjuntura Económica**", bem como no ficheiro *Excel* associado).

Gráfico 3 Exportações reais em nível 2000-2021



- 3 Década perdida é o nome dado à década de 90 da economia japonesa. Depois de crescer de forma consistente acima dos 3%, o Japão sofreu o embate de uma crise aguda no sector imobiliário, que deixou chagas profundas e atirou as taxas de crescimento para uns magros 1% ao ano durante mais de 10 anos. Não há muito mais exemplos de economias desenvolvidas que passem por uma travagem tão abrupta (e um período depressivo tão prolongado), razão pela qual o Japão é visto como um *case-study*.

Contudo, convém ter algum cuidado antes de retirar conclusões definitivas. Apesar de as exportações terem crescido de forma substancial, com taxas de crescimento que chegaram a atingir os 10% – a *performance* relativa deste sector acabou por ficar aquém do que tinha sido previsto no início de 2011. A linha azul, que mostra os valores efectivos, fica sistematicamente abaixo da linha vermelha, referente ao nível de exportações que, em 2011, se previa para os anos seguintes. Veremos no capítulo "**Contas Externas**" quais os factores que influenciaram este resultado final e analisaremos dados mais específicos que ajudam a contextualizá-lo.

A produção destinada a ser consumida pelas famílias (consumo privado) não resistiu tão bem. O consumo encolheu quase 10% em apenas três anos, e as previsões actuais não antecipam um retorno imediato ao nível pré-crise. Mas mais impressionante ainda é o caso do investimento, que perdeu um quarto do seu volume de 2008 para cá.

Gráfico 4 Consumo privado real em nível 2000-2018

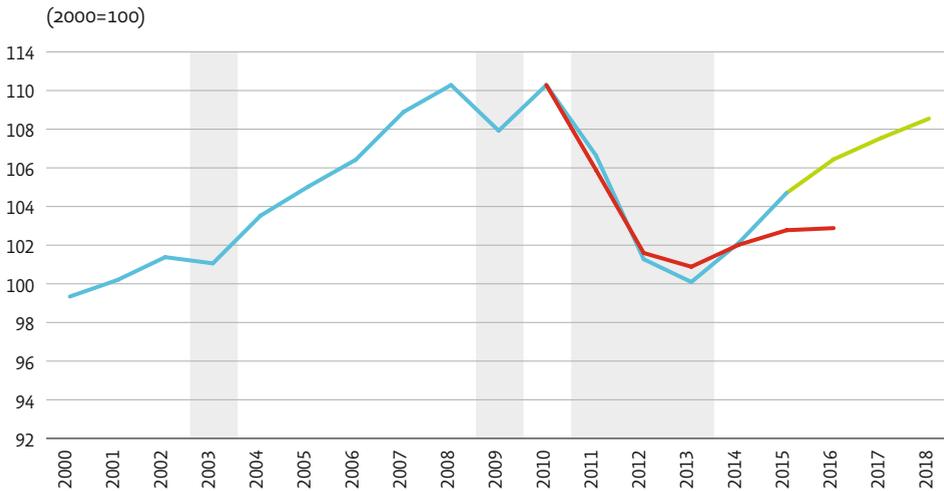
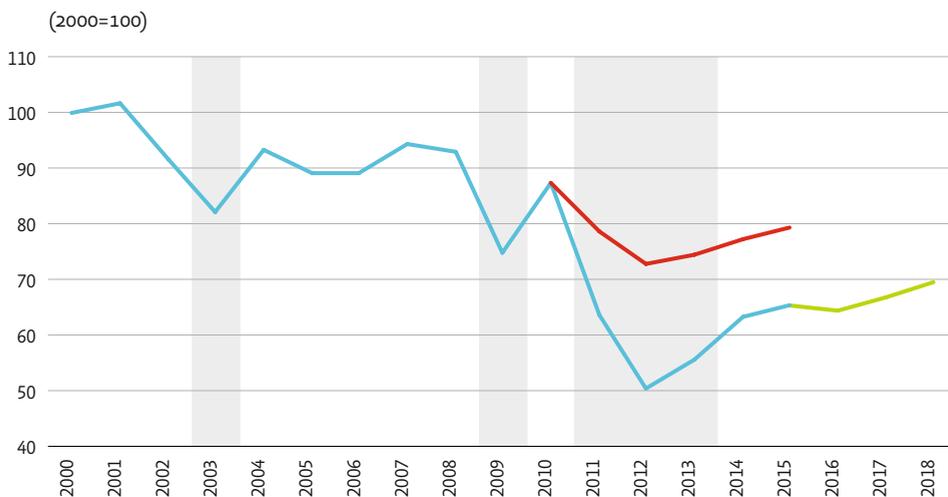


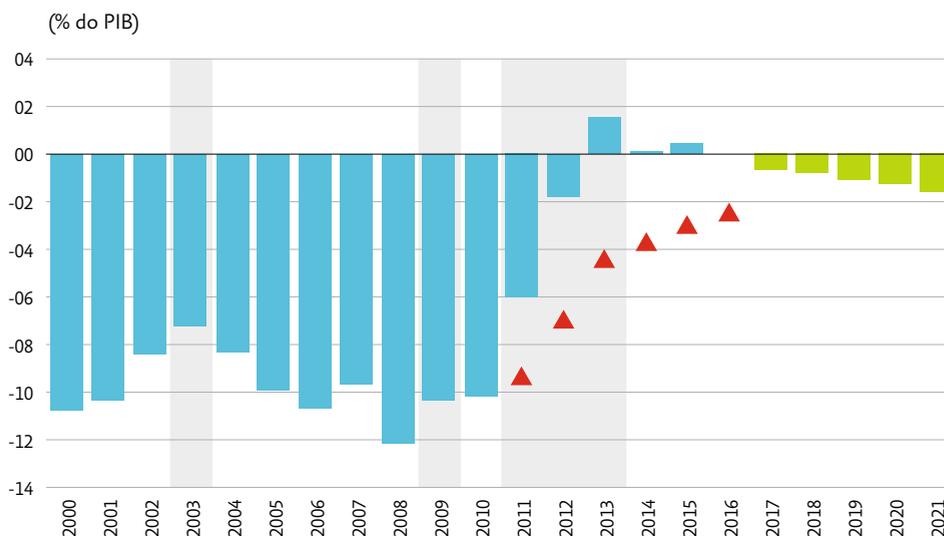
Gráfico 5 Investimento real em nível 2000-2018



Esta trajectória é impressionante, seja qual for o termo de comparação. O investimento não só caiu mais do que qualquer outra rubrica como também registou um desvio recorde entre o que foi previsto em 2011 e o que acabou por se materializar. Isto é ainda mais surpreendente, e preocupante, por vir na sequência de uma década em que o investimento foi sendo progressivamente reduzido. Sendo este indicador uma medida da capacidade instalada de que a economia dispõe (máquinas, equipamentos, etc.) para produzir novos bens e serviços, não deixa de ser inquietante constatar que Portugal tem hoje em dia um volume de investimento consideravelmente inferior ao de 2000 – e que não se perspectivam para os próximos anos grandes melhorias a este nível, como se pode ver pela linha verde.

Portanto, à medida que as exportações cresciam, o consumo e o investimento encolhiam. Este comportamento divergente conduziu a uma das mais notáveis alterações na economia portuguesa: a passagem de uma situação deficitária, em que os agentes económicos se endividam no exterior, para uma posição excedentária, em que os mesmos agentes se tornam credores do resto do mundo.

Gráfico 6 Balança de transacções correntes 2001-2021



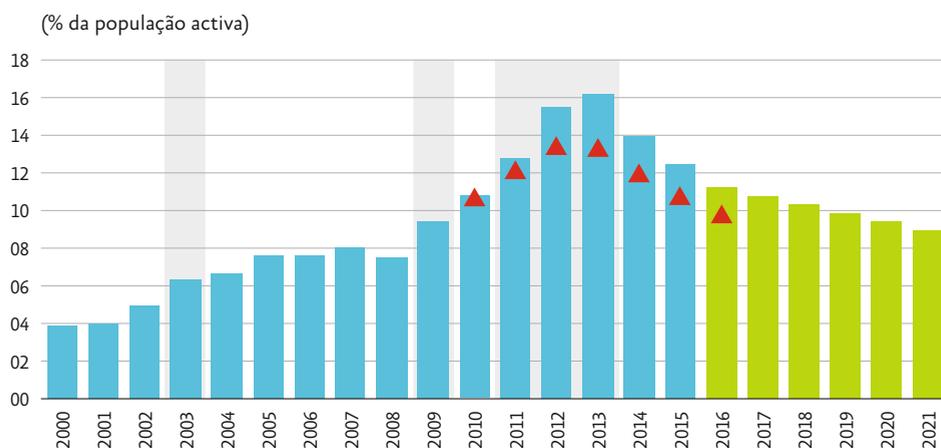
Balança de transacções correntes pode parecer um termo complicado, mas a ideia subjacente é simples. Todos os países têm relações económicas com o exterior: importam bens, exportam serviços, recebem remessas de emigrantes e fazem pagamentos a organizações internacionais. A balança de transacções correntes soma todas estas parcelas e representa num único item todas as trocas com o resto do mundo (ou quase – na verdade, há parcelas residuais que não são contabilizadas). Um défice na balança de transacções correntes significa que o país paga mais do que recebe, incorrendo assim num défice; um excedente na balança tem o significado oposto: o país recebe mais do que gasta, obtendo assim créditos sobre o exterior, ou reduzindo a sua dívida perante ele – o que é mais ou menos o mesmo e tem implicações semelhantes.

E este é outro daqueles casos em que o período temporal abrangido pelos gráficos acaba por se revelar curto para garantir uma perspectiva apropriada do que se passou. Em apenas três anos, de 2010 a 2013, Portugal passou de um saldo negativo de cerca de 10% do PIB para um excedente pequeno. Quando foi a última vez que isto aconteceu? Na década de 80, por altura da segunda intervenção do Fundo Monetário Internacional. Este foi o resultado conjugado de duas forças a actuar na mesma direcção: crescimento das exportações, que

representam vendas ao exterior, e redução do consumo e investimento – que são parcialmente satisfeitos com recurso a compras ao exterior.

Deixemos a macroeconomia de parte para passar a uma realidade mais palpável: o mercado laboral. Se não tiver passado os últimos cinco anos isolado do mundo em redor, é provável que o leitor tenha uma ideia razoável do que aconteceu no passado recente: o desemprego atingiu níveis historicamente elevados, ultrapassando por larga margem a fasquia dos 10%, mesmo com uma quebra de série pelo caminho⁴.

Gráfico 7 Taxa de desemprego 2001-2021



A subida do desemprego não é um fenómeno novo em Portugal. Como se vê no gráfico, o desemprego tem vindo a aumentar em território nacional pelo menos desde o virar do século, altura em que atingiu níveis baixíssimos (4%), tendo praticamente duplicado em apenas quatro anos – uma tendência tanto mais estranha por se ter acentuado em contraciclo com a Europa, onde o mercado laboral só começou a dar sinais de alerta a partir de 2008.

Mas nova e imprevista é a dimensão da subida de 2009 em diante. Até então, a economia portuguesa nunca tinha apresentado taxas de desemprego

4 Convém ter algum cuidado na comparação dos dados. A partir de 2011 o Instituto Nacional de Estatística [alterou a forma como recolhe os dados](#), o que gerou uma quebra entre as duas séries de dados. Apesar de o INE recomendar que as duas séries não sejam utilizadas em simultâneo, a prática da comunicação social (e até de alguns académicos) tem sido ignorar as diferenças e continuar a tratar os dados como se de uma só série se tratasse. À falta de melhor alternativa, optou-se pelo mesmo.

muito superiores a 10%, mesmo durante os programas de ajustamento do FMI dos anos 70 e 80. Desta vez, não só ultrapassou os 10% como escalou para lá dos 16%, devido a razões que ainda hoje não são completamente conhecidas. Os pontos vermelhos, por sua vez, mostram um filme que já vimos em gráficos anteriores: as previsões económicas a revelarem-se recorrentemente optimistas.

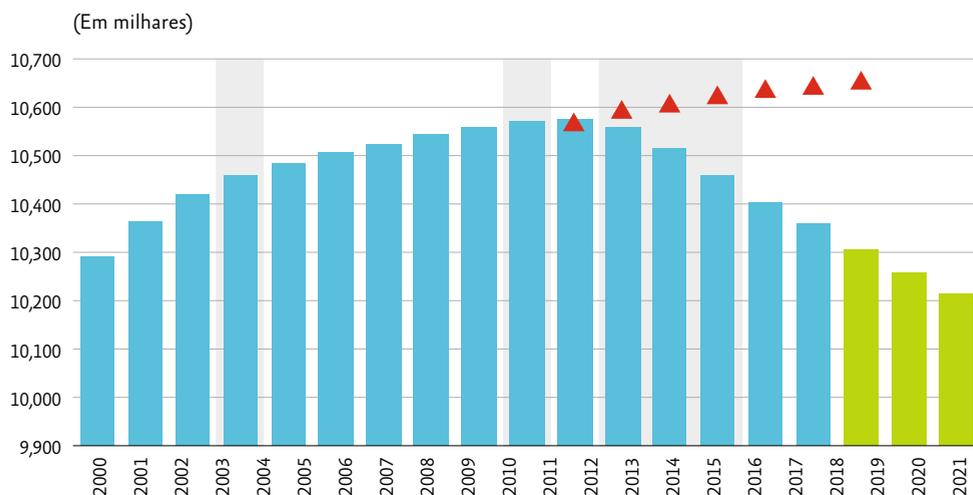
Mas no caso do mercado laboral, o filme teve um *twist* final que não aparece nas outras imagens. Depois de surpreender quase todos com uma subida inusitada, a taxa de desemprego caiu também de forma inesperada, com quedas sempre superiores àquilo que foi sendo antecipado pela generalidade das previsões.

Dito isto, a recuperação do mercado laboral, apesar de surpreendentemente rápida, está longe de ter apagado todos os danos provocados pela crise. Na verdade, a taxa de desemprego continua bem acima do nível atingido antes da crise – um valor que, pelos padrões históricos, era, só por si, excessivo. E as previsões actuais sugerem que o desemprego vai continuar muito alto ao longo dos próximos quatro anos.

Estas são as chagas mais duradouras – e quiçá mais trágicas – da crise. Neste momento, é possível que a taxa de desemprego só em 2019 fique abaixo dos 10%. Se esse cenário se materializar, a economia portuguesa terá passado uma década inteira com mais de um décimo da sua população activa sem emprego. Em que medida vai isto afectar as qualificações dos portugueses à margem do mercado laboral? De que forma será o potencial produtivo da economia influenciado por um período tão longo de desemprego? Quais os efeitos de longo prazo nos jovens que só agora chegam ao mercado de trabalho? Ninguém sabe muito bem ao certo, são ainda águas inexploradas.

Mas as condições do mercado laboral não se traduziram apenas em mais desemprego. A crise coincidiu também com uma alteração profunda na estrutura demográfica do país: após anos a crescer, a população portuguesa diminuiu. A imagem seguinte documenta esta recessão demográfica, mostrando também como todos foram apanhados de surpresa por esta súbita inversão.

Gráfico 8 População residente 2001-2018



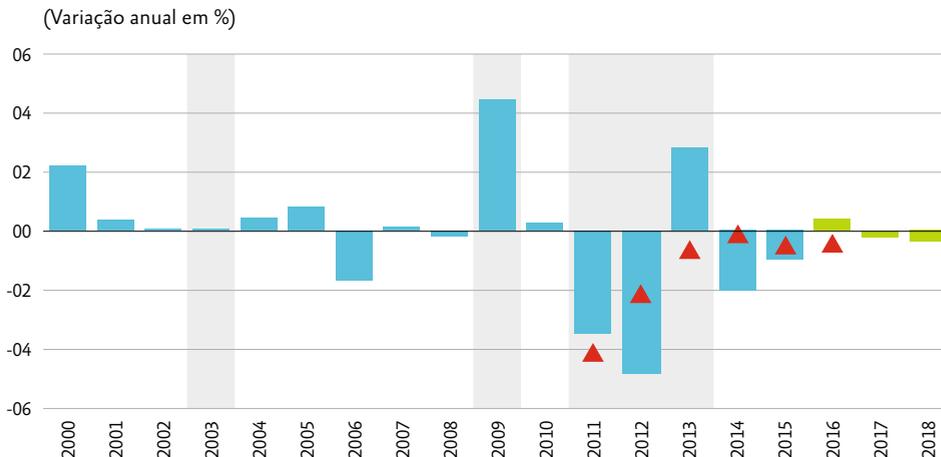
Correlação não é causalidade e seria prematuro associar estas mudanças abruptas apenas à crise económica. Apesar de a crise económica ter sem dúvida influenciado alguns elementos da demografia – é difícil imaginar que a subida do desemprego não tenha afectado os fluxos migratórios, por exemplo –, a verdade é que também estão aqui em jogo factores mais estruturais do que a simples conjuntura económica, e que teriam sempre, e em qualquer cenário, contribuído para uma diminuição da população. É o caso, por exemplo, da quebra da taxa de natalidade, que se agrava há muitos anos e que é analisada mais ao pormenor no capítulo **"População e Demografia"**.

Em que medida é que os empregos que resistiram à crise se ressentiram – directa ou indirectamente – dos seus efeitos? Na verdade, é muito mais fácil medir o número de empregos do que a respectiva qualidade. Um bom emprego é fácil de definir intuitivamente: é um emprego com um salário elevado, exercido num ambiente enriquecedor e capaz de oferecer (pelo menos) alguma estabilidade e segurança. Porém, as estatísticas laborais não fornecem informação detalhada o suficiente para que seja possível avaliar com propriedade todas estas dimensões.

Na falta de informação mais granular, olharemos para os salários *reais* para avaliar, mesmo que de forma limitada, a qualidade dos empregos criados – e mantidos ao longo do tempo – na economia portuguesa. Os salários reais,

recorde-se, são os salários efectivamente recebidos pelos trabalhadores, depois de descontado o valor da inflação.

Gráfico 9 Salários reais 2001-2018



A interpretação deste gráfico não é tão óbvia como a dos anteriores, pelo que convém fazer uma pequena leitura acompanhada. A primeira conclusão é a de que os salários recuaram durante a crise. Apesar da enorme volatilidade⁵ que se observa no gráfico, o salário *médio* recebido pelos trabalhadores portugueses em 2015 era cerca de 4% mais baixo do que o salário médio de 2008. Esta é uma quebra assinalável, tendo em conta que se refere a um período de sete anos.

A segunda conclusão, no que a salários diz respeito, é a crise parecer apenas ter acentuado uma realidade que até aí já não era famosa, pois entre 2000 e 2008 os salários praticamente estagnaram, o que é um comportamento ainda mais despontante do que o registado pelo Produto Interno Bruto. Se

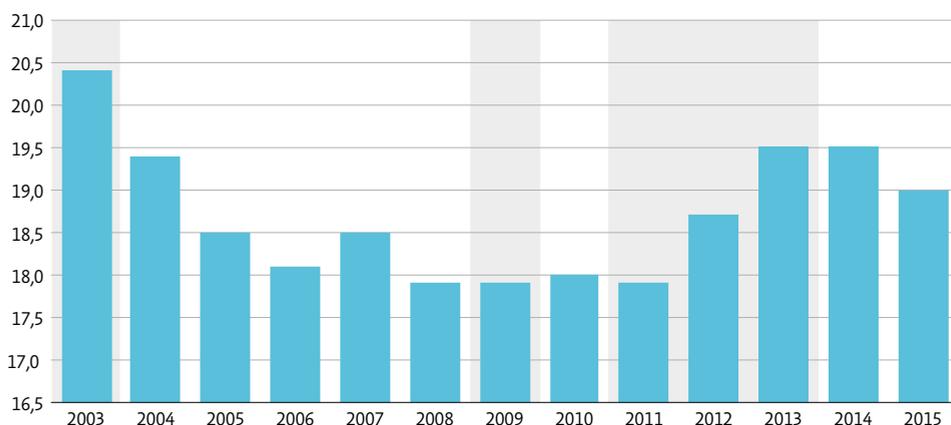
5 Esta volatilidade tem uma explicação simples: os dados de 2011, 2012 e 2013 estão bastante influenciados pelos cortes salariais da função pública que começaram a ser implementados em 2011, foram reforçados em 2012 e começaram a ser anulados em 2013. O perfil dos salários privados, por exemplo, é muito mais suave do que o zigzague constante dos valores agregados. Já a subida altíssima de 2009 resulta provavelmente da surpresa que constituiu a descida da inflação. Nesse ano, o índice de preços do consumidor teve uma quebra de 0,9%, depois de crescer 2,6% em 2008. Como os salários são por norma negociados no ano anterior, é provável que a actualização de 2009 tenha sido feita assumindo uma inflação semelhante à que vigorava em 2008. A inesperada redução dos preços terá assim apanhado de surpresa trabalhadores e patrões, aumentando, por esse motivo, o valor do salário *real*.

se confirmarem as previsões de 2016, o salário médio de 2018 será mais baixo do que o salário médio de 1999. Serão perto de duas décadas sem crescimento do poder de compra.

De que forma é que o comportamento dos salários e a evolução do desemprego influenciaram os indicadores de pobreza? Seria de supor que a estagnação salarial, associada à subida do desemprego, tivesse efeitos substanciais na taxa de pobreza. Mas não foi isso que aconteceu. A taxa de pobreza manteve-se estável em 2009, e chegou mesmo a cair em 2011. Piorou bastante em 2012 e 2013, mas melhorou nos dois anos seguintes, e em 2015 já estava ao nível da de 2004. À vista desarmada, a crise parece ter tido um impacto relativamente moderado nos indicadores de condições de vida.

Gráfico 10 Taxa de risco de pobreza 2003-2015

(Em % da população)



Haverá algo de errado com estes dados? Não: a taxa de pobreza que se vê aqui é exactamente a mesma que o INE divulga todos os anos. Mas há uma subtilidade relevante a notar, à qual a comunicação social nem sempre dá a devida importância quando reporta estes dados. É que a pobreza, neste caso, é um conceito relativo.

Na definição usada pelo INE e que, de resto, é partilhada pelos outros organismos de estatística europeus, pobres são todos aqueles que ganham menos do que uma determinada percentagem (60%, neste caso) do rendimento

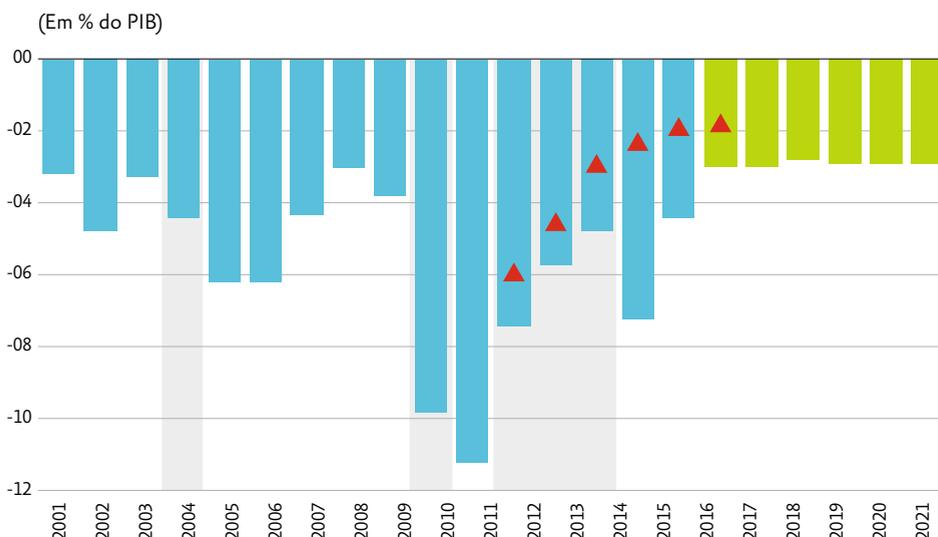
mediano. Portanto, é perfeitamente possível que o desemprego aumente e a taxa de pobreza desça – o efeito final depende não apenas da forma como a crise afecta as pessoas que estão na base da pirâmide social, mas também, e na mesma medida, do modo como ela muda o rendimento mediano.

Assim, esta taxa de pobreza pode enviar sinais contraditórios e contraindutivo para quem não está habituado às subtilezas das definições usadas pelo INE. Felizmente há uma série de indicadores auxiliares que complementam a taxa de pobreza e que são barómetros mais apropriados para avaliar a evolução das condições de vida da população. Esses indicadores podem ser encontrados no capítulo "**Desigualdade e Condições de Vida**" (e antecipando a curiosidade de alguns leitores, podemos desde já dizer que as conclusões a que conduzem são bastante diferentes das que resultam da leitura deste gráfico).

Entretanto, a situação orçamental do Estado melhorou a olhos vistos. Portugal partiu de um défice de 11% do PIB em 2010 e conseguiu reduzi-lo para pouco mais de 4% ao longo dos cinco anos seguintes. Para 2016 esperava-se que o défice rondasse os 2,5% do PIB – a imagem aponta para 3%, mas convém reconhecer que esse número é retirado de uma série de previsões (World Economic Outlook de Outubro de 2016, publicação do FMI) bastante mais pessimista do que a generalidade das previsões. O consenso, neste momento, é que o défice fique abaixo dos 3%.

Os resultados orçamentais ficaram aquém daquilo que se previa em 2011. Por exemplo, em 2015 o défice ficou mais de dois pontos percentuais acima da meta fixada quatro anos antes (1,9%). A comparação entre o que se esperava em 2011 e o que de facto aconteceu levanta alguns problemas metodológicos, porque as metas foram fixadas num quadro estatístico que acabou por ser alterado a meio do percurso (passagem do Sistema Europeu de Contas 95 para o Sistema Europeu de Contas 2010), mas as mudanças operadas foram suficientemente pequenas para não porem em causa a conclusão de fundo: o défice caiu imenso, mas caiu menos do que a meta oficial.

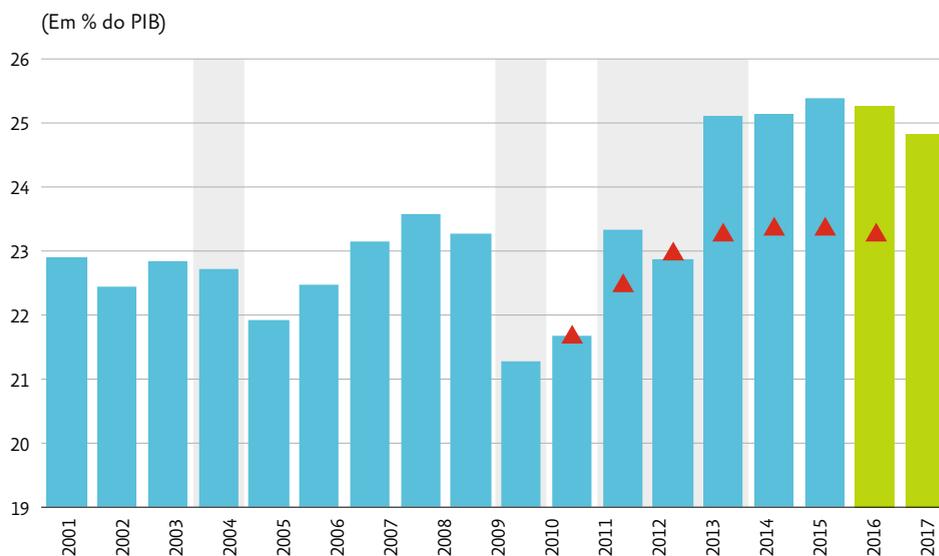
Gráfico 11 Défice orçamental 2001-2021



A estrutura da consolidação orçamental também acabou por ser, devido a uma série de factores – desde a intervenção do Tribunal Constitucional até à revisão em alta da recessão (que forçou um reforço das medidas de austeridade) – significativamente diferente da que tinha sido planeada no início. A evolução da carga fiscal⁶ é um bom exemplo dessa inversão de planos.

6 A carga fiscal representa o peso dos impostos (incluindo-se aqui os impostos cobrados pela Segurança Social – ou seja, as contribuições sociais) no total do rendimento do país. Os valores são iguais à soma dos impostos directos, impostos indirectos e contribuições sociais, divididos pelo PIB.

Gráfico 12 Carga fiscal 2001-2017



Estes são alguns dos factos mais importantes e notórios da crise e que os capítulos seguintes observarão ao microscópio, partindo daí para uma caracterização mais detalhada do que aconteceu em Portugal nos últimos sete anos.

Capítulo 3

Conjuntura Económica

Os indicadores de conjuntura económica são dados de curto ou curtíssimo prazo que permitem monitorizar a actividade económica quase em tempo real. Todos os meses, por exemplo, o INE divulga uma série de indicadores qualitativos que capturam a percepção das famílias e das empresas acerca do estado da economia.

Não é portanto de estranhar que tenham sido estes indicadores a dar os primeiros sinais de alarme. Tanto o indicador de confiança das famílias como o indicador de clima económico, que sintetiza a avaliação feita pelo conjunto das empresas, caíram a pique em 2008, recuperando em 2010 e afundando de novo em 2011. A parte boa dos gráficos é que tanto um como outro confirmam que a crise começou mesmo a ser ultrapassada em meados de 2013.

Gráfico 13 Indicador de confiança dos consumidores

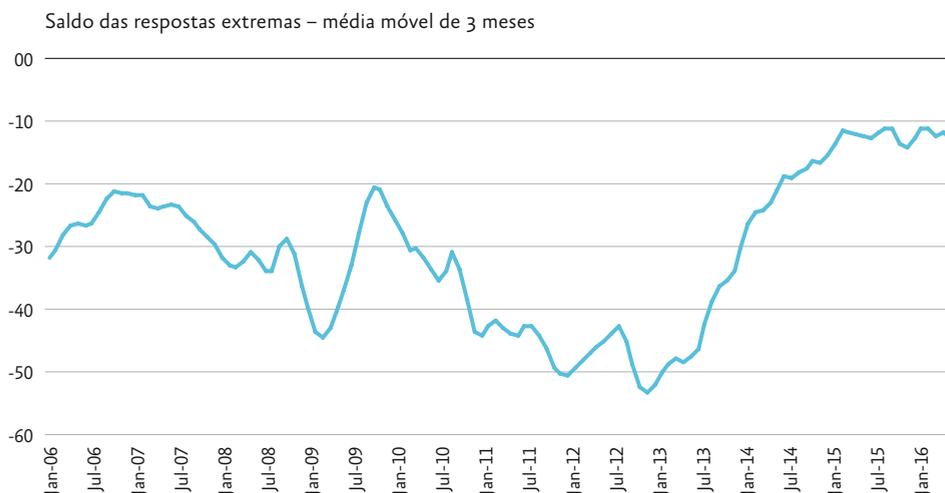
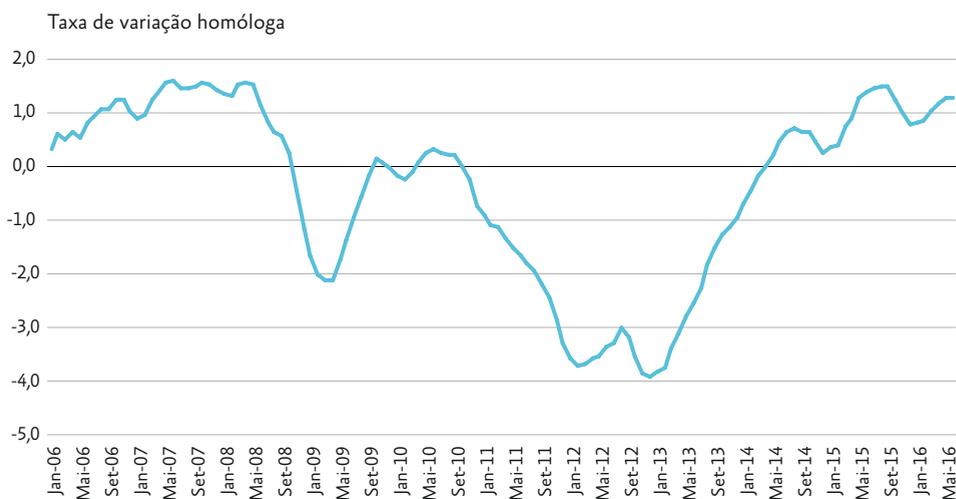


Gráfico 14 Indicador de clima económico



Falamos apenas de uma crise, mas essa crise inclui duas recessões de características muito diferentes. Já vimos no capítulo anterior como a primeira foi transversal à generalidade dos países e a segunda foi essencialmente doméstica. Podemos agora olhar para indicadores mais detalhados e ver como este padrão criou uma economia a duas velocidades, com as actividades mais dependentes do mercado interno a definharem ao longo de 2011-2013 e as actividades mais expostas aos mercados externos a resistirem melhor. Nalguns sectores, como o do turismo, a recessão não impediu sequer que se batessem recordes (ver dormidas em hotéis, no gráfico 16, [p.26](#)).

Gráfico 15 Avaliação da situação na indústria transformadora

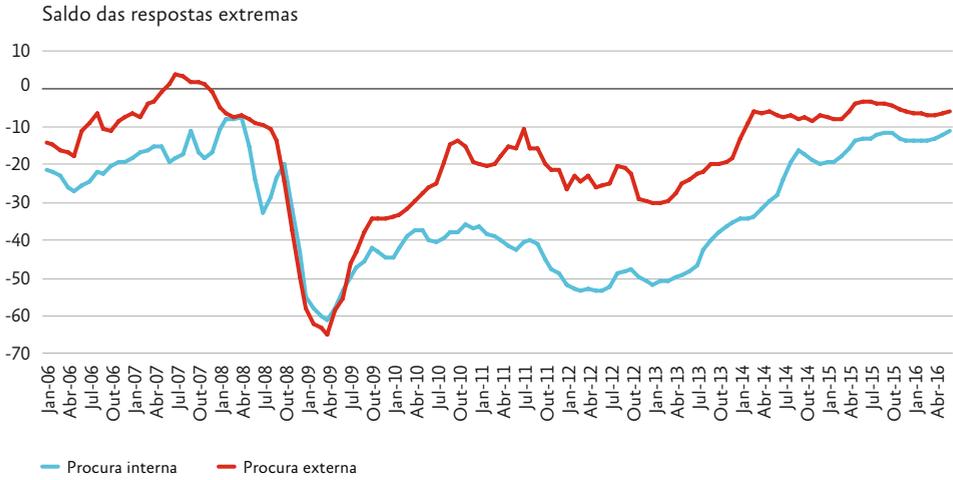


Gráfico 16 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros

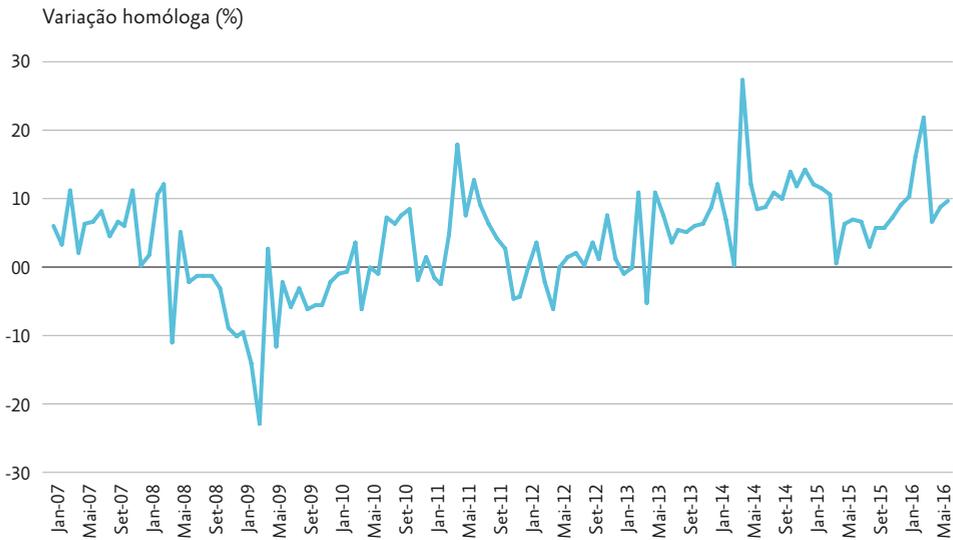


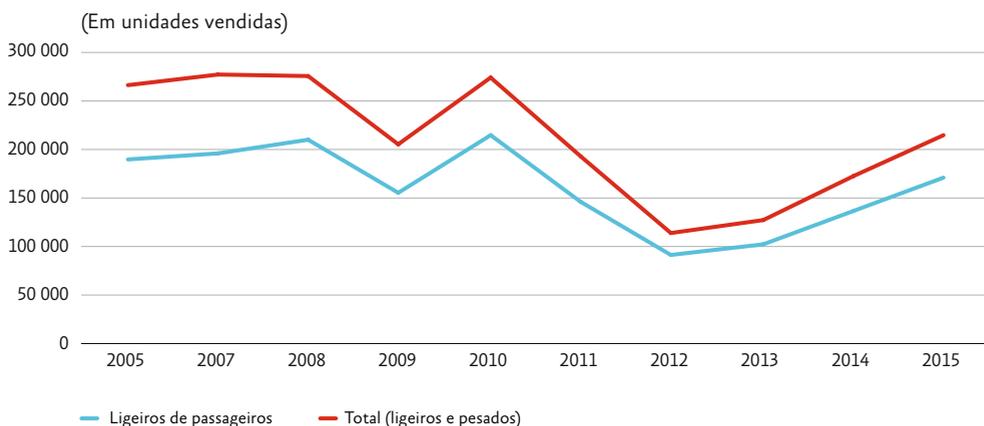
Gráfico 17 Taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria transformadora



O sector dos bens de consumo duradouro foi especialmente afectado. A compra de carros, por exemplo, caiu para níveis que não se viam desde o século passado. As aquisições de automóveis ligeiros e pesados em 2012 e 2013 foram praticamente metade das verificadas em 2008.

E apesar de nos últimos anos ter havido um crescimento robusto das aquisições, o gráfico também mostra que o volume de compras continua bem longe do registado no passado, colocando em perspectiva as taxas de crescimento registadas de 2014 em diante.

Gráfico 18 Venda de automóveis



Entretanto, a crise manifestou-se também noutros indicadores mais indirectos, como o consumo de energia – que costuma andar lado a lado com a actividade económica – e a evolução dos preços.

Gráfico 19 Consumo de electricidade

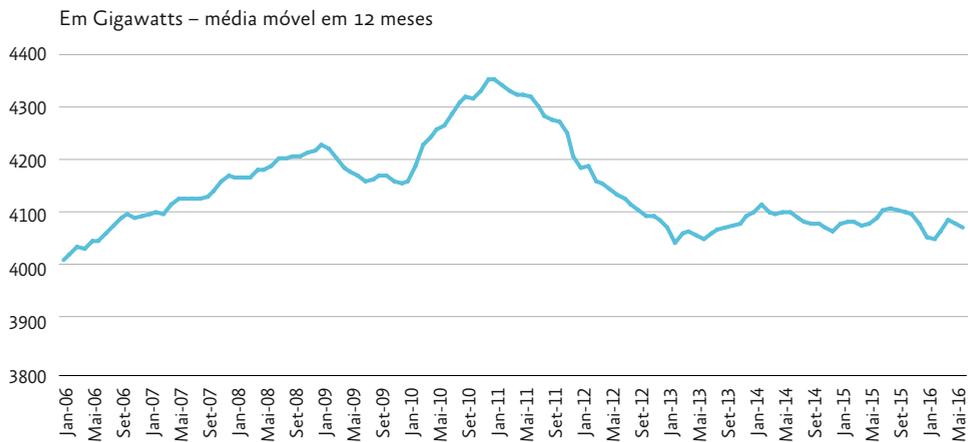


Gráfico 20 Consumo de gasóleo

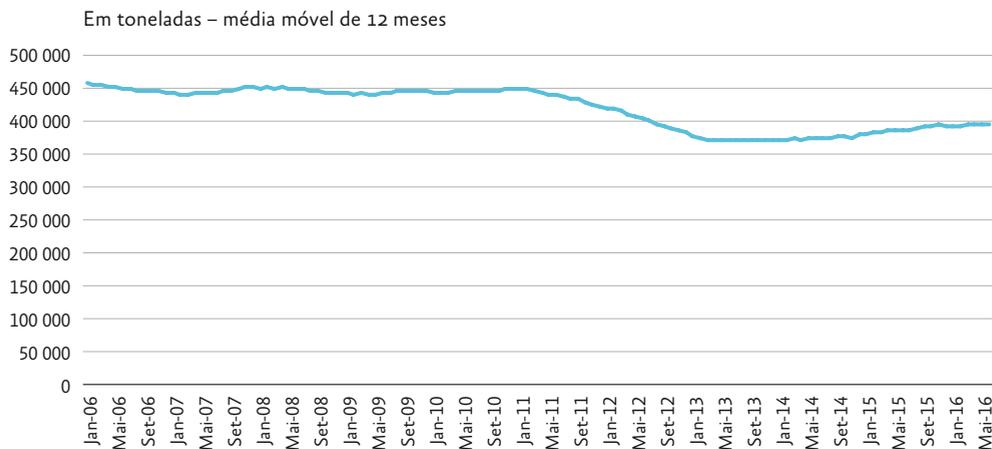


Gráfico 21 Índice de preços no consumidor



Pode gerar alguma estranheza que se considere a última imagem como evidência da crise. Afinal de contas, o que se vê no gráfico é uma descida da inflação, e a maior parte das pessoas diria que preços baixos são algo a promover e não um problema a evitar. A questão é que numa economia de mercado, em que os preços respondem aos estímulos e pressões a que as empresas estão expostas, a subida (ou descida) da inflação pode ser vista como um sintoma da dinâmica da economia. Quando as empresas estão atoladas em encomendas têm margem para aumentar os preços sem perder clientes, ao passo que numa situação de procura deprimida gera-se a dinâmica inversa: os preços são sucessivamente reduzidos (ou crescem mais devagar) na expectativa de evitar a acumulação de *stocks*. Deste ponto de vista, o abrandamento súbito da inflação de 2008 em diante é um reflexo das dificuldades sentidas pelas empresas portuguesas em escoar os seus produtos. E isto conduz a uma pergunta inevitável: será a subida dos preços de 2011 sinal de uma retoma que passou despercebida? Não. O comportamento da inflação nesse ano foi bastante influenciado pelas mudanças nos escalões de IVA, que geraram um aumento drástico no peso do imposto sobre o valor acrescentado nos produtos consumidos pelas famílias.

Apesar de úteis, todos estes indicadores são limitados e redutores. Não permitem ter uma ideia global e integrada de todo o sistema económico.

A economia está a crescer? Está a contrair? Quais os sectores que estão em expansão? Em que áreas de actividade há mais problemas?

Os dados de consumo de energia, venda de carros ou inflação não dão respostas claras a estas questões. Para se perceber as grandes dinâmicas globais é preciso recorrer à contabilidade nacional. Este é um sistema de regras e normas que permite incorporar toda a informação acerca da economia nacional e construir um quadro integrado da mesma. Através da contabilidade nacional é possível calcular o PIB e dividi-lo em unidades mais pequenas e mutuamente exclusivas.

Esta divisão pode ser feita ao longo de dois eixos: num primeiro eixo, a contabilidade nacional cria categorias com base nos usos de cada produto: os bens ou serviços podem ser destinados ao consumo das famílias, ao investimento das empresas, à exportação, etc. Esta é a divisão que já vimos antes, e que nos gráficos seguintes volta a aparecer sistematizada. O primeiro gráfico mostra as várias categorias com um valor indexado a 100 no ano base, e o segundo mostra as respectivas taxas de crescimento. As linhas podem ser algo confusas, mas os dados em bruto, recorde-se, estão disponíveis em *Excel*.

Gráfico 22 Componentes do PIB em nível

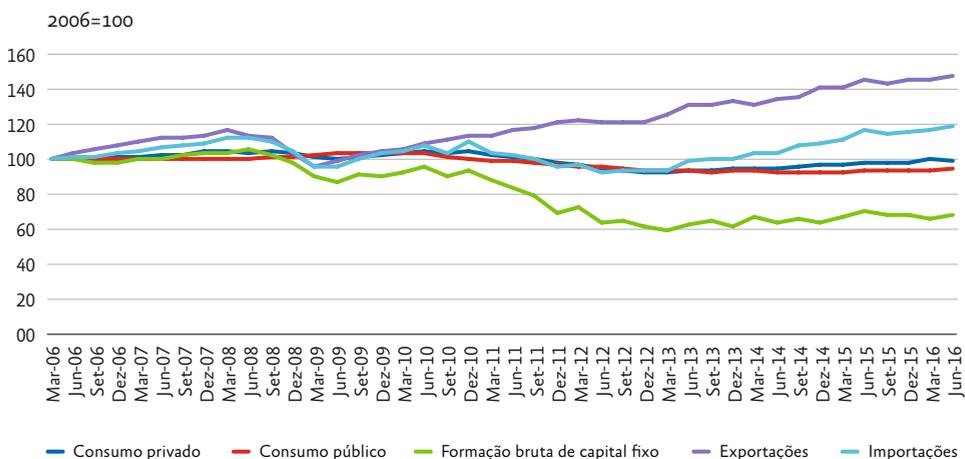
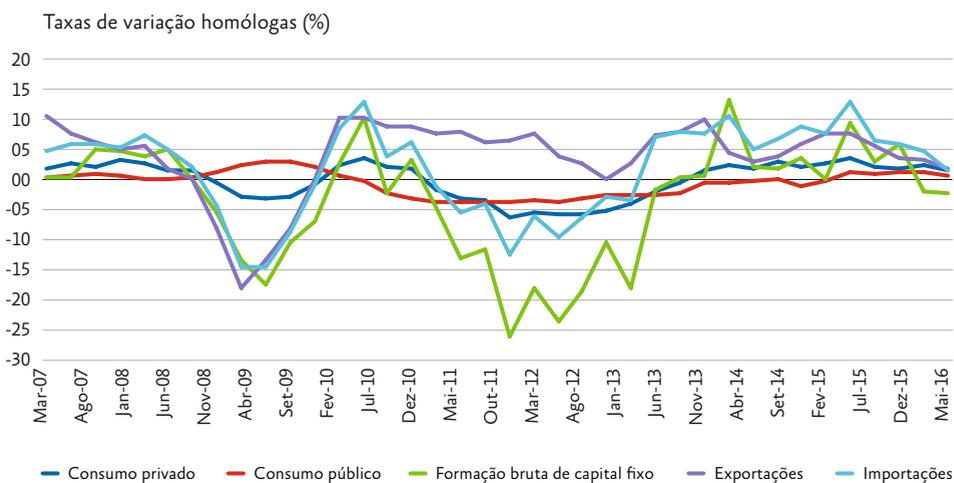
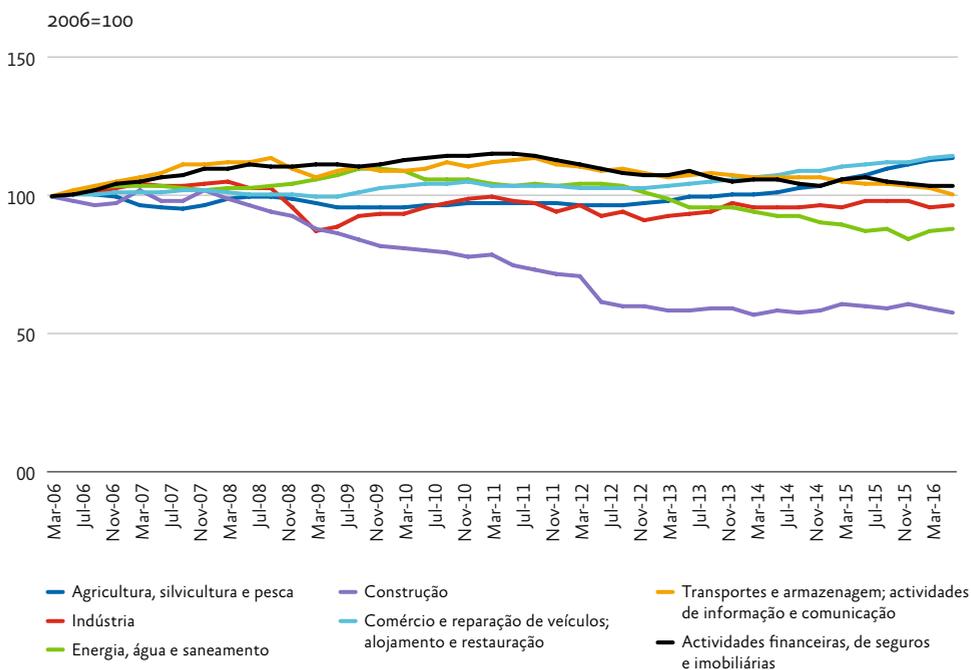


Gráfico 23 Componentes do PIB em variação homóloga



Mas em vez de perguntarmos qual vai ser o destino de cada bem ou serviço, também é possível perguntar de onde vem cada um. Neste segundo eixo, o PIB divide-se em vários sectores de actividade: imobiliário, agricultura, serviços, indústria, etc. A imagem seguinte faz essa divisão, revelando de forma clara o colapso de um sector em particular: o da construção.

Gráfico 24 Valor acrescentado bruto por sector



Capítulo 4

Mercado Laboral

Como avaliar a situação do mercado laboral? O indicador mais utilizado é a taxa de desemprego, que subiu imenso, e de forma ininterrupta, de 2009 até 2013. Como já foi referido (ver nota de rodapé n.º 4, [p.16](#)), há uma quebra de série no início de 2011, mas mesmo sem a subida registada de 2010 para 2011 a escalada do desemprego continua a ser impressionante.

Gráfico 25 Taxa de desemprego

(Em % da população activa)

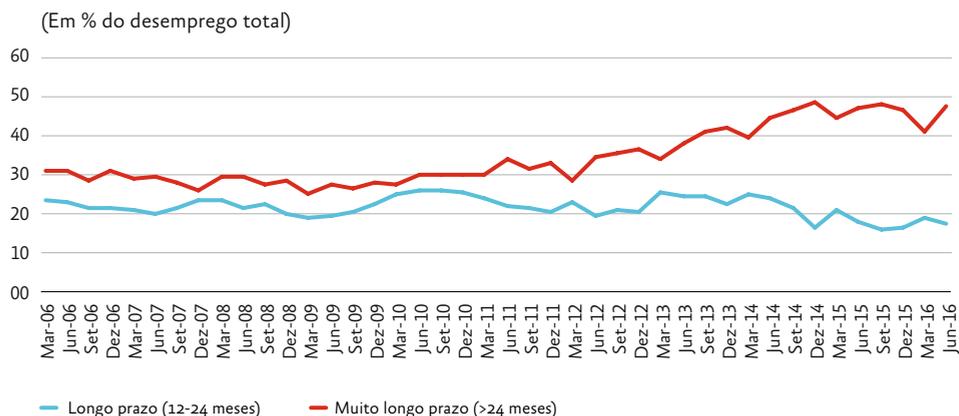


O desemprego não se limitou a crescer: também se tornou mais intenso e prolongado. É importante salientar este facto porque os desempregados não são todos iguais. Períodos curtos de desemprego podem ser ultrapassados sem deixar marcas duradouras. Quem perde o emprego pode, em teoria, aceder ao subsídio de desemprego; e no regresso ao mercado de trabalho contará, em princípio, com um salário não muito inferior ao que tinha anteriormente.

Mas o passar do tempo altera esta situação. As prestações sociais caducam ou são reduzidas em valor. As competências profissionais degradam-se e as redes de contactos tornam-se mais curtas, o que baixa drasticamente o salário que o desempregado consegue negociar com eventuais empregadores.

A natureza singular do desemprego de longo prazo levou os organismos de estatística a isolarem este fenómeno. A imagem que se segue mostra a percentagem de desempregados que está à procura de emprego há pelo menos um ano e há mais de dois anos. Como se vê, a soma dos dois indicadores passou de cerca de 50% para mais de 60% do total dos desempregados. A partir de 2012 o desemprego de longo prazo (entre 12 e 24 meses) começou a diminuir, mas esta redução foi mais do que compensada pelo aumento do desemprego de muito longo prazo (> 24 meses), o que sugere que terá havido uma *transição* de elementos de um grupo para o outro. Ou seja, à medida que o tempo passava havia cada vez mais desempregados de longo prazo a cruzar a fasquia dos 24 meses.

Gráfico 26 Desemprego de longo e muito longo prazo



Porém, é possível que a própria taxa de desemprego – normal, de longa ou até de muito longa duração – oculte muito do que se passa no mercado laboral. A taxa de desemprego é calculada através de uma fórmula simples: o número de pessoas que não têm emprego – mas que o procuram – a dividir pela população activa: o número de pessoas que estão empregadas ou à procura de emprego. Mas definir população sem emprego ou população à

procura de emprego é mais difícil do que parece à primeira vista. O que é que um desempregado tem de fazer para provar que está à procura de emprego? Ir a entrevistas de emprego é suficiente? E de quanto em quanto tempo? Um programa de ocupação profissional deve contar como um emprego? E se o desempregado emigrar, como é que isso se reflecte na taxa de desemprego? São questões de difícil resposta, e algumas acabam inevitavelmente por ser dirimidas através de convenções mais ou menos arbitrárias.

Por esta razão há quem prefira olhar para o número de empregos, uma realidade menos permeável a este tipo de problemas. E o número de empregos perdido durante a crise foi, de facto, bastante maior do que o número de desempregados que apareceu nas estatísticas. Esta discrepância sugere que a subida da taxa de desemprego subestima a dimensão da crise no mercado laboral.

Gráfico 27 Número de desempregados

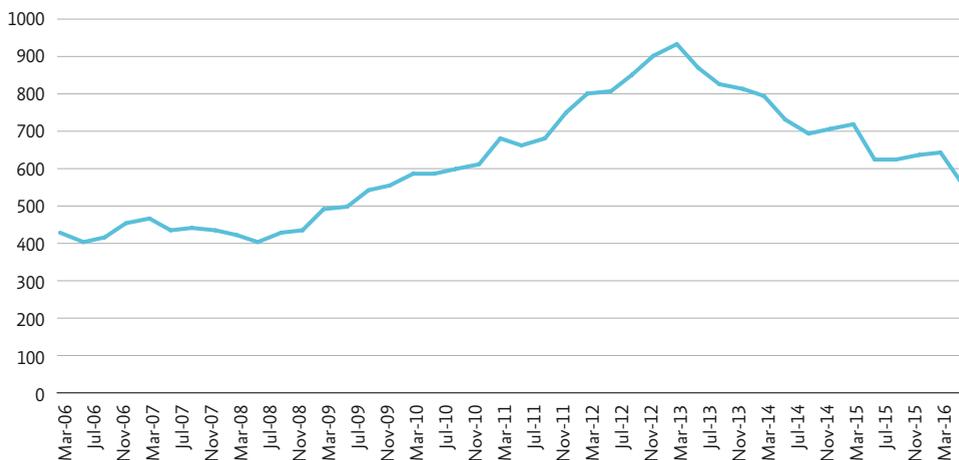
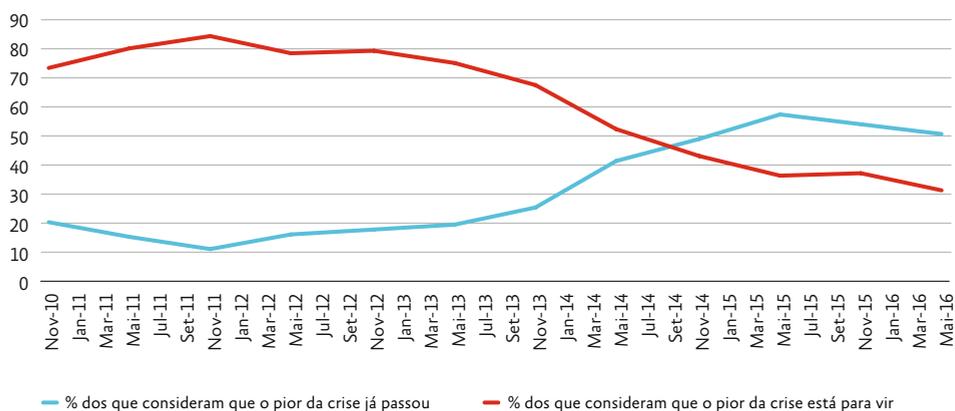


Gráfico 28 Número de empregos



Quer o agravamento da situação laboral quer a recuperação posterior foram imediatamente notadas pelas famílias portuguesas. A partir de 2010, o Eurobarómetro começou a inquirir as famílias europeias acerca das suas perspectivas em relação ao mercado de trabalho. Um facto curioso é a rapidez com que o crescimento do volume de emprego (segundo trimestre de 2013) se reflectiu numa melhoria da situação percebida pelas famílias. Veja-se o gráfico seguinte:

Gráfico 29 Resultados Eurobarómetro

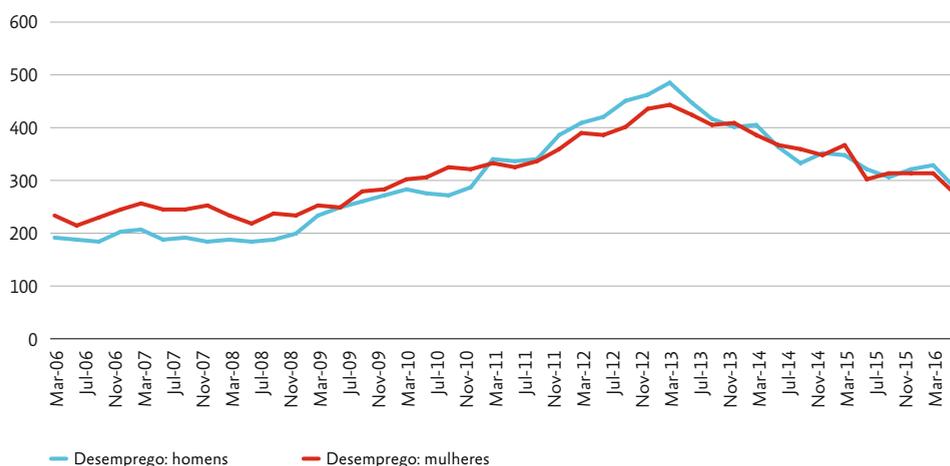


Quem foram os grupos mais afectados pela crise? Os jovens? Os trabalhadores de meia-idade? Os licenciados? Os menos escolarizados? Homens? Mulheres? É fácil identificar razões plausíveis para que alguns segmentos sejam mais vulneráveis ao fenómeno do desemprego do que outros. Mas, como veremos adiante, as conclusões são menos fáceis de extrair do que parece à primeira vista.

Nalguns eixos de análise não há muitas dúvidas a levantar. Por exemplo, no que diz respeito ao género não parece haver diferenças. Homens e mulheres foram igualmente atingidos pelo desemprego. O próximo quadro indexa o volume de emprego ao número 100, e percorre os sobes-e-desces ao longo de cada grupo. As diferenças, que existem, não parecem substanciais.

Gráfico 30 Desemprego por sexo

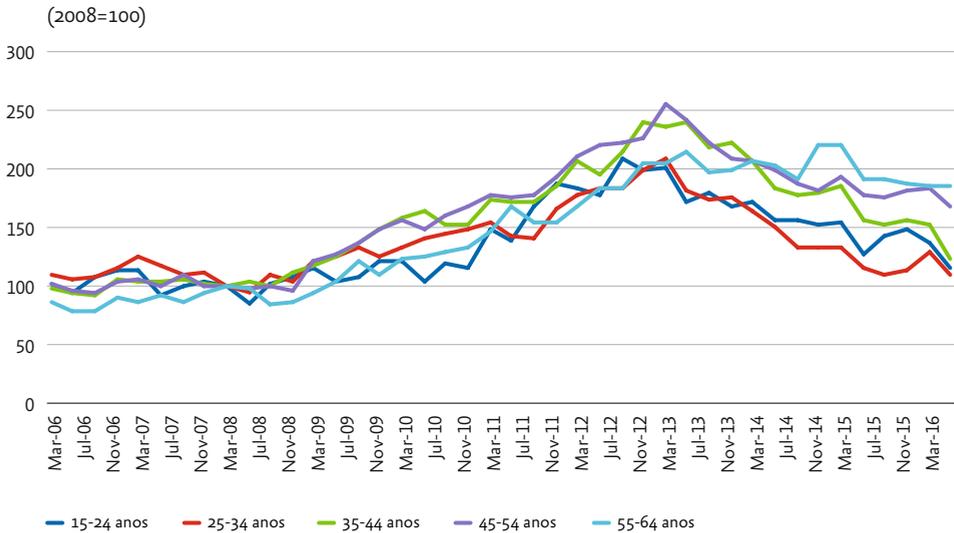
(Em % do desemprego total)



Mas tomemos agora outro exemplo: a evolução do número de desempregados por escalão etário. A imagem sugere que a crise teve maior impacto na população com idade superior a 44 anos. O desemprego não só aumentou desta faixa etária em diante como também foi mais persistente nesses três escalões. Intuitivamente é fácil interpretar esta situação como um reflexo da dificuldade que os trabalhadores mais velhos têm em mudar de ocupação ou de sector profissional depois de perderem o seu posto de trabalho. Ou como

resultado do desaparecimento de postos de trabalho mais antigos devido, por exemplo, a uma maior exposição a fenómenos de automação.

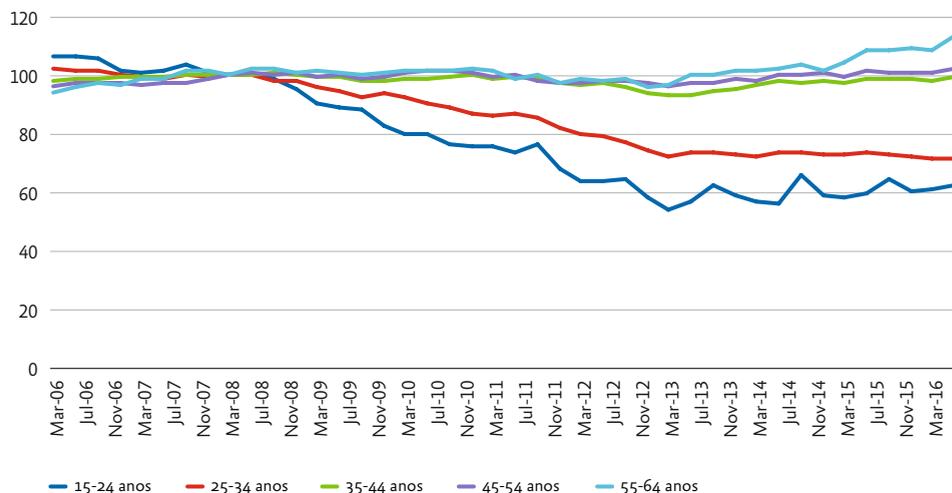
Gráfico 31 Desemprego por escalão etário



Por outro lado, um olhar ao número de empregos por escalão sugere a conclusão contrária. O segmento onde o emprego teve melhor *performance* foi o dos trabalhadores mais velhos, com 45 ou mais anos. Como se conciliam estas duas informações contraditórias?

Gráfico 32 Emprego por escalão etário

(2008=100)



Na verdade, os dados não são contraditórios. E a explicação é simples: há mais empregados e desempregados acima dos 45 anos porque o número de pessoas desta faixa etária tem vindo a aumentar. O envelhecimento da população produz uma sociedade que é em média mais velha do que a sociedade de há dez anos – o que acaba por se traduzir num aumento do número de desempregados e empregados com idades mais avançadas. É esta tendência secular, e não a fragilidade ou resiliência específicas dos portugueses mais velhos, que explica os dados aparentemente contraditórios dos gráficos anteriores. Tal como se verifica na próxima imagem, que mostra a evolução da população activa.

Gráfico 33 População activa por escalão etário

(2008=100)

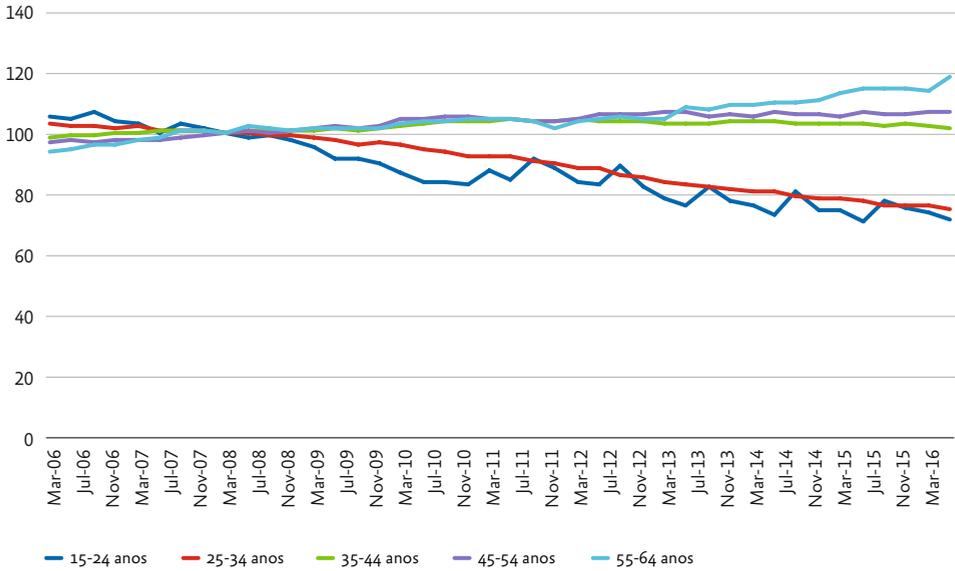
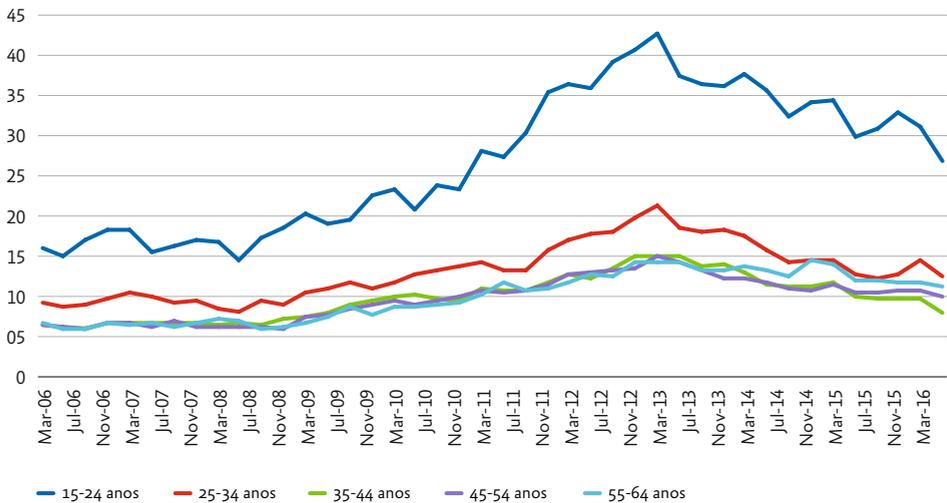


Gráfico 34 Taxa de desemprego por escalão etário

(Em % da população activa do respectivo escalão)



Este exemplo mostra bem como a leitura parcial dos números do mercado laboral pode conduzir a conclusões erradas. Há imensas forças – por vezes conflitantes – a afectar o mercado de trabalho, e é preciso expurgar essas dinâmicas da análise antes de atribuir à crise todas as mudanças que se constataam nos números agregados.

Isso também é muito claro na evolução do desemprego de licenciados: o facto de haver hoje muito mais desempregados com um curso superior não significa, necessariamente, que este grupo tenha sido mais afectado pela crise. Pode ser apenas um subproduto do aumento do grau de escolaridade médio da sociedade portuguesa: havendo mais licenciados, haverá mais licenciados empregados e mais licenciados desempregados.

Gráfico 35 Desemprego por escolaridade

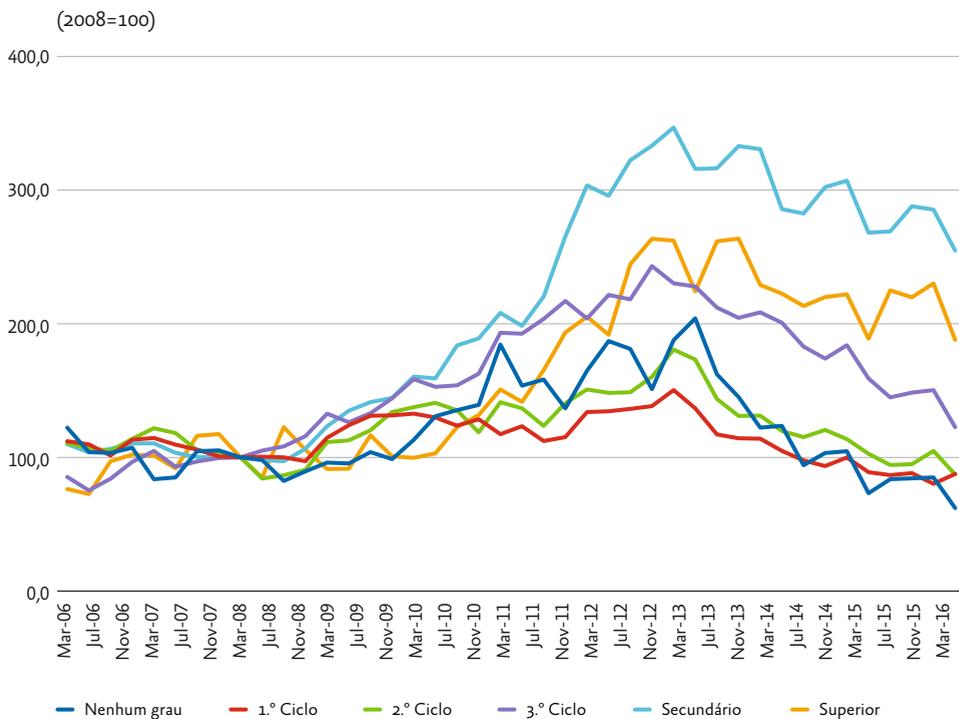


Gráfico 36 Emprego por escolaridade

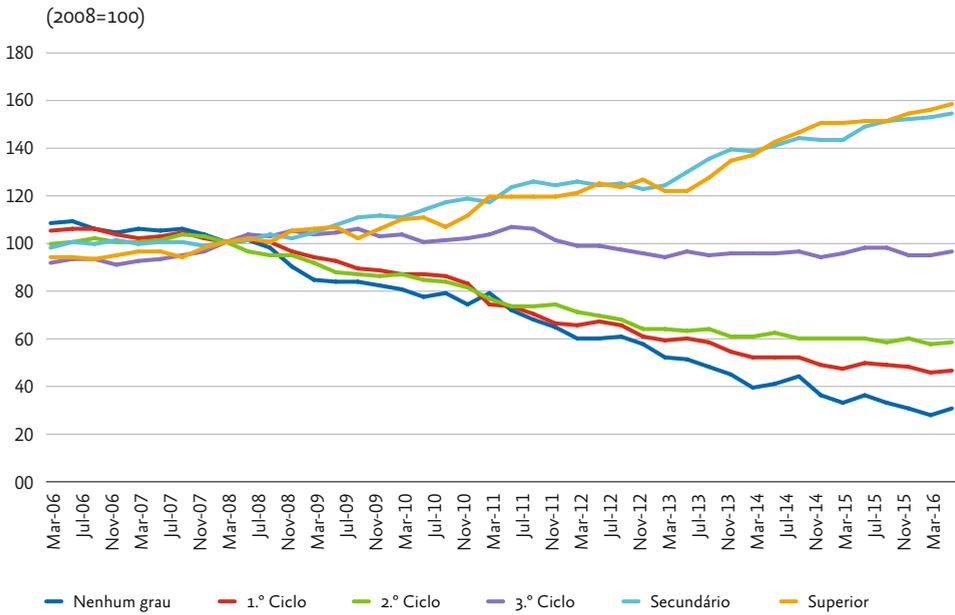


Gráfico 37 População activa por escolaridade

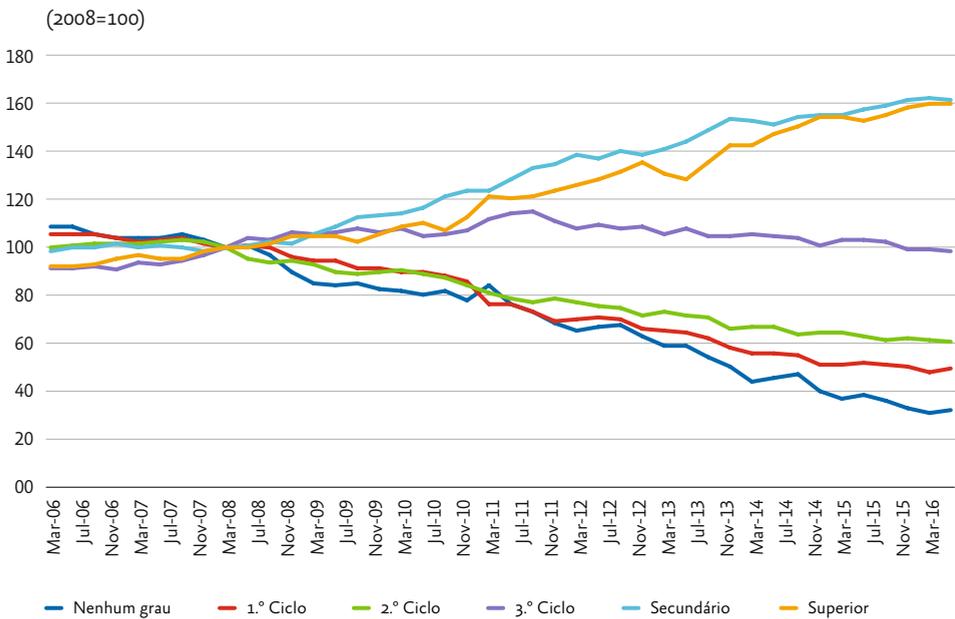
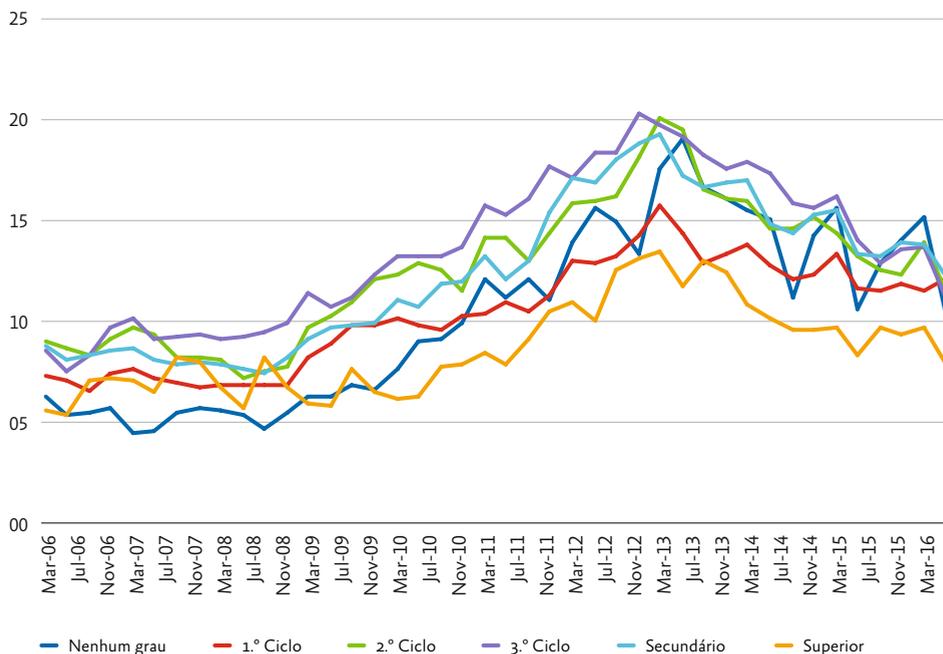


Gráfico 38 Taxa de desemprego por escolaridade

(Em % da população activa)



Também é possível olhar para os tipos de emprego que foram destruídos ou criados durante a crise e subsequente recuperação. Que tipo de vínculos legais foi mais afectado pela crise? Um contrato por tempo indeterminado é mais seguro do que um contrato a termo certo? E como é que evoluiu o peso dos contratos a prazo ao longo do tempo?

Aqui, o destaque vai para a destruição intensa de empregos por conta própria, uma categoria que abrange as actividades exercidas em nome individual. Mas onde também são registados imensos falsos recibos verdes – trabalhadores que têm um local de trabalho fixo e um horário de trabalho convencional mas que não têm qualquer vínculo legal à empresa para a qual trabalham, operando num regime de prestação de serviços. É impossível saber que parcela da destruição de emprego registada como “empregos por conta própria” corresponde, na verdade, a este tipo de situação.

Gráfico 39 Emprego por regime legal

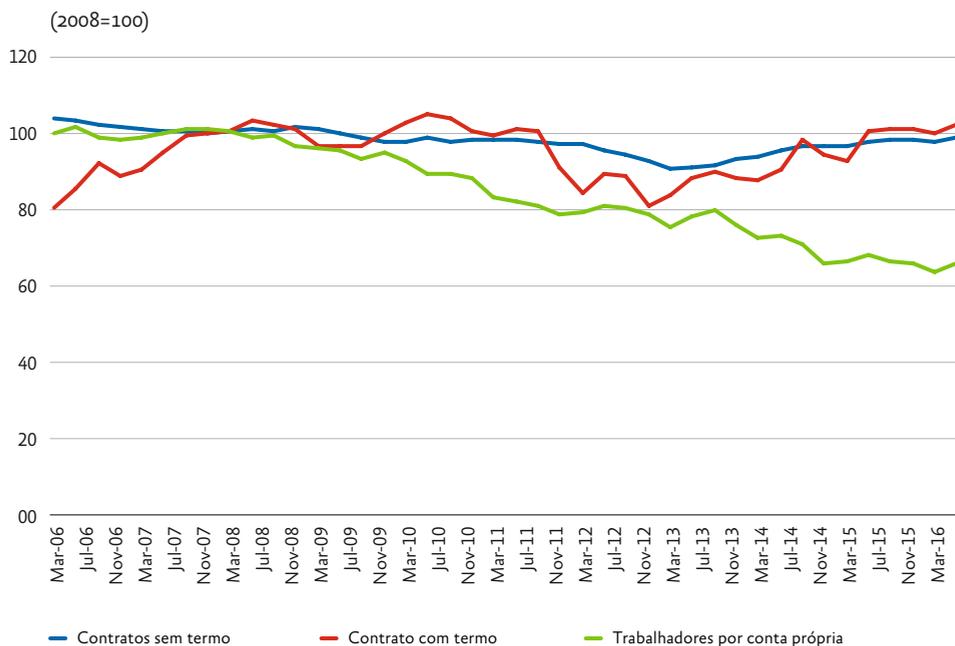
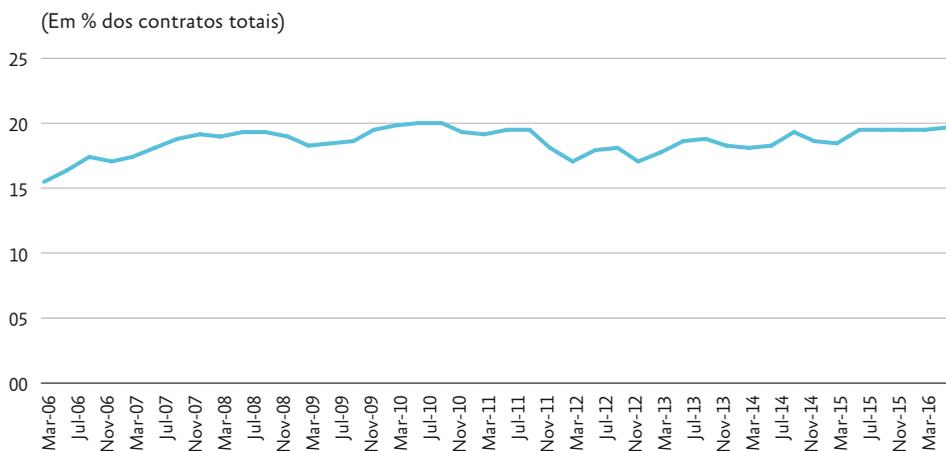


Gráfico 40 Contratos a termo em percentagem dos contratos totais



Capítulo 5

População e Demografia

Em 2011, quando foi criado, o *site Conhecer a Crise* não fornecia dados acerca da demografia nacional. Esta ausência reflectia o conhecimento da altura: era consensual que a crise teria efeitos nos padrões de consumo, nas finanças públicas e nos dados macroeconómicos, mas poucas pessoas desconfiavam que aquela fosse suficientemente severa para afectar a dimensão da população residente ou o volume de fluxos migratórios. Mas afectou – e o diagnóstico dos últimos anos não seria completo sem um capítulo sobre estas questões.

O declínio da população foi intenso, como referido no primeiro capítulo. De 2007 para 2015, último ano para o qual existem dados, a população diminuiu em quase 185 mil pessoas. Mas o facto de o assunto só ter aparecido com estrondo na comunicação social a partir de 2011 oculta um facto importante: esta mudança demográfica foi muito menos súbita do que se pensa. Na verdade, a população já há alguns anos que vinha decrescendo cada vez mais.

Gráfico 41 População residente em Portugal

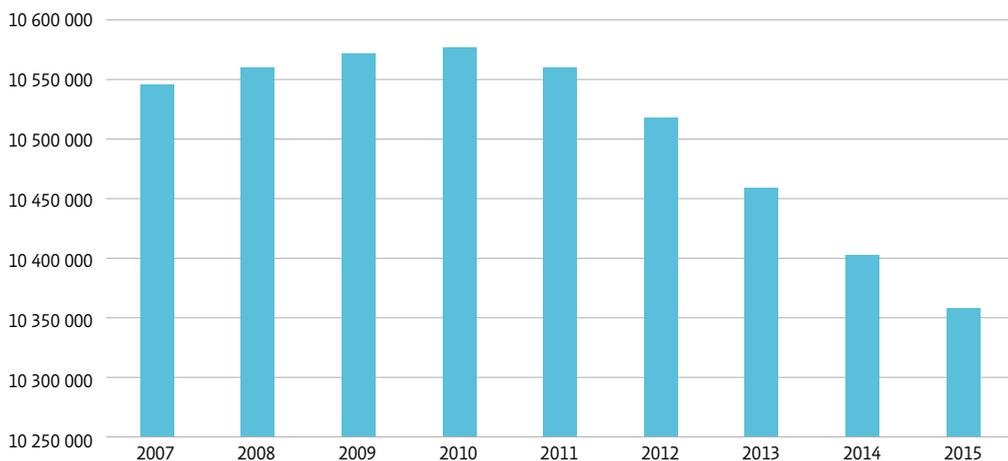
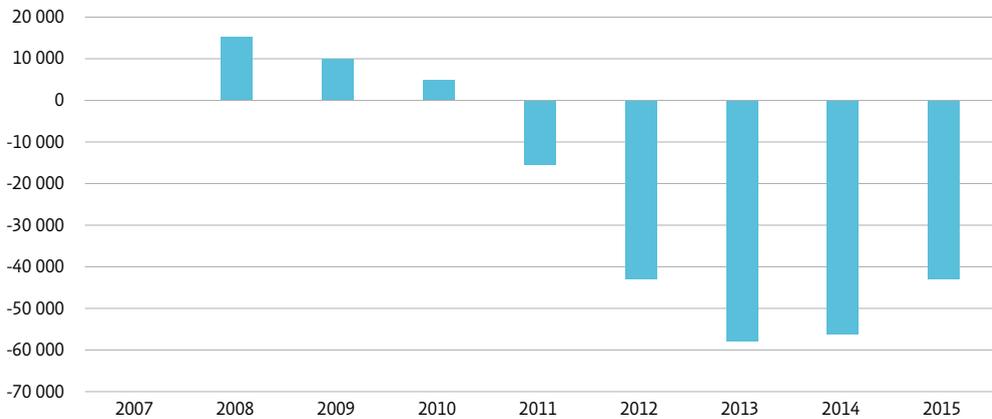


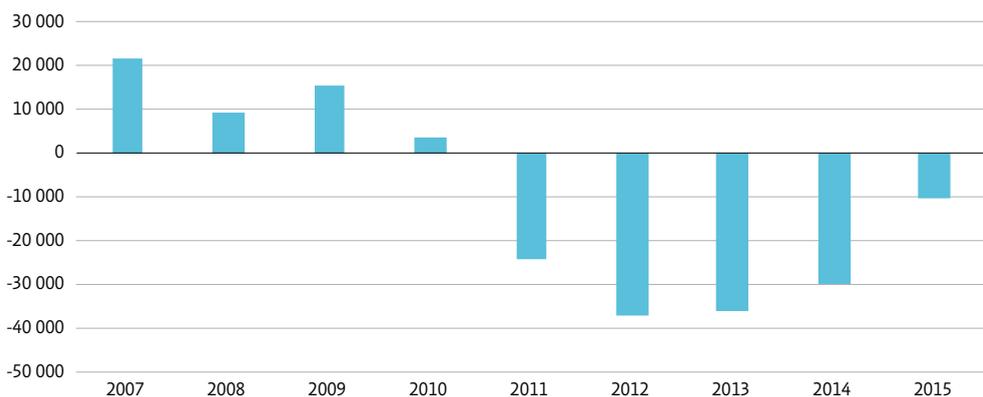
Gráfico 42 Variação da população residente



O que causou esta quebra? De onde veio a descida? Houve duas grandes causas, para as quais olharemos de seguida.

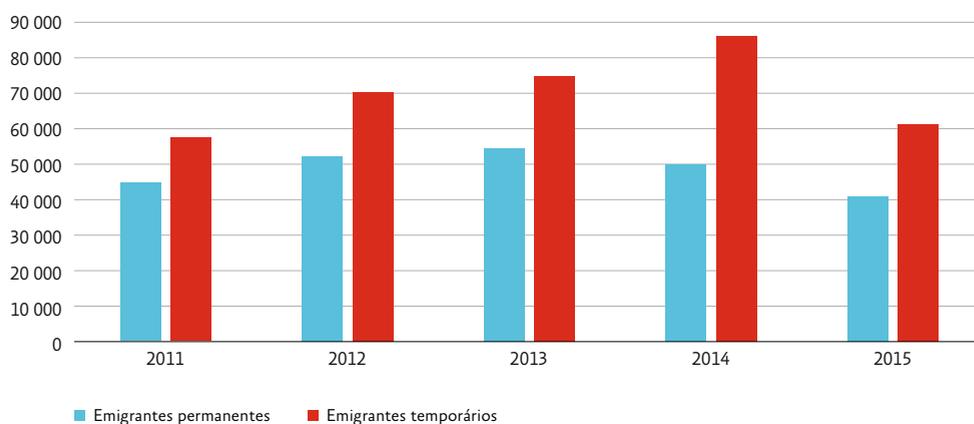
A primeira já será esperada: a emigração líquida, que corresponde ao número de pessoas que saem do país em cada ano menos o número de pessoas que entra. É provável que o saldo entre saídas e entradas seja mais afectado pela crise de forma directa, já que não apresentava grandes variações no período anterior. Com a retoma a chegar em 2014, os fluxos de saída reduziram-se nesse ano e novamente em 2015 (o que reforça a ideia de que há uma ligação entre a crise e a emigração).

Gráfico 43 Saldo migratório



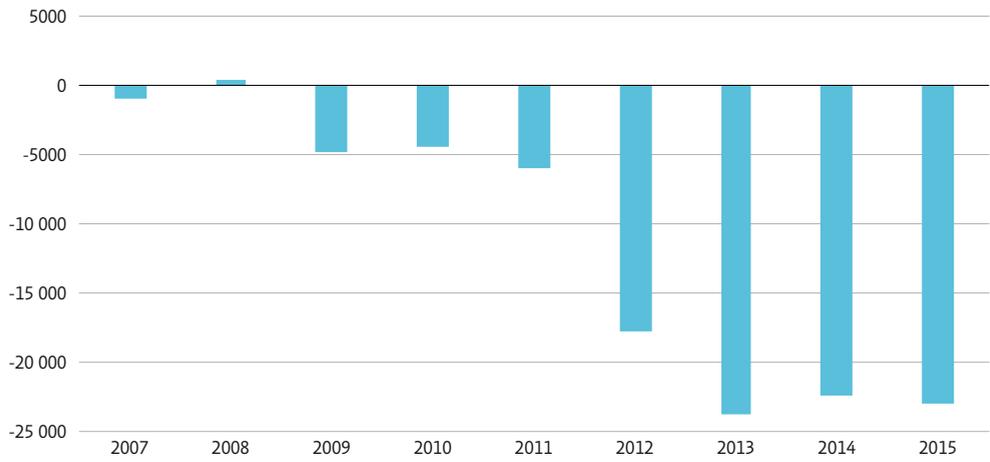
Note-se que os números reportados aqui são consideravelmente diferentes dos que têm vindo a aparecer na comunicação social durante os últimos anos, quando se chegou a falar do abandono de 300 mil pessoas só entre 2010 e 2013. No total, em cinco anos, o país perdeu 140 mil pessoas, dois terços das quais nos três primeiros anos. A diferença entre estes valores e os números que muitas vezes foram divulgados decorre de duas diferenças subtis. Em primeiro lugar, este número é um saldo líquido: ao número de emigrantes retira-se o número de imigrantes. Em segundo, leva apenas em conta a emigração permanente, já que uma boa parte da emigração total é temporária e não afecta o nível da população.

Gráfico 44 Emigração por tipo



A segunda causa a afectar o nível da população, para além dos fluxos migratórios, é o saldo natural: a diferença entre o número de nascimentos e mortes no país. Na medida em que a incerteza económica adia a constituição de famílias, a crise pode ter tido aqui alguma influência. Porém, é também claro que a tendência de fundo para a diminuição do número de nascimentos já vinha de trás.

Gráfico 45 Saldo natural



Capítulo 6

Famílias e Padrões de Consumo

O primeiro capítulo deste *e-book* já permitiu uma visão de relance ao consumo das famílias (ver o gráfico 4, “Consumo privado real em nível”, [p.13](#)). Sem grande surpresa, o consumo das famílias caiu durante os anos de recessão, recuperando apenas, e de forma notoriamente tímida, a partir de 2013. Mas quais foram as compras mais sacrificadas ao longo deste período? Onde é que os portugueses pouparam mais? Houve alterações persistentes nos seus padrões de despesa?

Os três quadros seguintes segmentam as despesas de consumo em três grandes categorias: bens de consumo duradouro, que abrangem todos os itens com um prazo de vida superior a um ano, desde carros a electrodomésticos, passando por computadores ou mobília; bens alimentares, que englobam todas as despesas relacionadas com a alimentação; e, finalmente, outros bens correntes, onde são registadas todas as outras despesas, incluindo os serviços, que têm peso considerável neste agregado. Os valores relativos a 2016 dizem respeito apenas ao primeiro semestre do ano.

Gráfico 46 Consumo de bens duradouros

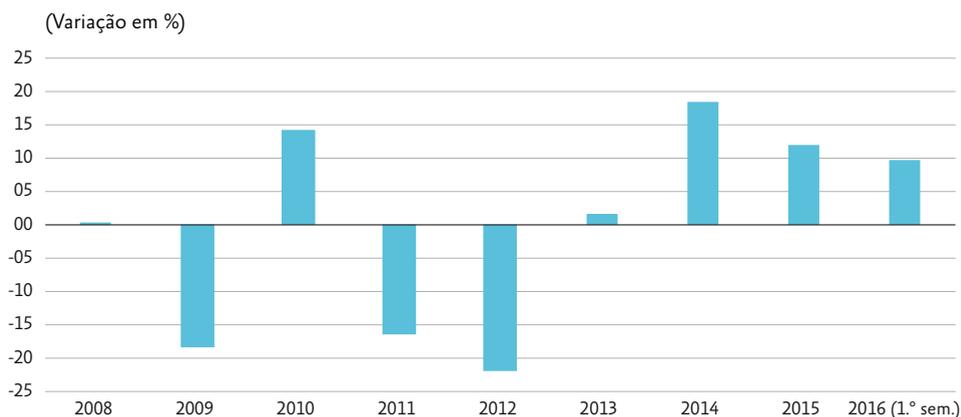


Gráfico 47 Consumo de outros bens correntes

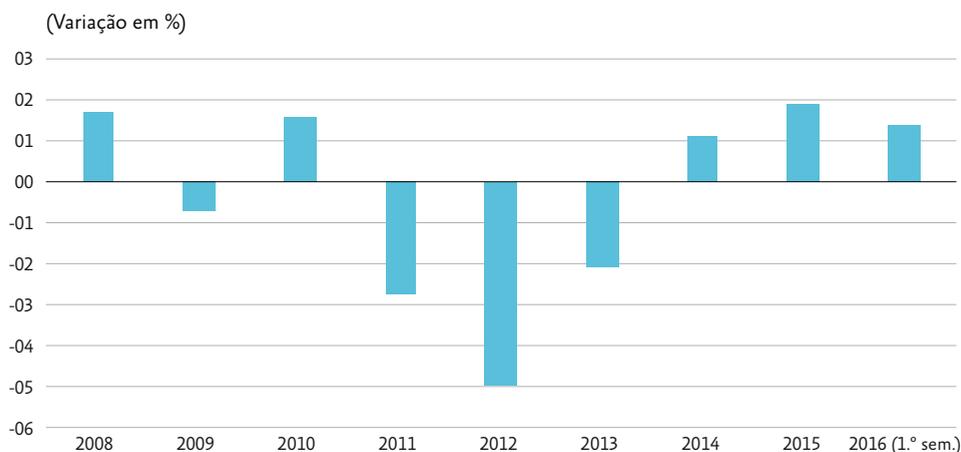
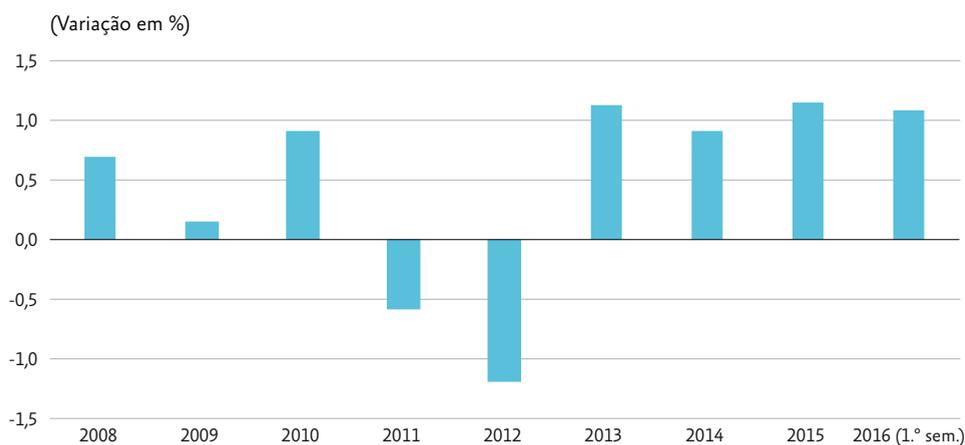


Gráfico 48 Consumo de bens alimentares



À primeira vista pode parecer que todos os gráficos contam mais ou menos a mesma história, mas essa é uma ilusão provocada pelo uso de escalas diferentes. Os leitores mais atentos repararão que, apesar de todas as componentes do consumo revelarem padrões semelhantes – quedas ou reduções do crescimento em 2009 e 2011/12, seguidas de uma retoma moderada –, a dimensão dos sobes-e-desces é muito maior nos bens duradouros do que nos bens

alimentares. No primeiro caso há reduções na casa dos 20%, ao passo que no segundo os dados menos favoráveis se referem a diminuições inferiores a 2%.

Este padrão não é de estranhar. É muito mais fácil e racional adiar a compra de um carro ou de uma máquina de lavar numa situação de aperto financeiro do que cortar de imediato na alimentação. Os bens de consumo duradouro não são uma prioridade para a maioria das famílias, até porque muitas vezes há possibilidade de prolongar o tempo de vida dos bens que já possuem. Os bens alimentares, pelo contrário, não podem ser sujeitos a este tipo de racionamento.

Ainda assim, houve algumas mudanças substanciais nos padrões de compras alimentares. Os dados seguintes mostram a evolução de algumas rubricas específicas ao longo dos últimos anos. Tal como nos três gráficos anteriores, os valores para 2016 abrangem apenas o primeiro semestre.

Gráfico 49 Consumo de bolachas

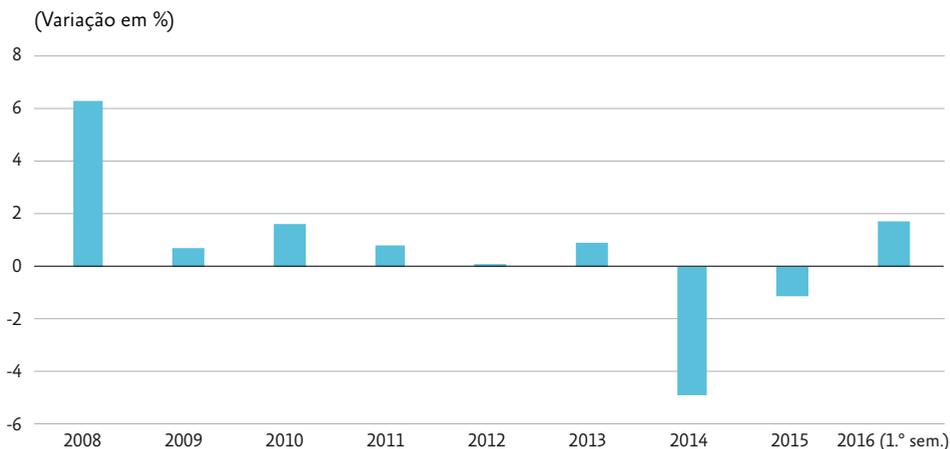


Gráfico 50 Consumo de leite

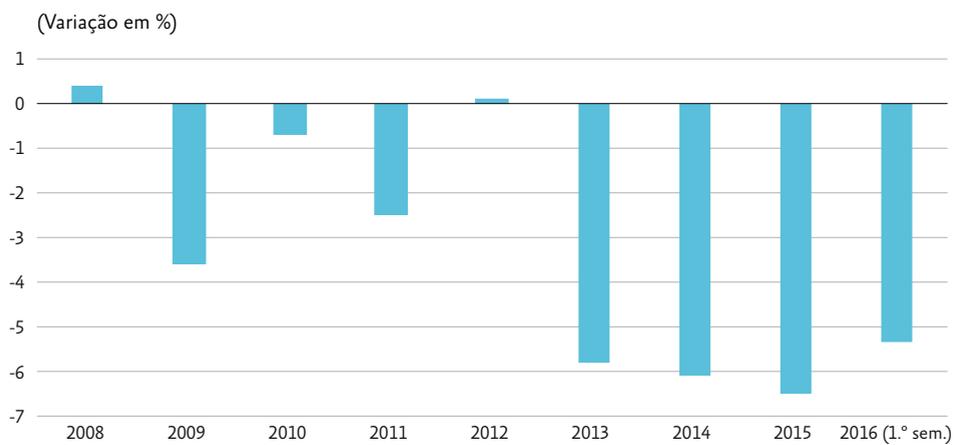


Gráfico 51 Consumo de iogurtes

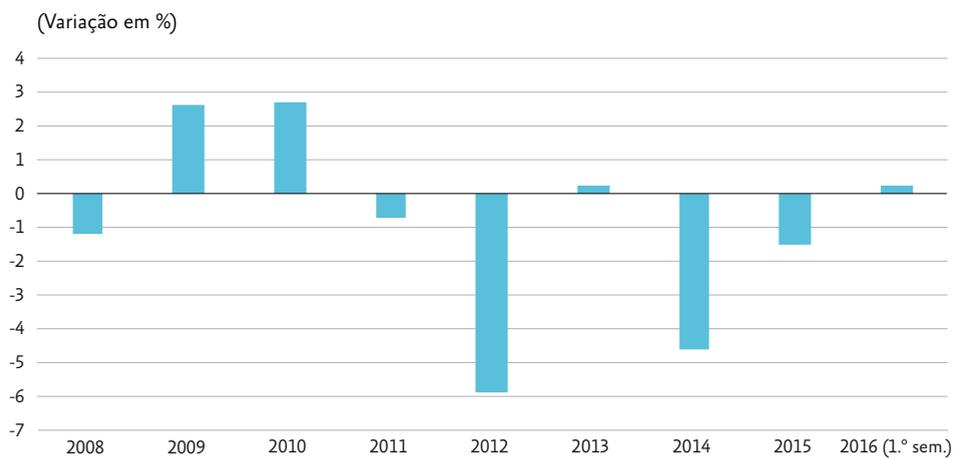


Gráfico 52 Consumo de cereais

(Variação em %)

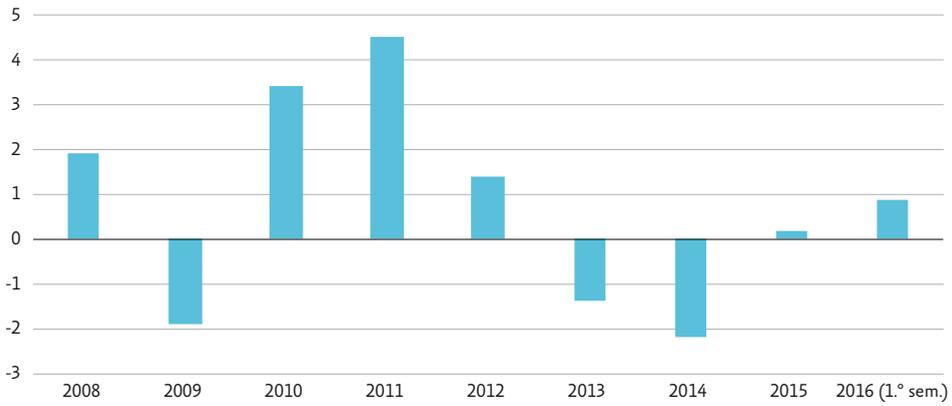


Gráfico 53 Consumo de cerveja

(Variação em %)

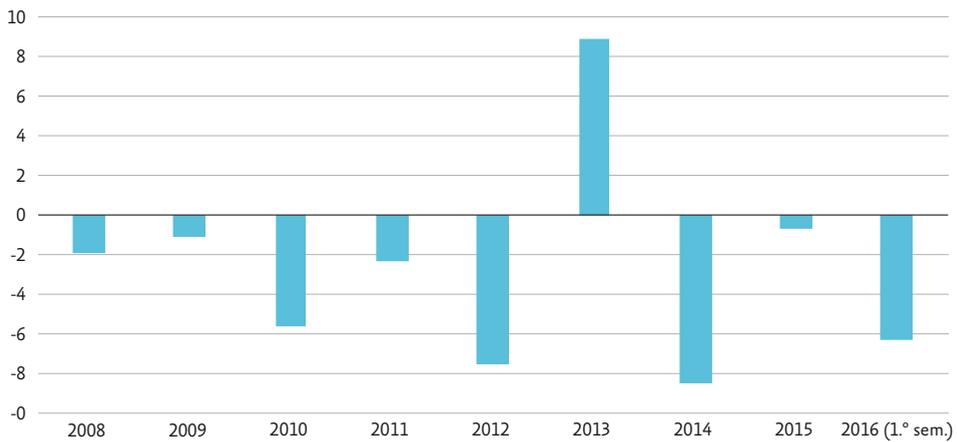


Gráfico 54 Consumo de vinho

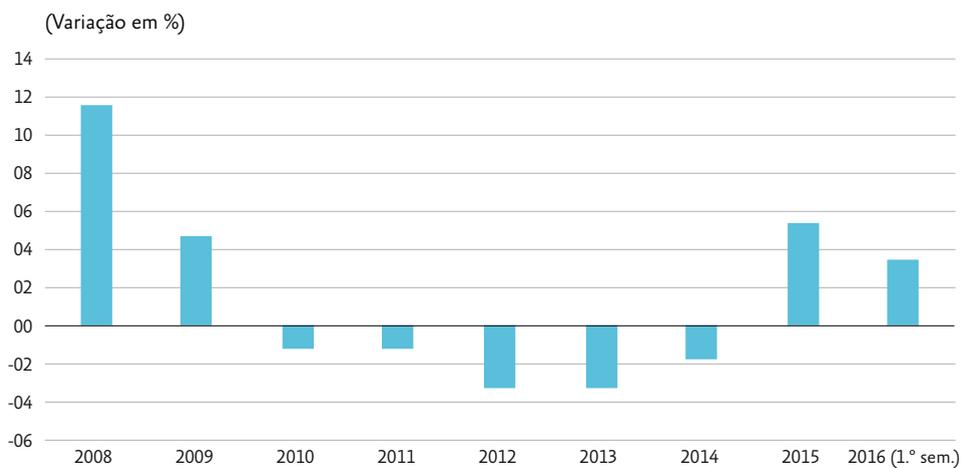


Gráfico 55 Consumo de sumos e refrigerantes

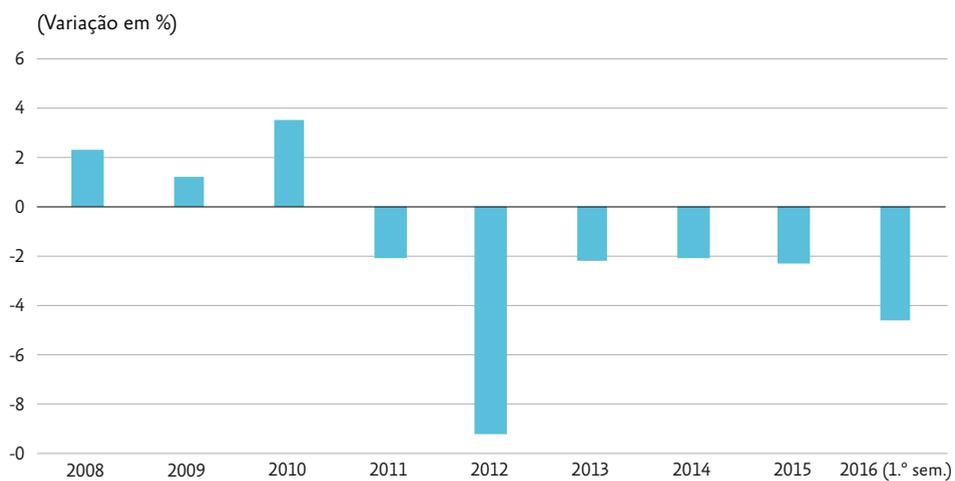


Gráfico 56 Consumo de carne

(Variação em %)

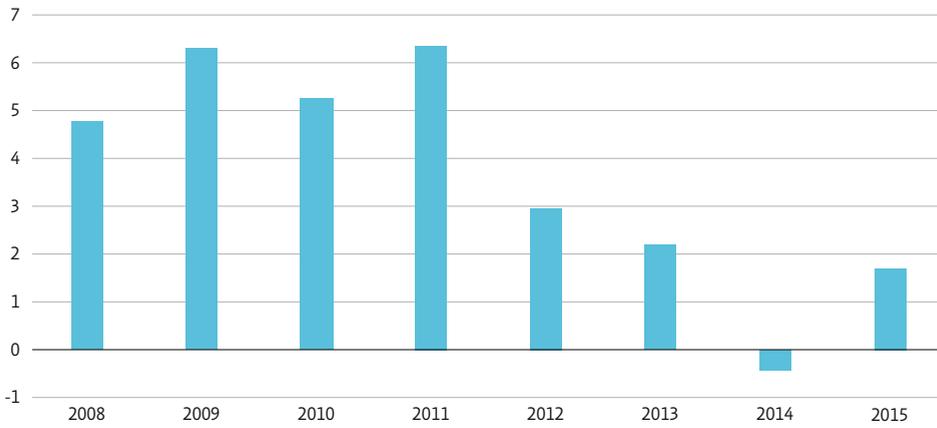
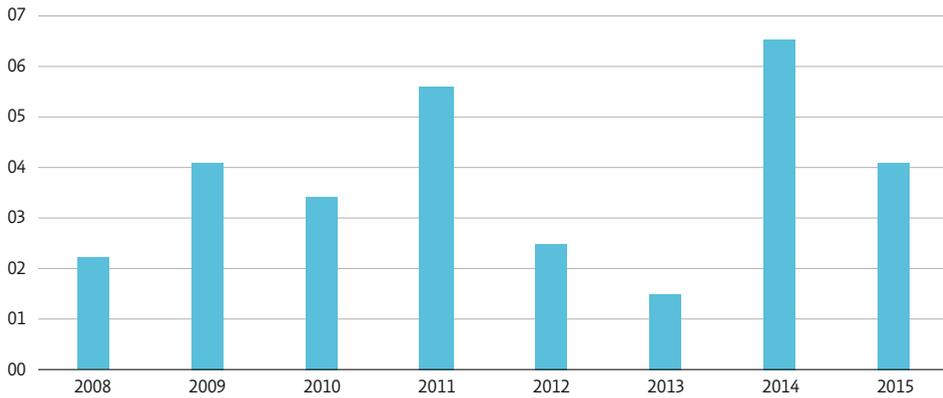


Gráfico 57 Consumo de peixe

(Variação em %)



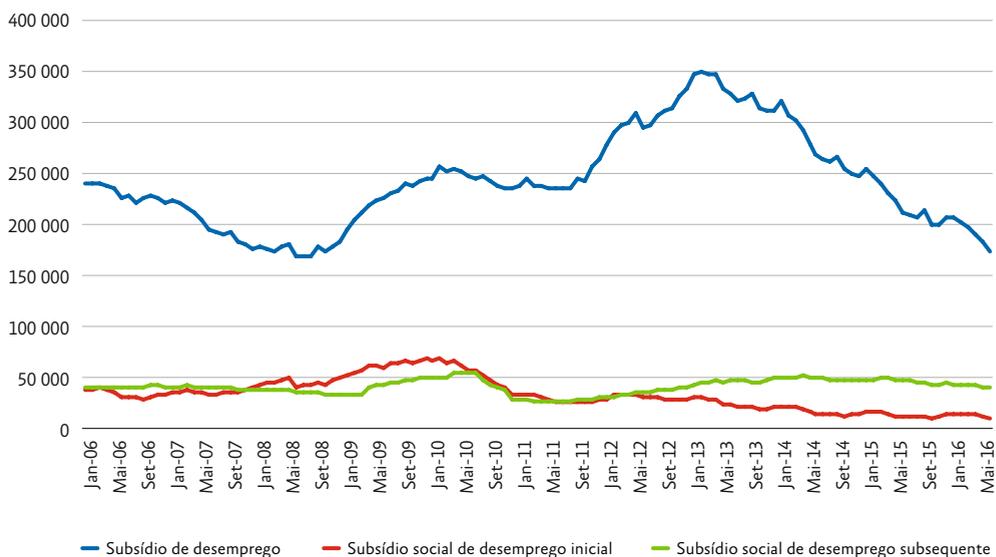
Capítulo 7

Apoios Sociais

Vimos antes que uma das marcas mais profundas da crise foi a subida do desemprego. Outra grande marca – como veremos mais à frente, foi a redução do défice do Estado. Gerou-se assim uma tensão entre a subida do desemprego, que automaticamente conduz a mais despesa pública, e a necessidade de diminuir o nível de gastos. Como é que a Segurança Social geriu esta tensão?

Começemos pelas prestações de apoio aos desempregados. Em Portugal, falamos sobretudo do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego, este último concedido quando os beneficiários não cumprem alguns dos critérios necessários para receber o primeiro. As duas prestações (ou três, uma vez que o subsídio social é concedido via duas modalidades diferentes, o subsídio social de desemprego inicial e o subsídio social de desemprego subsequente) aumentaram de forma pronunciada à medida que a crise alastrava. Em 2008, havia pouco mais de 240 mil beneficiários, valor que quase duplicou no início de 2013.

Gráfico 58 Apoios aos desempregados



Porém, um maior número de subsídios não se traduziu num aumento da cobertura das prestações de desemprego – isto é, a percentagem de pessoas sem emprego que recebe pelo menos uma das várias prestações. Pelo contrário, a taxa de cobertura tem vindo a cair, e se em 2008 quase dois terços dos desempregados recebiam um apoio, hoje essa fracção está pouco acima dos 40%. Esta perda de elegibilidade pode resultar de muitos factores, entre os quais o facto de a duração média do desemprego ser hoje maior.

Gráfico 59 Percentagem de desempregados com apoios

(Em % do total de desempregados registados)



Gráfico 60 Valor médio do subsídio de desemprego

(Em euros)



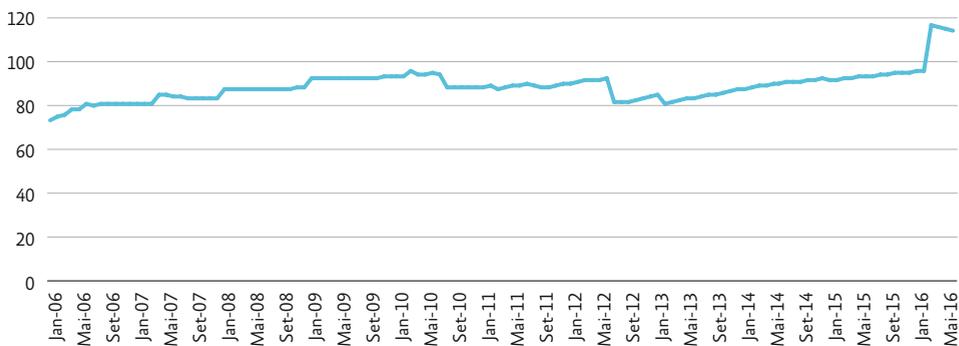
Onde os cortes discricionários da Segurança Social tiveram maior impacto foi num conjunto de prestações mais segmentado, e especificamente direccionado para famílias com restrições financeiras: o rendimento social

de inserção, o abono de família e o complemento solidário para idosos, uma espécie de apoio adicional para pensionistas pobres. A redução de apoios é muito mais óbvia do que no caso dos subsídios de desemprego, e resulta em boa parte das medidas de consolidação orçamental decididas no âmbito do programa de ajustamento económico e financeiro negociado com a *Troika*⁷.

Gráfico 61 Número de beneficiários do rendimento social de inserção



Gráfico 62 Valor médio do rendimento social de inserção atribuído



7 Os cortes em questão estão bem detalhados num estudo da FFMS, *Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal*, disponível [no site da Fundação](#). As medidas aparecem no quadro 41 da página 132.

Gráfico 63 Número de abonos de família concedidos

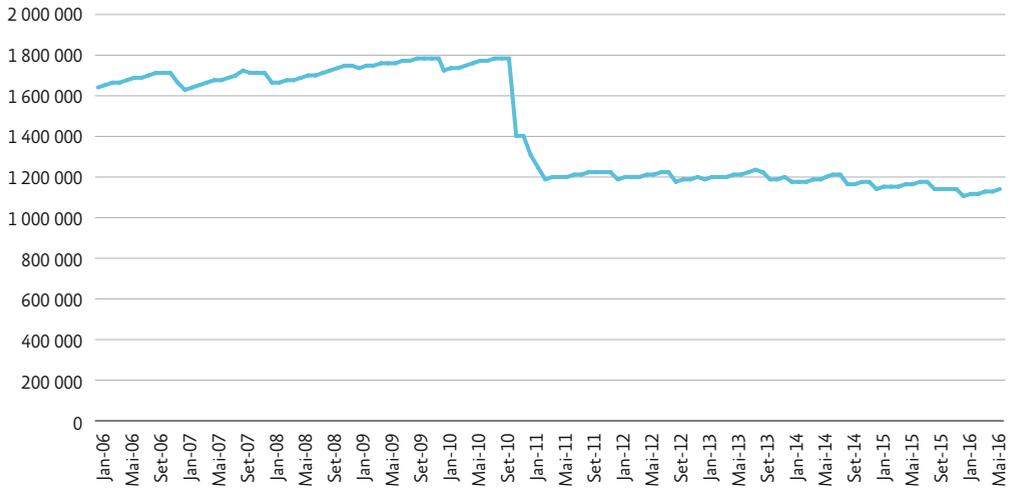
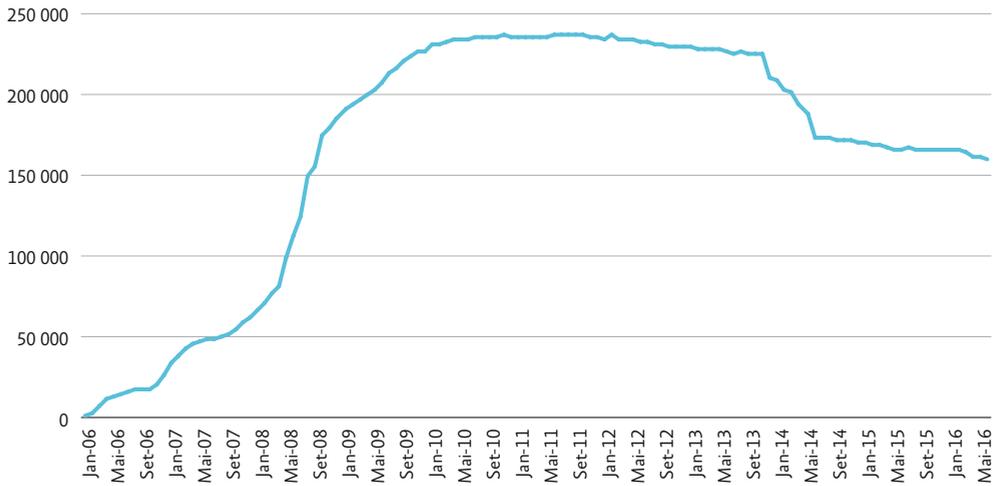


Gráfico 64 Número de complementos solidários para idosos atribuídos



Capítulo 8

Desigualdade e Condições de Vida

Como é que a recessão, o desemprego e os cortes nos apoios sociais influenciaram a pobreza e a desigualdade? De que forma é que as famílias viveram a crise? Para responder a esta questão é preciso sair dos dados da macroeconomia e entrar no complexo mundo dos indicadores de pobreza e desigualdade.

Antes, porém, convém fazer uma pequena visita guiada aos conceitos utilizados neste tipo de estatísticas. A maior parte das pessoas entende pobreza como uma situação de privação material. Um pobre, por muito tosco que seja o conceito, é aquele que vive mal, passa por dificuldades ou ganha pouco dinheiro. Mas, apesar de ser esta a forma que a maioria das pessoas entenderá o conceito, não é assim que o INE o calcula.

Para o INE, a pobreza é um conceito *relativo*. Pobres são todos aqueles que vivem com menos de 60% do rendimento mediano do país. Ou, com mais rigor, o chamado rendimento mediano equivalente, que corresponde ao rendimento familiar ajustado ao número de elementos que compõem o agregado familiar. Na prática, a pobreza é um conceito estranhamente assemelhado ao de desigualdade. É por isso que a pobreza não é igual em todo o lado: os pobres portugueses são os que ganham menos de 420 euros por mês, ao passo que no Luxemburgo são todos os que ficam abaixo dos 1680 euros mensais. As estatísticas da pobreza e desigualdade são férteis neste tipo de alçapões, e por isso convém saber o que é que cada indicador significa ao certo.

Comecemos pelo indicador de taxa de risco de pobreza: a percentagem de pessoas que vive com menos de 60% do rendimento mediano equivalente. A taxa de pobreza teve o comportamento mais ou menos esperado, subindo durante o período de crise. Mas não só a subida parece pequena como o seu perfil não acompanha a evolução da economia. Por exemplo, em 2009 e 2011, anos de forte contracção do PIB, a taxa de pobreza praticamente não mexe; e em 2014, ano de retoma, nada acontece.

Gráfico 65 Taxa de risco de pobreza

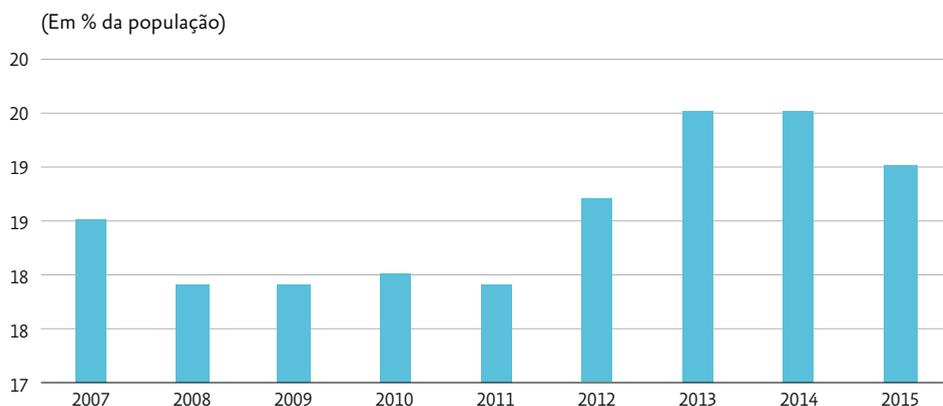
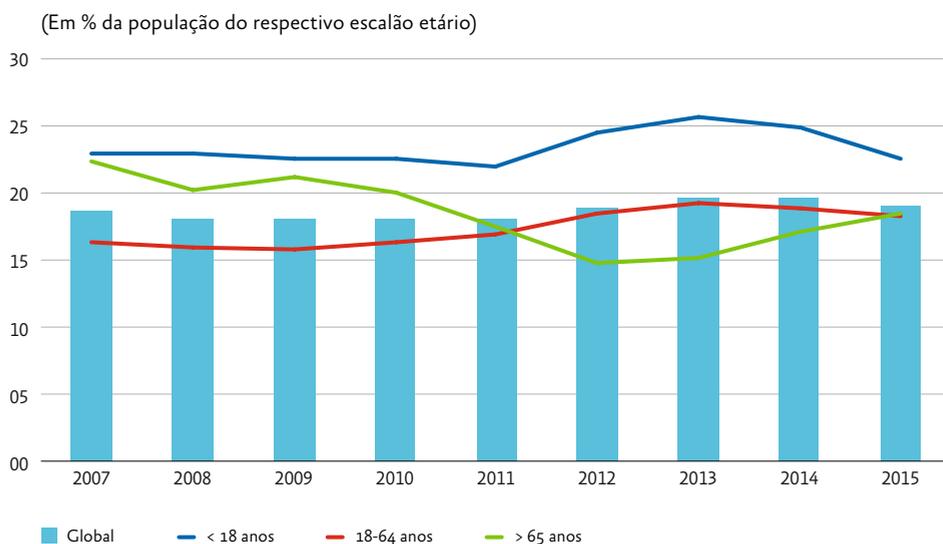


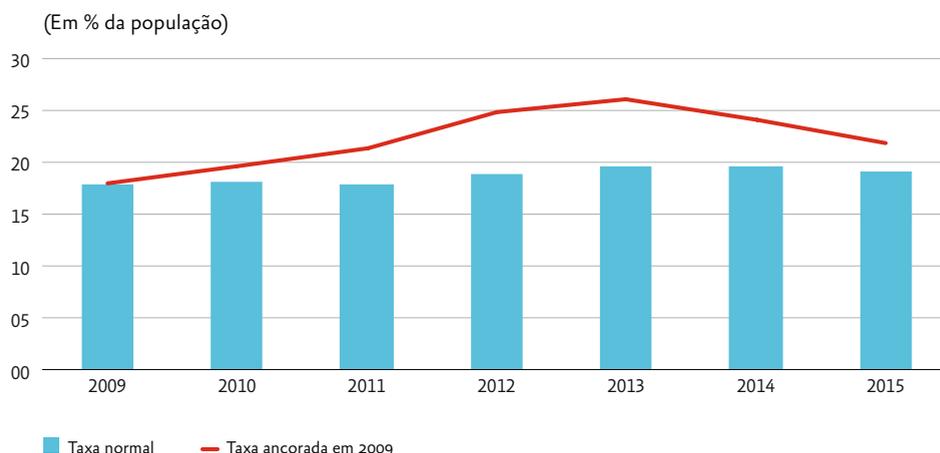
Gráfico 66 Taxa de risco de pobreza por escalão etário



Mas, como já vimos, a taxa de pobreza é calculada relativamente a um referencial móvel. E durante o período da crise esse referencial – o rendimento mediano – desceu, o que fez algumas famílias saírem artificialmente da situação de pobreza, não por terem uma vida mais desafogada, mas porque o próprio conceito de pobre se tornou mais restritivo de um ano para o outro.

Para contornar o problema, o INE criou uma taxa de pobreza alternativa, em que a fasquia é *fixada* num valor determinado. E desta nova perspectiva o cenário muda de figura.

Gráfico 67 Taxa de risco de pobreza ancorada



O INE chama a este indicador taxa de pobreza ancorada. No exemplo anterior, a fasquia é ancorada em 2009. Esta imagem produz conclusões muito mais próximas daquilo que se esperaria, tendo em conta a *performance* económica e os outros indicadores que conhecemos: uma subida acentuada e persistente da pobreza de 2009 a 2013, seguida de uma descida também ela mais pronunciada do que aparece na taxa de pobreza normal.

O INE também produz outro indicador muito útil, que calcula a taxa de pobreza caso não houvesse transferências sociais. Como qualquer outro, o indicador tem limitações e deixa de fora muita informação. O Estado intervé no combate à pobreza de variadíssimas formas, desde a provisão de bens públicos, que não contam como rendimento monetário, até à atribuição de bens em espécie (casas, medicamentos, etc.) – e nenhuma destas acções é capturada pela quantificação das transferências sociais. Ainda assim, e feitas estas ressalvas, vale a pena olhar para os números.

Gráfico 68 Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais

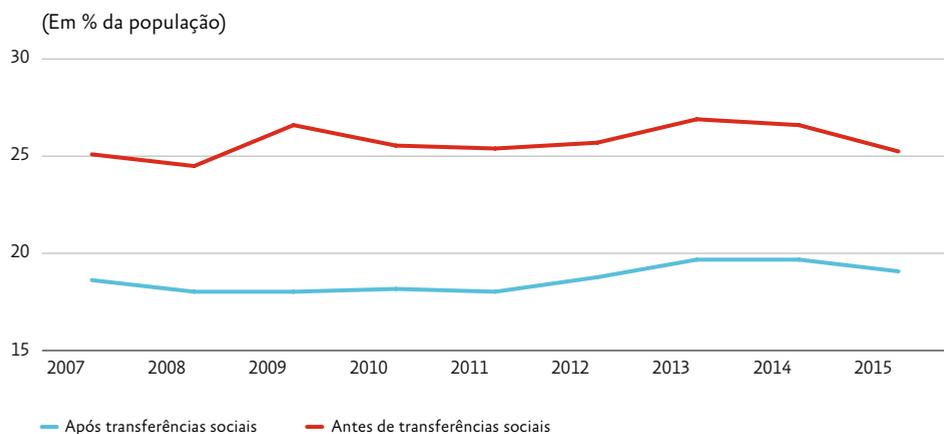
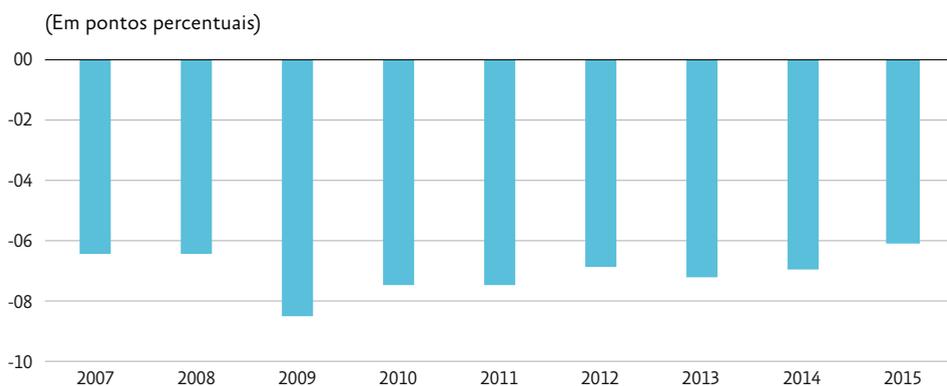


Gráfico 69 Efeito das transferências sociais na taxa de pobreza



Podemos ver agora medidas mais directas da desigualdade, que têm o propósito explícito de analisar a forma como o rendimento se distribui na sociedade. O INE calcula várias, mas apresentaremos apenas as duas mais importantes.

A primeira, o Índice de Gini, conhecido universalmente, tenta capturar num único número a forma como o rendimento está distribuído na população. Se todos fossem iguais, o índice seria zero; se apenas um indivíduo recebesse todo o rendimento, o índice seria 100. É um instrumento útil para resumir toda a desigualdade de uma sociedade.

Mas, apesar da sua utilidade, interpretá-lo nem sempre é intuitivo. Isto acontece por não ser fácil perceber qual a realidade concreta que o valor do Gini está, de facto, a tentar caracterizar. A maior parte das pessoas pensa na desigualdade em termos de rácios – quantas vezes é que o salário de um grupo é maior do que o salário de outro? por exemplo –, e não é fácil converter estas imagens mentais na numeração do Gini, que varia entre zero e um. O Gini pode ser útil em termos académicos, mas diz pouco ao cidadão comum.

Precisamente porque pensar em termos de rácios e comparações fornece uma imagem muito mais vívida e perceptível da natureza da desigualdade, o INE calcula um indicador diferente que se baseia neste princípio: o S80/S20 que compara o rendimento dos 20% mais ricos com o rendimento dos 20% mais pobres – e tanto este como o Gini apontam para a mesma conclusão: a desigualdade caiu antes da crise, voltou a subir com a crise e desceu de novo depois de esta passar.

Gráfico 70 Índice de Gini

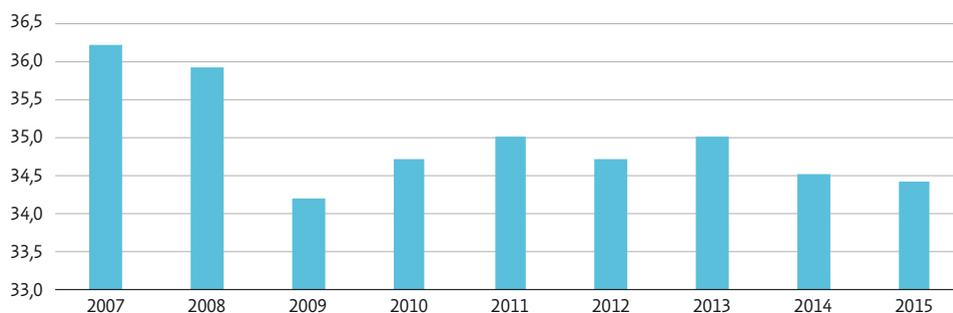
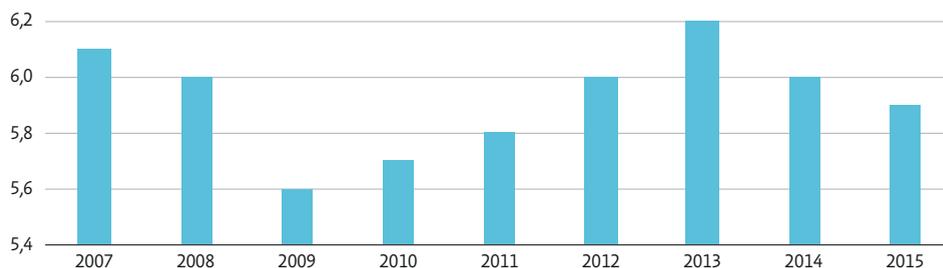


Gráfico 71 Indicador S80/S20

(Rácio entre os rendimentos dos 20% mais ricos e os rendimentos dos 20% mais pobres)

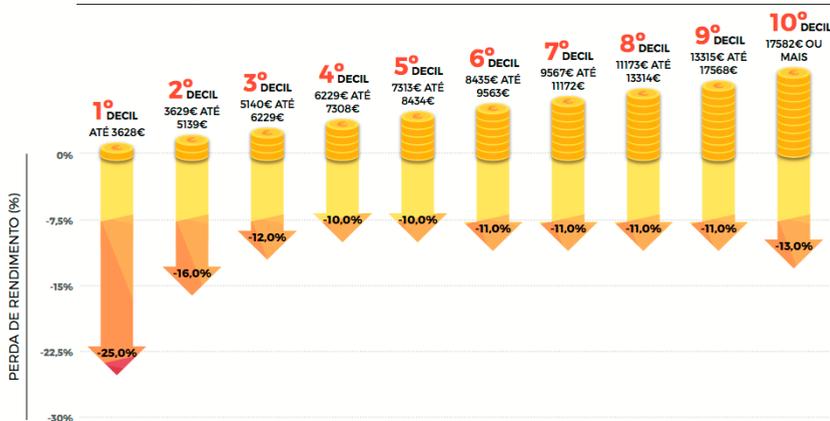


Caixa 2: Os pobres perderam mais com a crise?

Quem perdeu mais rendimento com a crise? Foram os mais pobres, devido aos cortes nas prestações sociais (como o rendimento social de inserção) e à subida do desemprego? Ou foram as classes mais altas, que pagaram a maior parte da subida de impostos e sobre as quais incidiram os cortes de salários e pensões? No site [Portugal Desigual](#), construído no âmbito do estudo [Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal](#), podem encontrar-se algumas respostas. O portal faz uma análise fina dos impactos redistributivos da crise e calcula a quebra de rendimento registada em cada segmento da sociedade portuguesa. O resultado, retirado do site, está sumariado no quadro seguinte.

O gráfico mostra a perda de **rendimentos** entre 2009 e 2014 de cada **decil** da escala de rendimentos. O primeiro decil corresponde aos 10% mais pobres e o décimo decil aos 10% mais ricos.

RENDIMENTO EQUIVALENTE (VALORES ANUAIS DOS LIMITES DE CADA DECIL EM 2014)



Fonte: Rodrigues, C.F., Figueiras, R. e Junqueira, V. (2016). Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As Consequências Sociais do Programa de Ajustamento, FMMS.

Nota: Os valores deste gráfico são uma aproximação à perda do rendimento equivalente entre 2009 e 2014 dos vários decis. Os valores estimados assumem a hipótese de que a família não mudou de decil ao longo do período.

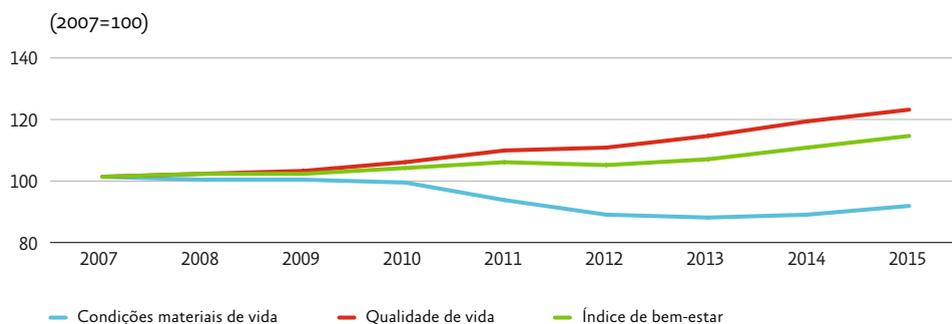
Por fim, fazemos ainda referência a um indicador que só muito recentemente o INE passou a disponibilizar: o Índice de bem-estar (IBE), que constitui a primeira tentativa para avaliar globalmente a qualidade de vida. Enquanto indicadores como os salários, o desemprego, a esperança média de vida e os graus de escolaridade medem um aspecto muito particular da qualidade de vida, o IBE agrega dezenas de indicadores e combina-os num único número, oferecendo assim uma avaliação multidimensional.

Se lhe parece uma tarefa arriscada, não desespere: não é o único a encarar este exercício com reticências. Trata-se de um domínio complexo e, para já, ainda pouco explorado. Como é que se combina o salário recebido por um

trabalhador com o facto de este ter acesso a água potável? Será que ter um curso superior compensa o facto de não se ter emprego? E quanto é que vale cada ano de vida adicional? É quase impossível atribuir um peso relativo a cada factor – mas um indicador compósito como o IBE exige que se faça este exercício de ponderação.

O IBE é composto por duas parcelas. A primeira parcela avalia as condições materiais de vida – salários, emprego, etc. A segunda parcela avalia a qualidade de vida: aspectos como o equilíbrio trabalho-vida, a pureza do ar, os níveis educativos, o sucesso do sistema de saúde, a segurança, entre muitos outros. Tudo somado, o que nos diz o IBE? A conclusão, que poderá ser surpreendente para muitos, é que a qualidade de vida aumentou durante a crise. As condições materiais de vida pioraram, mas esta degradação foi mais do que compensada por outros desenvolvimentos qualitativos.

Gráfico 72 Índice de bem-estar e subcomponentes



Sendo o indicador tão recente – e o próprio domínio da qualidade de vida ainda tão mal conhecido pelos investigadores – convém lê-lo com alguma prudência. É possível que os resultados estejam a ser produzidos por traços muito específicos da fórmula de cálculo, resultando assim de algumas escolhas metodológicas arbitrárias. Mas se o IBE estiver correcto e a capturar perspectivas da realidade até aqui desconhecidas, então as implicações são dramáticas. Isso significaria que muitos dos dados habitualmente utilizados para avaliar a situação social e económica têm passado ao lado dos aspectos mais relevantes para o bem-estar das pessoas. Significaria que temos estado, desde há muito tempo, a usar um mapa distorcido do terreno que queremos conhecer.

Capítulo 9

Banca e Sector Financeiro

A crise de 2009-2013 foi também uma crise financeira. Os bancos portugueses, dos quais os agentes económicos nacionais necessitavam para obter crédito no estrangeiro, foram a certa altura “expulsos” dos mercados internacionais. Não havia confiança entre as instituições financeiras – sobretudo quando quem pedia crédito eram bancos das economias periféricas. E estas restrições foram pouco a pouco sendo transmitidas às empresas e famílias portuguesas. Neste sentido, o sistema bancário funcionou como um mecanismo de propagação e amplificação das ondas de choque iniciais.

Por exemplo, veja-se a concessão de crédito. As imagens que se seguem mostram os novos créditos para as empresas e para as famílias, em três segmentos distintos: créditos abaixo de um milhão de euros (empresas) e crédito para a compra de habitação ou consumo (famílias). A tendência de quebra é transversal a todos, e mesmo nos últimos dois anos tarda a ver-se qualquer recuperação. Há uma ligeira subida no segmento das famílias, mas, ainda assim, está longe de ser suficiente para colocar os novos créditos num nível remotamente próximo do que se registava anos atrás.

Gráfico 73 Novos créditos às empresas

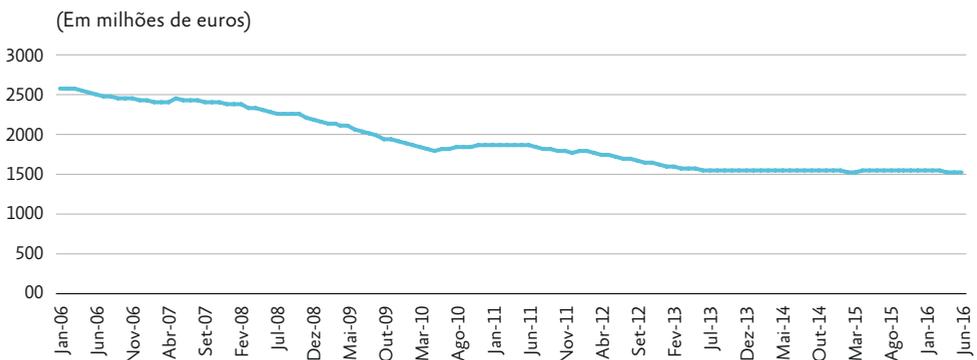
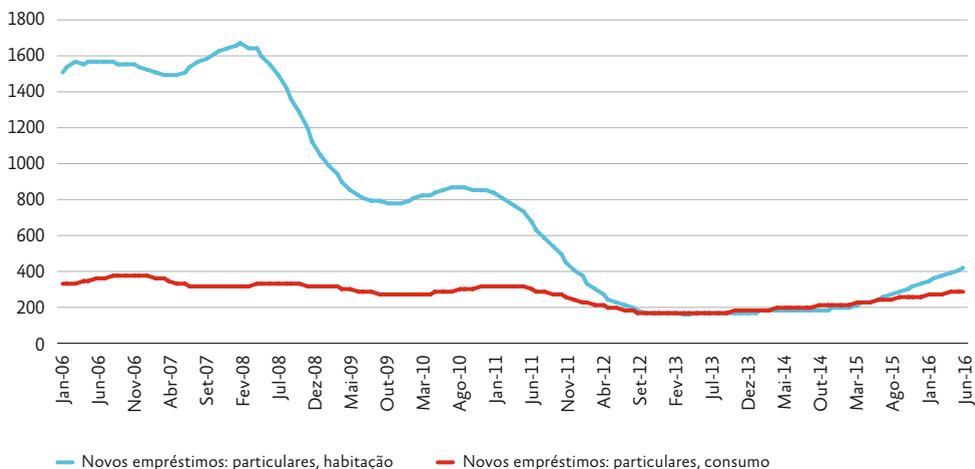


Gráfico 74 Novos créditos às famílias

(Em milhões de euros)



Mas o crédito não se tornou apenas mais escasso – também se tornou mais caro, mesmo que isso não seja evidente numa primeira leitura. Em termos objectivos, as empresas portuguesas pagavam juros *mais baixos* em 2012 do que em 2008: cerca de 6% *versus* 4%. Acontece que ao longo deste período o Banco Central Europeu foi reduzindo a sua taxa de juro directora, à qual estão indirectamente associadas as restantes taxas de juro da economia. Uma forma mais apropriada de avaliar as verdadeiras condições de crédito oferecidas pelos bancos às empresas e famílias é, por isso, subtrair a taxa de juro do BCE à taxa de juro efectivamente cobrada aos agentes económicos. Esta diferença permite ter uma ideia da restritividade das condições de crédito impostas pelos bancos, eliminando assim da equação as subidas ou descidas de juros controladas pelo banco central. As diferenças entre os dois gráficos são claras.

Gráfico 75 Taxas de juro cobradas pela banca

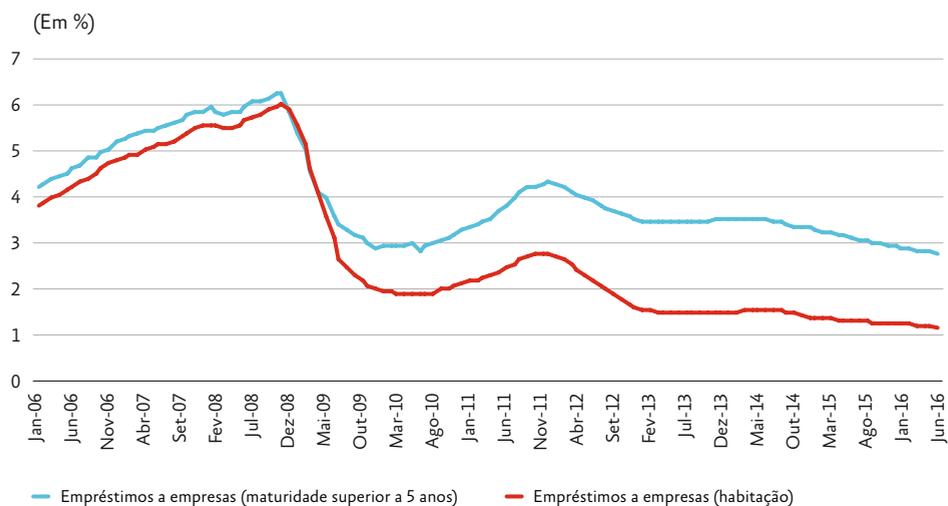
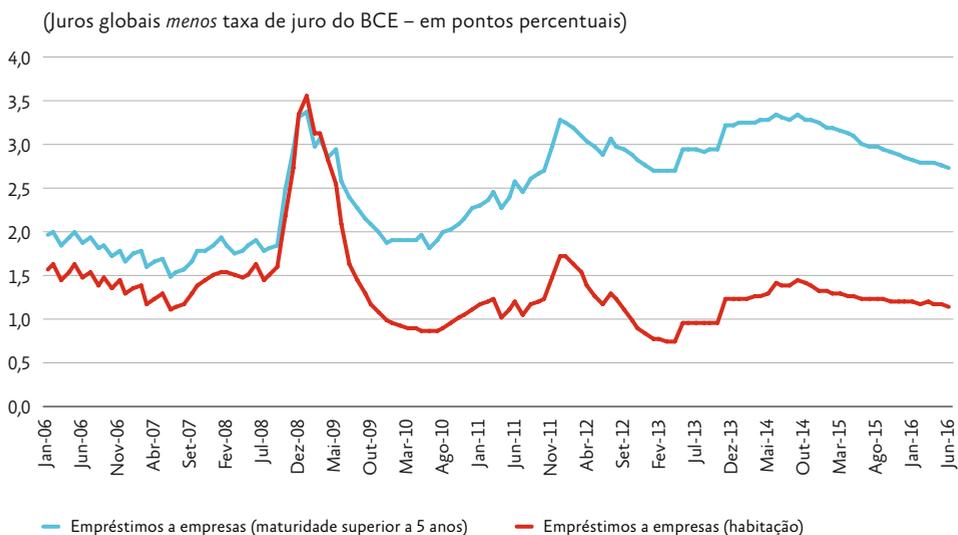


Gráfico 76 Taxas de juro cobradas pela banca ajustadas

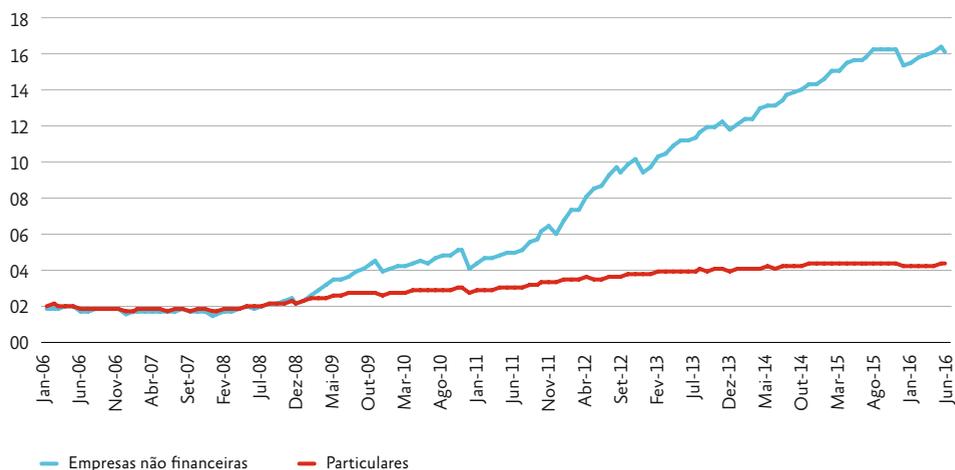


Ao mesmo tempo, o crédito malparado disparou. Seja nas famílias, seja nas empresas, a percentagem de crédito que os agentes económicos não

conseguem pagar ao banco registou um aumento assombroso. O primeiro semestre de 2016 trouxe algumas melhorias, mas tímidas e intermitentes.

Gráfico 77 Crédito malparado

(Em % do crédito concedido)



O crédito malparado é, de resto, um bom barómetro da situação económica do país. Olhar para a economia através dos dados do malparado é como colocar o tecido económico ao microscópio: todos os problemas sectoriais se tornam de imediato mais salientes. Os próximos gráficos evidenciam bem quais os segmentos que passaram por mais dificuldades durante a crise: o sector da construção, as actividades relacionadas com o imobiliário e as micro e pequenas empresas.

Gráfico 78 Crédito malparado por sector 1

(Em % do crédito do sector correspondente)

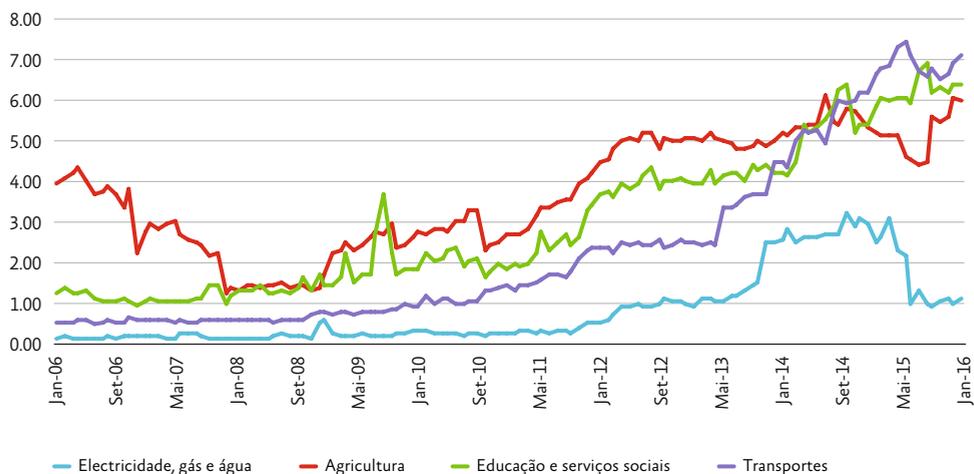


Gráfico 79 Crédito malparado por sector 2

(Em % do crédito do sector correspondente)

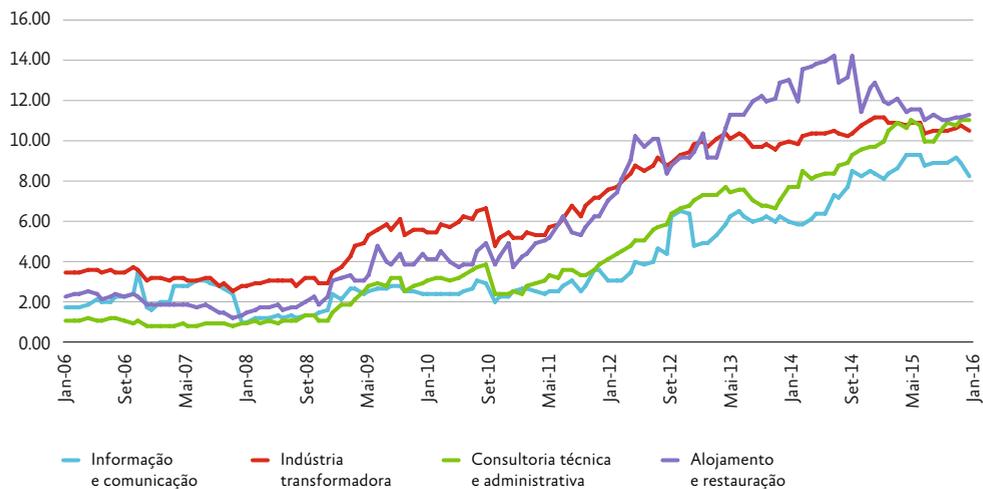


Gráfico 80 Crédito malparado por sector 3

(Em % do crédito do sector correspondente)

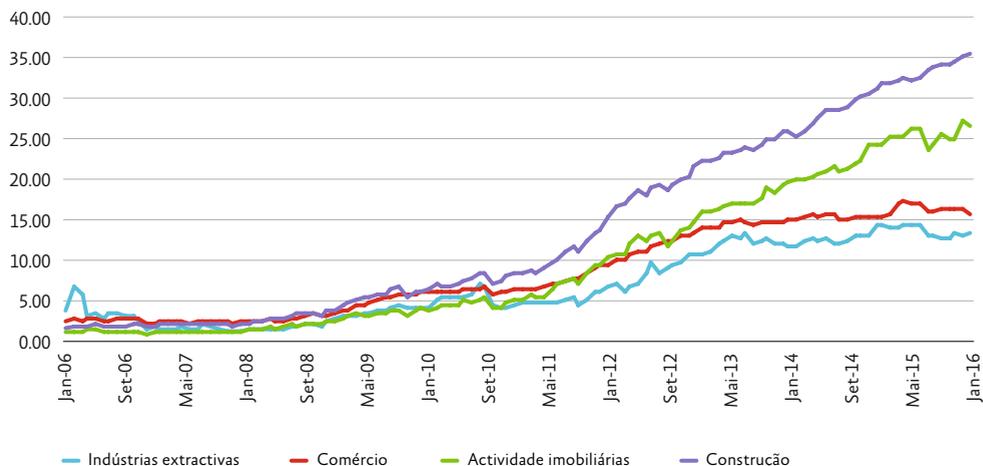
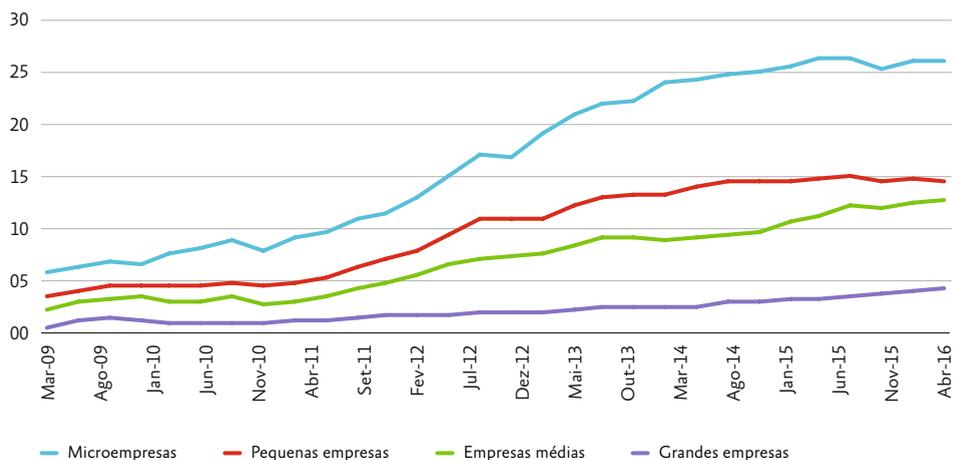


Gráfico 81 Crédito malparado por dimensão do devedor

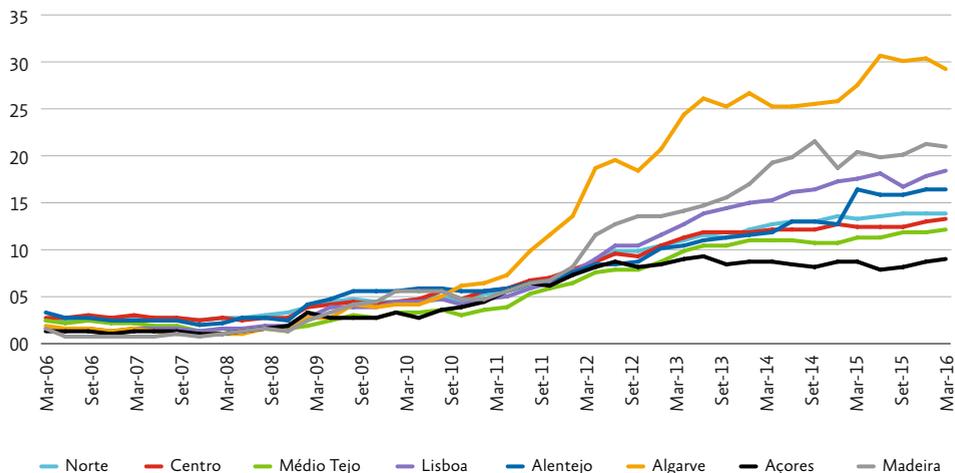
(Em % do crédito concedido em cada segmento)



Os dados do Banco de Portugal também permitem analisar o crédito malparado empresarial por região. Aqui destacam-se as regiões do Algarve e da Madeira, onde o rácio de crédito malparado subiu entre 28 e 20 pontos percentuais, respectivamente.

Gráfico 82 Crédito malparado por região

(Em % do crédito concedido em cada região)



Até aqui analisámos os indicadores financeiros que integram o activo do banco. Podemos agora olhar para o verso do balanço dos bancos, os passivos, grande parte dos quais sob a forma de depósitos (das famílias ou das empresas). Um dado curioso é que o *stock* de depósitos cresceu praticamente de forma ininterrupta, apesar dos receios em torno da solvência do sistema bancário e da possibilidade – que em 2014 acabou mesmo por se materializar – de haver falências entre os grandes bancos. Os portugueses não parecem ter deixado de acreditar na capacidade de os bancos gerirem as suas poupanças, o que foi quase caso único entre os países periféricos forçados a pedir ajuda à *Troika* (tanto na Grécia como na Irlanda houve intensa fuga de capitais).

Gráfico 83 Stock total de depósitos das famílias

(Em milhões de euros)



Capítulo 10

Estado e Finanças Públicas

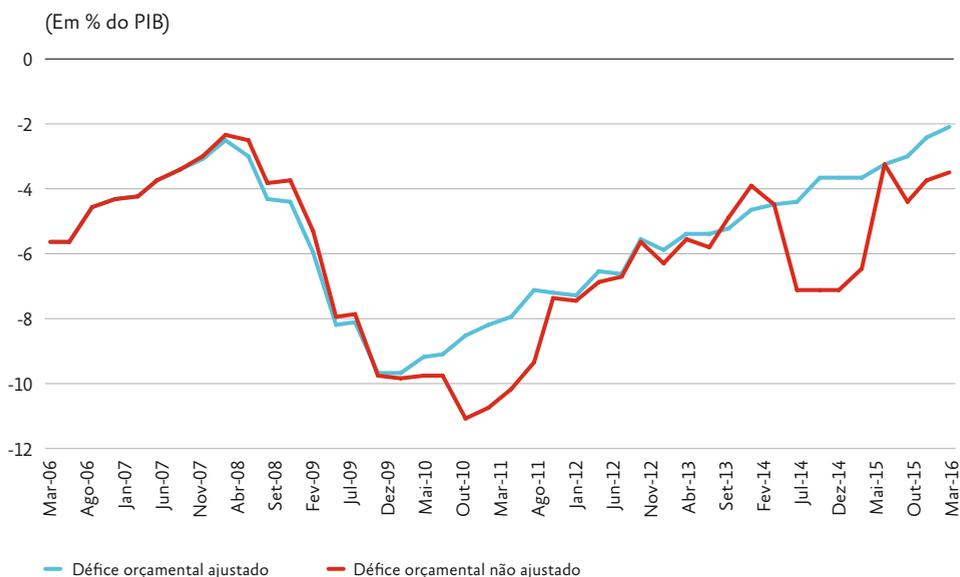
A consolidação das finanças públicas foi um dos objectivos primordiais do programa de ajustamento económico e financeiro assinado com a *Troika* em 2011. De um momento para o outro, termos e conceitos que até aí apenas se encontravam nas páginas interiores dos jornais especializados começaram a fazer parte do vocabulário comum. Hoje, qualquer pessoa tem pelo menos uma ideia vaga do que é um défice orçamental ou a dívida pública. Mas como se comportaram afinal os principais indicadores orçamentais desde a eclosão da crise?

O mais importante indicador global da saúde financeira do Estado é o défice orçamental. Os quadros que se seguem mostram a evolução do défice ao longo do tempo, recorrendo a duas métricas: o défice efectivo e o défice ajustado de medidas extraordinárias – e que corresponde, *grosso modo*, ao défice expurgado de medidas pontuais, que não se repetem no tempo, por exemplo, receitas extraordinárias como perdões fiscais, ou despesas especiais para recapitalizar bancos. O primeiro indicador diz-nos qual foi o montante de dívida que o Estado teve de contrair, mas o segundo é capaz de fornecer uma informação mais fidedigna acerca da dinâmica das finanças públicas.

Gráfico 84 Déficit orçamental



Gráfico 85 Déficit orçamental ajustado



O que é que permitiu diminuir o valor do déficit? O déficit representa a diferença entre as receitas e as despesas do Estado – ou, de forma mais precisa, entre as despesas e receitas de todas as entidades que compõem o sector público, desde a Segurança Social às empresas públicas deficitárias. Portanto, as subidas e descidas do déficit resultam da alteração dos valores dos gastos públicos, que se notam no nível de despesa pública, e de mudanças na dimensão da receita que, por norma, resulta de subida ou descida de impostos.

Este *mix* de despesa e receita é representado nas figuras seguintes. A receita total representa a totalidade das receitas, ao passo que a carga fiscal agrega apenas três subcomponentes (impostos directos, impostos indirectos e contribuições sociais). Já a despesa primária equivale à despesa total expurgada dos gastos dedicados ao pagamento de juros da dívida pública – e que representam, de certa forma, o custo actual da dívida pública contraída no passado.

Gráfico 86 Despesa pública total

(Em % do PIB)

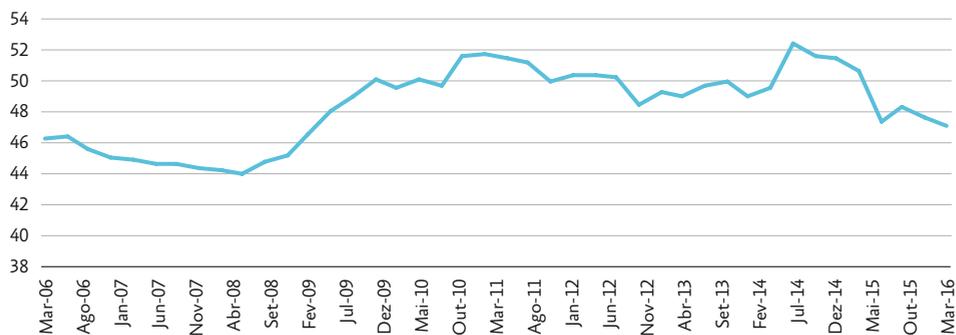


Gráfico 87 Despesa pública primária

(Em % do PIB)



Gráfico 88 Receita pública total

(Em % do PIB)

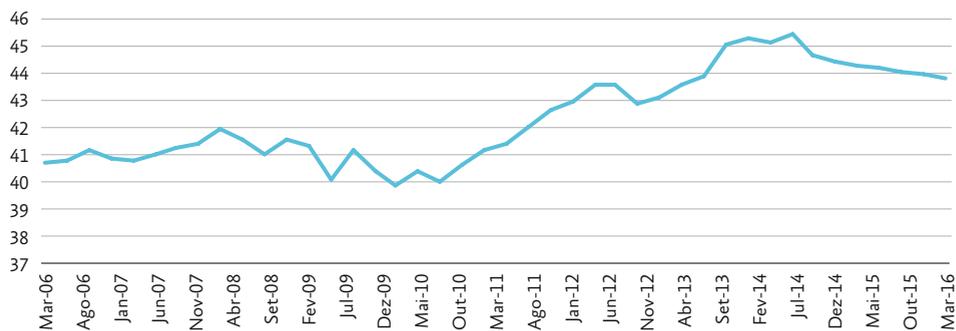


Gráfico 89 Carga fiscal



Antes de prosseguirmos para o elemento seguinte, vale a pena olhar com mais algum pormenor para a despesa pública. As imagens anteriores mostram que a despesa pública – seja o agregado total, seja apenas a componente primária – teve quedas modestas ao longo dos últimos anos. Apesar de todos os cortes orçamentais e de todas as medidas de contenção, não deixa de ser notável que o rácio de despesa em percentagem do PIB continuasse, em meados de 2016, em níveis superiores aos registados no final de 2007.

Mas estes dados podem ser enganadores. Afinal de contas, em ambos os casos estamos a expressar a despesa como percentagem do PIB, e este caiu imenso entre 2008 e 2014. O encolhimento do produto interno bruto, por sua vez, empola artificialmente a dimensão da despesa. É como correr numa passadeira rolante em sentido contrário: os cortes na despesa reduzem os montantes que de facto saem dos cofres do Estado, mas a redução do PIB, por sua vez, aumenta o rácio despesa/PIB.

Uma forma alternativa de avaliar a evolução da despesa é olhar para a variação dos gastos em relação ao período homólogo, e deduzir a esta variação a subida dos preços. Na prática, esta métrica alternativa diz-nos em que medida é que os gastos do Estado evoluíram acima – ou abaixo – da evolução dos preços na economia. E constitui uma forma útil, ainda que imperfeita, de contornar as comparações em percentagem do PIB, que são inevitavelmente sensíveis a grandes oscilações do mesmo. A próxima imagem mostra bem como, de acordo com este novo indicador, o período de 2011-2013 foi marcado por uma forte contração dos gastos públicos.

Gráfico 90 Taxa de crescimento real da despesa pública

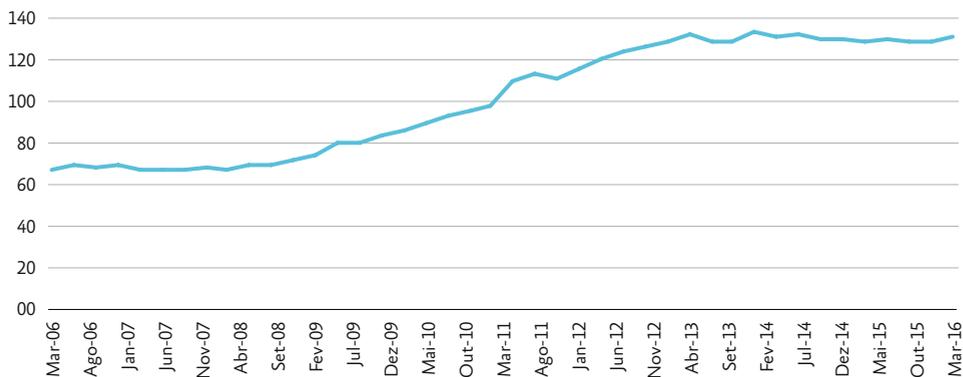
(Em % do PIB – média móvel de quatro trimestres)



Entretanto, nem a redução da despesa nem a consequente diminuição do déficit foram suficientes para travar a subida da dívida pública. O Estado continuou a acumular dívida, apenas o fez a um ritmo cada vez menor. O crescimento do PIB de 2014 em diante deu uma ajuda para contrabalançar este efeito e diluir o montante de dívida global numa actividade económica maior mas, mesmo assim, o melhor que se conseguiu foi estabilizar a dívida.

Gráfico 91 Dívida pública

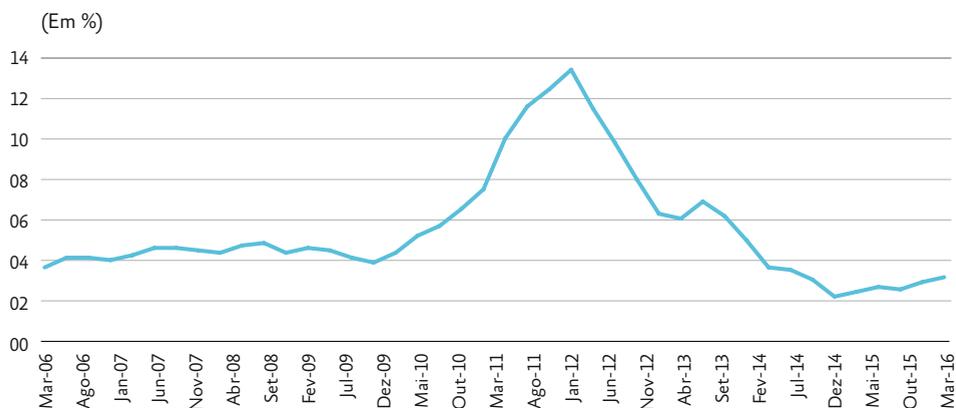
(Em % do PIB)



Um dos problemas da acumulação de dívida prende-se com o receio dos investidores em relação a um possível ressarcimento. Esta preocupação pode crescer até ao ponto de os fazer vender os seus títulos de dívida pública, o que obriga o Estado a pagar juros cada vez mais altos.

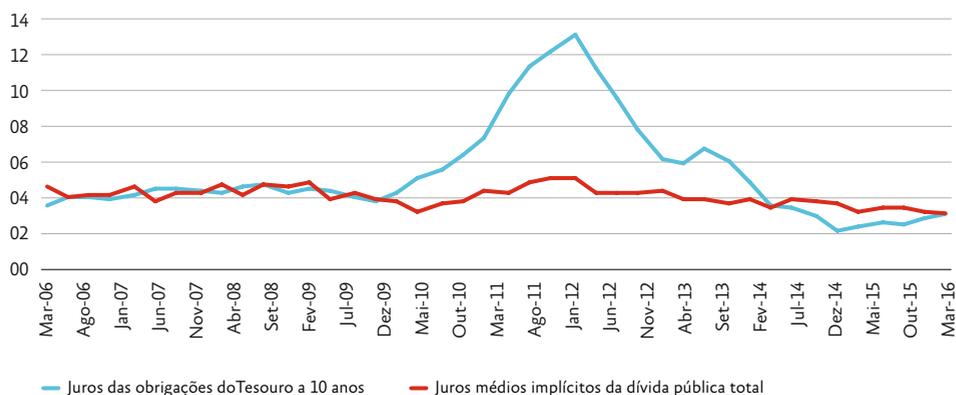
E foi exactamente isso que aconteceu. A partir de meados de 2010, a subida da dívida pública, feita num contexto de pânico generalizado nos mercados (a Grécia estava à beira da falência) fez despertar os investidores e precipitou uma escalada imparável das taxas de juro da dívida. A imagem que se segue mostra a evolução das *yields* das obrigações portuguesas a 10 anos, que dão uma ideia razoável dos custos de financiamento com que o Estado terá de arcar caso emita dívida nos mercados.

Gráfico 92 Juros das obrigações do Tesouro a 10 anos



Mas apesar de os investidores terem exigido juros mais altos para deter dívida pública, não significa que a República Portuguesa os tenha pago. Recorde-se que a partir de meados de 2011 o Estado passou a financiar-se junto dos organismos que fazem parte da *Troika* (países europeus, através de vários fundos especialmente criados para o efeito, e o Fundo Monetário Internacional), tendo acesso a taxas de juro bastante mais vantajosas do que as que obtinha nos mercados financeiros. Daí a diferença significativa entre as taxas de mercado e as taxas efectivamente pagas.

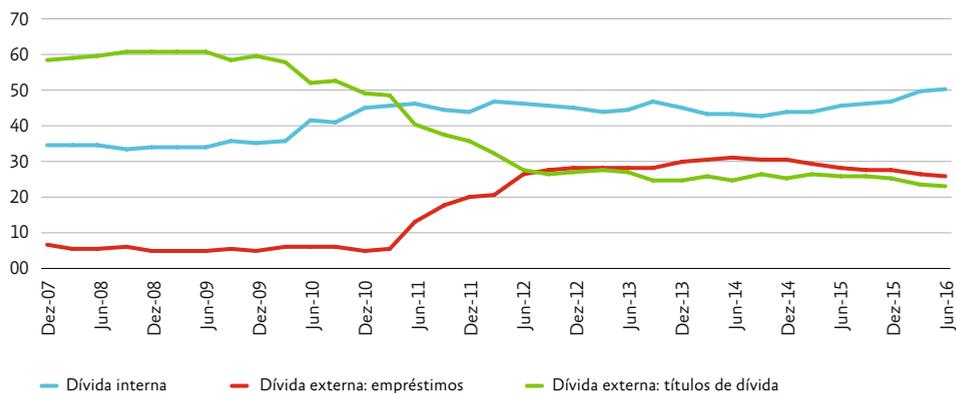
Gráfico 93 Juros de mercado versus juros efectivos



O processo de migração de dívida – de investidores privados para os chamados credores oficiais – é claro na próxima imagem. A dívida externa detida sob a forma de títulos transacionáveis, o formato mais habitual para colocar dívida junto de investidores privados, reduziu-se a partir de Maio de 2011, e esta diminuição foi sendo compensada pelo aumento da dívida externa sob a forma de empréstimos (que, no caso, eram os empréstimos oficiais da *Troika*). Só na parte da dívida detida pelos próprios portugueses, como obrigações e bilhetes do Tesouro comprados por bancos ou certificados do Tesouro subscritos por particulares, é que não houve mudanças significativas.

Gráfico 94 Composição da dívida pública

(Em % do total)



O efeito mais prático desta alteração de estrutura da dívida pública foi, como se viu antes, a possibilidade de limitar a escalada dos custos de financiamento. Portugal afastou-se dos mercados quando os juros exigidos eram altos, e financiou-se a preços subsidiados baixando as taxas de juro implícitas. E foi por isso que, apesar de a dívida pública ter praticamente duplicado, a despesa efectiva com o serviço dessa dívida teve um crescimento relativo bem mais moderado.

Gráfico 95 Despesa pública com juros



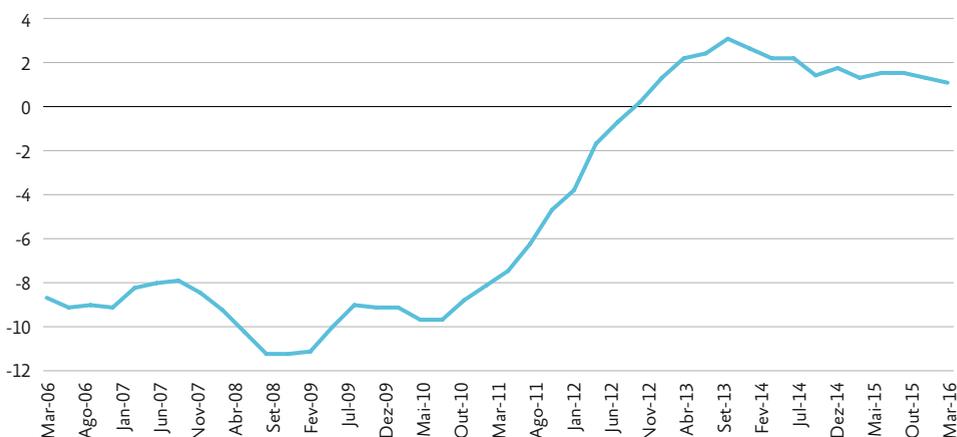
Capítulo 11

Contas Externas

Contas externas é um termo coloquial para resumir todas as transacções de um país com o exterior. Mas o termo técnico correcto é balança de transacções correntes, que já conhecemos no primeiro capítulo e que recuperamos de seguida, desta vez associado a um elemento adicional que, devido à sua reduzida dimensão, é muitas vezes ignorado: a balança de capital. Com a balança corrente e de capital somadas estamos, agora sim, a analisar todas as trocas de um país com o exterior. Quando o saldo conjunto é positivo, o país está a gerar recursos financeiros para emprestar dinheiro ao exterior; quando o saldo é negativo, o país está a pedir emprestado.

Gráfico 96 Balança corrente e de capital

(Em % do PIB)



Este é o quadro global das contas externas: uma melhoria impressionante, com o saldo conjunto da balança corrente e de capital a passar de um défice superior a 11% do PIB para um excedente de 3% do PIB em 2013. Que rubricas contribuíram mais para esta melhoria? O que se alterou para que Portugal passasse de uma posição em que precisa de pedir emprestado para uma em que concede empréstimos? Para responder a estas questões basta separar o saldo global nas suas quatro componentes principais: a balança de bens, a balança de serviços, a balança de rendimentos primários e a balança de rendimentos secundários.

Gráfico 97 Balança de bens

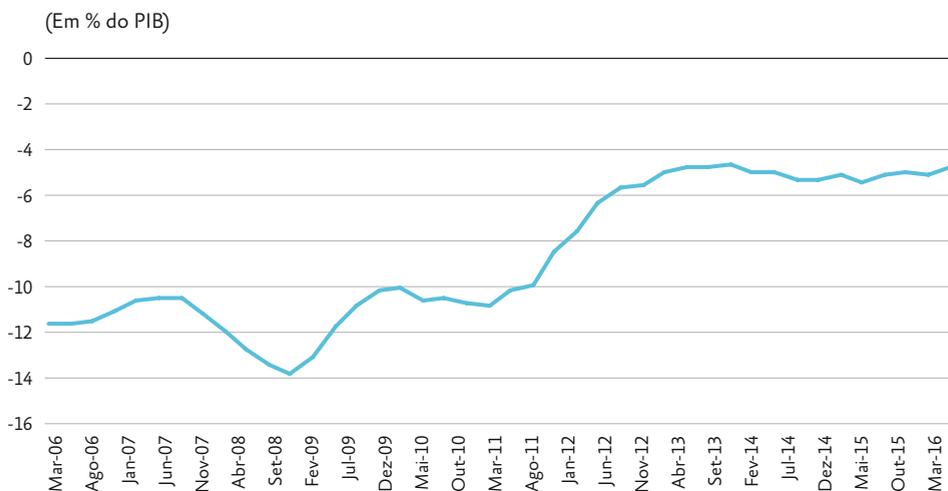


Gráfico 98 Balança de serviços

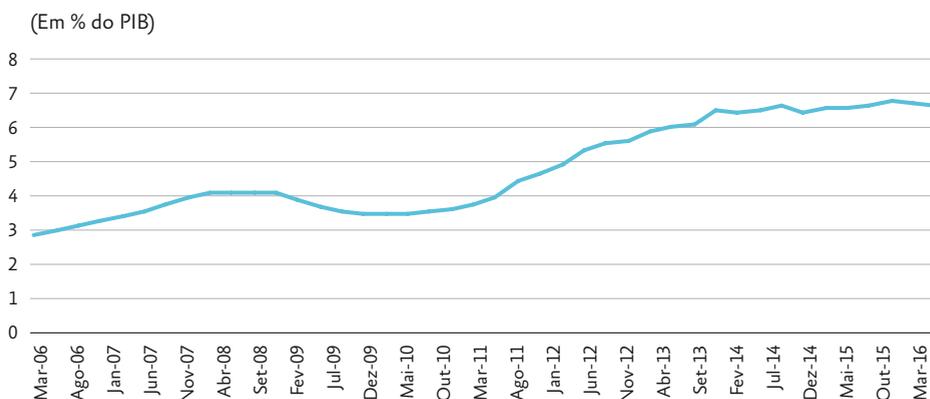
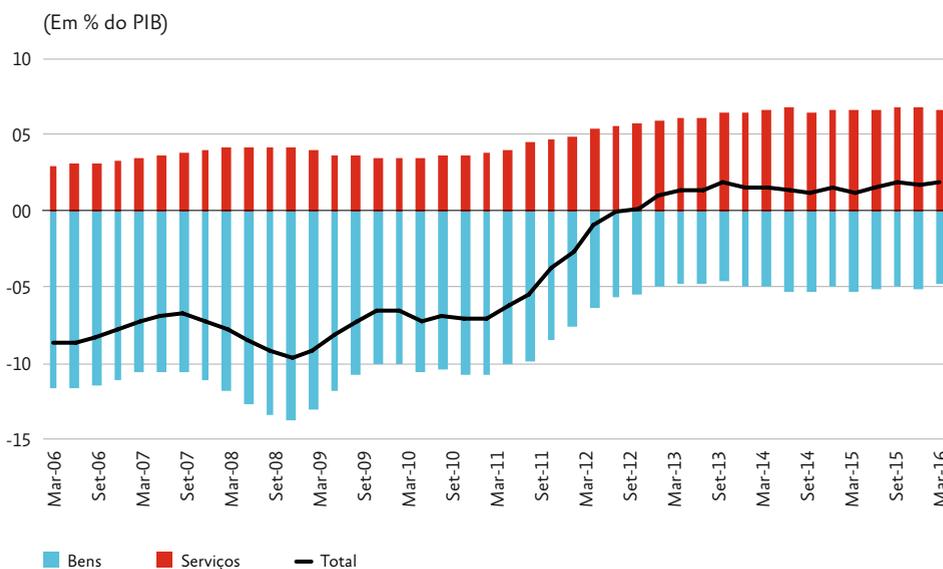


Gráfico 99 Balança de bens e serviços



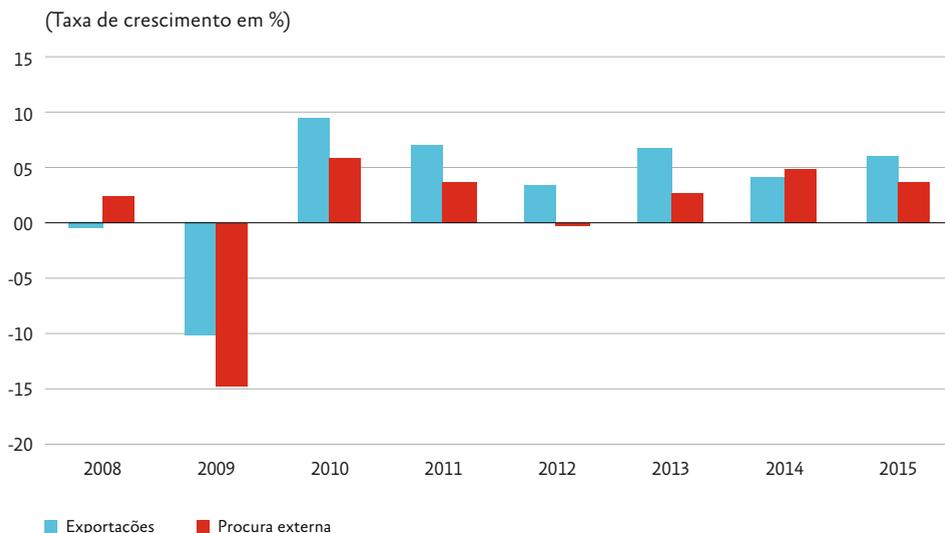
A maior parte da melhoria do saldo externo (quase 9% do PIB) veio da balança de bens, que engloba quase todos os produtos físicos – desde automóveis a combustíveis, passando por produtos agrícolas, alimentos processados, maquinaria, vestuário, etc. Menos expressiva, mais ainda assim notável, foi a melhoria registada na balança de serviços, onde são registadas transacções

como a prestação de serviços financeiros, serviços de transporte como viagens de avião, ou até despesas turísticas. A balança conjunta dos dois sectores melhorou em quase 12% do PIB.

Estas imagens mostram saldos – isto é, a diferença entre importações e exportações. Ora, a passagem de um défice a um superávite pode reflectir quer uma compressão inusitada das primeiras, quer um comportamento extraordinário das segundas. Por uma série de razões de natureza técnica, este cálculo é mais fácil de enunciar do que pôr em prática, o que nos deixa com a desagradável dúvida de não sabermos se as imagens anteriores são o resultado de uma política económica bem pensada (um sólido crescimento das exportações), ou apenas o subproduto de uma crise muito mais aguda do que se esperava (contração profunda das importações).

Porém, o primeiro capítulo já mostrou como as exportações tiveram uma *performance* relativamente modesta *face àquilo que eram as expectativas iniciais*. Antes que o leitor se precipite a responder à questão, deixamos dados adicionais que podem ajudá-lo a contextualizar este problema.

Gráfico 100 Exportações e procura externa



O gráfico anterior mostra o comportamento das exportações portuguesas em comparação com a procura externa dirigida a essas mesmas exportações.

Os dados mostram que entre 2008 e 2015, sendo 2014 a única exceção, as vendas portuguesas cresceram sempre mais do que a procura que lhes foi dirigida – ou, noutras palavras, as exportações ganharam quota de mercado. Assim, é muito provável que a *performance* das exportações tenha ficado abaixo do esperado, não porque as empresas tenham sentido dificuldade em penetrar em novos mercados, ou alargar a presença naqueles onde já se encontravam, mas sim porque a procura externa cresceu muito menos do que se pensava.

Depois de fechar este parêntese voltamos às contas externas e às duas balanças que ficaram por analisar. Essas balanças tiveram oscilações moderadas desde 2007 para cá, e sem grande influência global no conjunto do saldo externo. No primeiro caso, balança de rendimentos, o que está em causa são os rendimentos gerados pela posse de activos no estrangeiro. Um exemplo concreto: se um português detiver uma acção alemã, ou um título de dívida emitido pelo Estado francês, os rendimentos daí provenientes, dividendos num caso e juros no outro, são uma entrada de sinal positivo nesta balança. No segundo caso, falamos de operações unilaterais, em que alguém, uma pessoa ou uma empresa, decide transferir voluntariamente dinheiro para outra entidade, como acontece com as remessas dos emigrantes.

Gráfico 101 Balança de rendimentos primários

(Em % do PIB)



Gráfico 102 Balança de rendimentos secundários



As quatro balanças podem ser desagregadas em componentes ainda mais específicas. Aqui, faremos referência apenas a duas subcomponentes, que assumiram grande destaque nos últimos anos: a balança de turismo, incorporada na balança de serviços (diferença entre despesas feitas pelos portugueses no estrangeiro e despesas realizadas dentro do país) e a balança de remessas dos emigrantes, incluída na balança de rendimentos secundários (diferença entre o dinheiro enviado pelos emigrantes portugueses para solo nacional e o dinheiro enviado pelos imigrantes para fora do país).

Gráfico 103 Balança de turismo

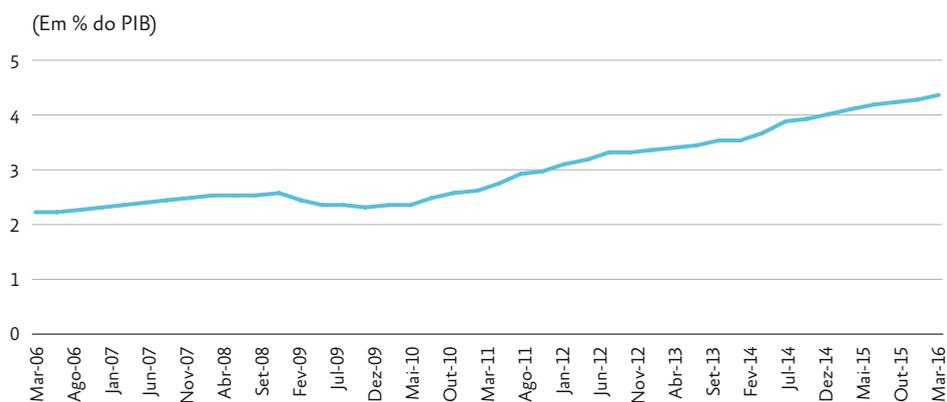
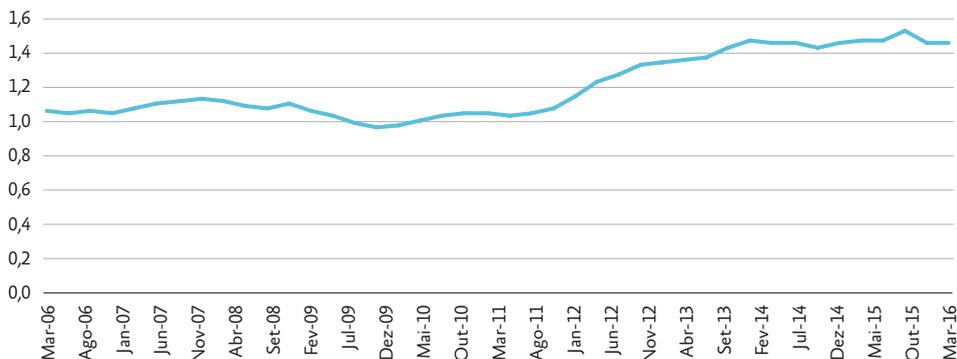


Gráfico 104 Remessas líquidas dos emigrantes

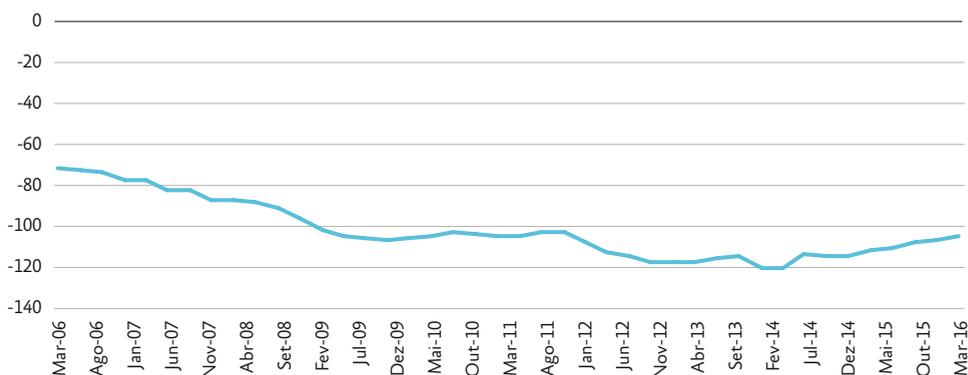
(Em % do PIB)



Todos estes indicadores se referem a fluxos – entradas (ou saídas) de dinheiro *ao longo* de um ano. Mas os vários fluxos vão sendo acumulados no decurso dos anos e geram um determinado nível de dívida, quando são persistentemente negativos, ou de créditos, quando são positivos. No caso das contas externas, o indicador que permite avaliar a posição patrimonial do país é a posição de investimento internacional (PII), que compara os créditos do país sobre o exterior com os créditos do exterior sobre Portugal, sintetizando o saldo líquido num único número. A curva representada no gráfico mostra, assim, o crescimento do endividamento líquido de 2006 a 2013, e a redução da dívida daí em diante.

Gráfico 105 Posição de investimento internacional

(Em % do PIB)



Capítulo 12

Conclusão

Neste *e-book* compilaram-se mais de 100 dados estatísticos acerca da crise portuguesa. Tentou fazer-se um retrato tão abrangente quanto possível da crise, incorporando, inclusive, indicadores que não constavam do *site* original. Mas, obviamente, não houve pretensão de exaustividade, nem se sugere que as realidades aqui retratadas esgotem todas as dimensões da crise. Há muitas questões que não se prestam sequer a uma quantificação precisa e que, portanto, caem fora do âmbito deste projecto; e muitas outras que não terão sido identificadas atempadamente, ou que terão escapado ao radar dos analistas. Se foi preciso esperar por 2012 para que um dos maiores surtos migratórios da última década tivesse destaque na comunicação social, não é de estranhar que muitos outros assuntos relevantes tenham passado despercebidos bem por debaixo do nosso nariz.

Mas o objectivo que levou, em primeiro lugar, à construção do *site Conhecer a Crise* – e que, por conseguinte, acabou por orientar a edição deste *e-book* – foi menos a revelação de dados até aí desconhecidos do que a exposição daqueles que já conhecemos, informação que, por uma razão ou por outra, teima em não ser devidamente levada em conta no debate público e na troca de ideias. Apesar de estarmos na era da informação, este é um nicho de mercado que muitas vezes continua por explorar.

É verdade que os números não falam por si, e que todos os dados precisam de uma história que os contextualize. Por outro lado, quem observa alguns dos debates realizados em Portugal dificilmente acredita que muita da divergência exposta na comunicação social decorre de interpretações diferentes dos mesmos números. Verificamos com frequência que muitos desses valores são ignorados por desconhecimento ou varridos para debaixo do tapete por conveniência, assentando a discussão posterior num vaporoso conjunto de

preconceitos. Uma tendência que parece particularmente evidente nalgumas questões referidas no *e-book*. Fica a ideia de que há por vezes demasiada urgência em justificar como “interpretação alternativa de dados” aquilo que é, na verdade, falta de conhecimento dos mesmos.

Este *e-book* tenta colmatar essa falha, fornecendo alguns dos principais dados acerca de Portugal nos últimos anos. O registo em que foi escrito tenta ser também tão fiel quanto possível a esse espírito, conduzindo o leitor ao longo dos vários indicadores mas evitando incursões no domínio mais move-dido da interpretação dos dados. Dito isto, chamou-se a atenção para as inter-pretações abusivas mais flagrantes e alertou-se para os erros de análise mais recorrentes e previsíveis. Em todo o caso, para quem não quiser uma leitura guiada, disponibilizam-se os números puros num *Excel* em anexo.

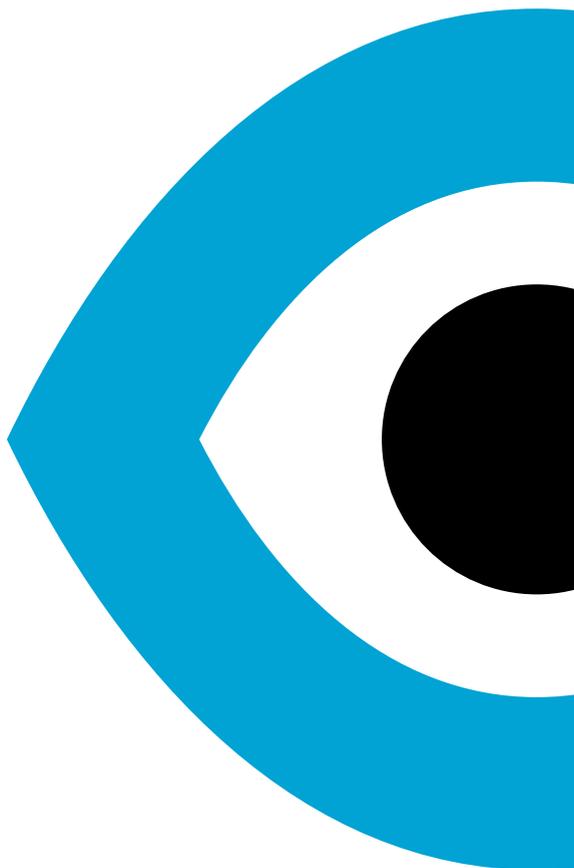
Finalmente, o facto de se evitar a interpretação não significa abdicar do enquadramento. Aqui, a inclusão das previsões feitas no início de 2011 ajudará pelo menos a contextualizar alguns dos dados que se verificaram *a posteriori*. E também se espera que ajude a baixar um pouco o grau de confiança que se deposita nas projecções actuais. A comparação do primeiro capítulo mostra bem como é difícil fazer previsões – “sobretudo para o futuro”, como terá afirmado Niels Bohr.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 10 Gráfico 1 Crescimento do PIB 2001-2021
- 11 Gráfico 2 Crescimento do PIB em nível 2000-2021
- 12 Gráfico 3 Exportações reais em nível 2000-2021
- 13 Gráfico 4 Consumo privado real em nível 2000-2018
- 14 Gráfico 5 Investimento real em nível 2000-2018
- 15 Gráfico 6 Balança de transacções correntes 2001-2021
- 16 Gráfico 7 Taxa de desemprego 2001-2021
- 18 Gráfico 8 População residente 2001-2018
- 19 Gráfico 9 Salários reais 2001-2018
- 20 Gráfico 10 Taxa de risco de pobreza 2003-2015
- 22 Gráfico 11 Défice orçamental 2001-2021
- 23 Gráfico 12 Carga fiscal 2001-2017
- 24 Gráfico 13 Indicador de confiança dos consumidores
- 25 Gráfico 14 Indicador de clima económico
- 26 Gráfico 15 Avaliação da situação na indústria transformadora
- 26 Gráfico 16 Dormidas em estabelecimentos hoteleiros
- 27 Gráfico 17 Taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria transformadora
- 27 Gráfico 18 Venda de automóveis
- 28 Gráfico 19 Consumo de electricidade
- 28 Gráfico 20 Consumo de gasóleo
- 29 Gráfico 21 Índice de preços no consumidor
- 30 Gráfico 22 Componentes do PIB em nível
- 31 Gráfico 23 Componentes do PIB em variação homóloga
- 32 Gráfico 24 Valor acrescentado bruto por sector
- 33 Gráfico 25 Taxa de desemprego
- 34 Gráfico 26 Desemprego de longo e muito longo prazo
- 35 Gráfico 27 Número de desempregados
- 36 Gráfico 28 Número de empregos
- 36 Gráfico 29 Resultados Eurobarómetro
- 37 Gráfico 30 Desemprego por sexo
- 38 Gráfico 31 Desemprego por escalão etário
- 39 Gráfico 32 Emprego por escalão etário
- 40 Gráfico 33 População activa por escalão etário
- 40 Gráfico 34 Taxa de desemprego por escalão etário
- 41 Gráfico 35 Desemprego por escolaridade
- 42 Gráfico 36 Emprego por escolaridade

-
- 42 Gráfico 37 População activa por escolaridade
 - 43 Gráfico 38 Taxa de desemprego por escolaridade
 - 44 Gráfico 39 Emprego por regime legal
 - 44 Gráfico 40 Contratos a termo em percentagem dos contratos totais
 - 45 Gráfico 41 População residente em Portugal
 - 46 Gráfico 42 Variação da população residente
 - 46 Gráfico 43 Saldo migratório
 - 47 Gráfico 44 Emigração por tipo
 - 48 Gráfico 45 Saldo natural
 - 49 Gráfico 46 Consumo de bens duradouros
 - 50 Gráfico 47 Consumo de outros bens correntes
 - 50 Gráfico 48 Consumo de bens alimentares
 - 51 Gráfico 49 Consumo de bolachas
 - 52 Gráfico 50 Consumo de leite
 - 52 Gráfico 51 Consumo de iogurtes
 - 53 Gráfico 52 Consumo de cereais
 - 53 Gráfico 53 Consumo de cerveja
 - 54 Gráfico 54 Consumo de vinho
 - 54 Gráfico 55 Consumo de sumos e refrigerantes
 - 55 Gráfico 56 Consumo de carne
 - 55 Gráfico 57 Consumo de peixe
 - 57 Gráfico 58 Apoios aos desempregados
 - 58 Gráfico 59 Percentagem de desempregados com apoios
 - 58 Gráfico 60 Valor médio do subsídio de desemprego
 - 59 Gráfico 61 Número de beneficiários do rendimento social de inserção
 - 59 Gráfico 62 Valor médio do rendimento social de inserção atribuído
 - 60 Gráfico 63 Número de abonos de família concedidos
 - 60 Gráfico 64 Número de complementos solidários para idosos atribuídos
 - 62 Gráfico 65 Taxa de risco de pobreza
 - 62 Gráfico 66 Taxa de risco de pobreza por escalão etário
 - 63 Gráfico 67 Taxa de risco de pobreza ancorada
 - 64 Gráfico 68 Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais
 - 64 Gráfico 69 Efeito das transferências sociais na taxa de pobreza
 - 65 Gráfico 70 Índice de Gini
 - 65 Gráfico 71 Indicador S80/S20
 - 67 Gráfico 72 Índice de bem-estar e subcomponentes
 - 68 Gráfico 73 Novos créditos às empresas

-
- 69 Gráfico 74 Novos créditos às famílias
- 70 Gráfico 75 Taxas de juro cobradas pela banca
- 70 Gráfico 76 Taxas de juro cobradas pela banca ajustadas
- 71 Gráfico 77 Crédito malparado
- 72 Gráfico 78 Crédito malparado por sector 1
- 72 Gráfico 79 Crédito malparado por sector 2
- 73 Gráfico 80 Crédito malparado por sector 3
- 73 Gráfico 81 Crédito malparado por dimensão do devedor
- 74 Gráfico 82 Crédito malparado por região
- 74 Gráfico 83 *Stock* total de depósitos das famílias
- 75 Gráfico 84 Défice orçamental
- 76 Gráfico 85 Défice orçamental ajustado
- 77 Gráfico 86 Despesa pública total
- 77 Gráfico 87 Despesa pública primária
- 77 Gráfico 88 Receita pública total
- 78 Gráfico 89 Carga fiscal
- 79 Gráfico 90 Taxa de crescimento real da despesa pública
- 79 Gráfico 91 Dívida pública
- 80 Gráfico 92 Juros das obrigações do Tesouro a 10 anos
- 81 Gráfico 93 Juros de mercado *versus* juros efectivos
- 81 Gráfico 94 Composição da dívida pública
- 82 Gráfico 95 Despesa pública com juros
- 83 Gráfico 96 Balança corrente e de capital
- 84 Gráfico 97 Balança de bens
- 85 Gráfico 98 Balança de serviços
- 85 Gráfico 99 Balança de bens e serviços
- 86 Gráfico 100 Exportações e procura externa
- 87 Gráfico 101 Balança de rendimentos primários
- 88 Gráfico 102 Balança de rendimentos secundários
- 88 Gráfico 103 Balança de turismo
- 89 Gráfico 104 Remessas líquidas dos emigrantes
- 89 Gráfico 105 Posição de investimento internacional



O e-book **Conhecer a Crise** faz uma leitura guiada aos principais indicadores sociais, demográficos e financeiros de Portugal de 2008 em diante, caracterizando com números a crise económica mais profunda que o país atravessou desde a II Guerra Mundial. O livro teve como ponto de partida o *site* homónimo, criado em 2011 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos com o objectivo de monitorizar a evolução da situação social portuguesa.